

DEUTERONÔMIO

Introdução

Esboço

Capítulo 1	Capítulo 10	Capítulo 19	Capítulo 28
Capítulo 2	Capítulo 11	Capítulo 20	Capítulo 29
Capítulo 3	Capítulo 12	Capítulo 21	Capítulo 30
Capítulo 4	Capítulo 13	Capítulo 22	Capítulo 31
Capítulo 5	Capítulo 14	Capítulo 23	Capítulo 32
Capítulo 6	Capítulo 15	Capítulo 24	Capítulo 33
Capítulo 7	Capítulo 16	Capítulo 25	Capítulo 34
Capítulo 8	Capítulo 17	Capítulo 26	
Capítulo 9	Capítulo 18	Capítulo 27	

INTRODUÇÃO

Título. O título em português do livro de Deuteronômio parece basear-se na tradução errada que a LXX faz da frase, "um traslado desta lei" (17: 18), *deuteronomion touto*, "esta segunda lei". O título judeu, *deveirim*, "palavras", vem do costume de usar as palavras introdutórias do livro por título. Deuteronômio começa com a declaração, "São estas as palavras que Moisés falou" (1:1a). Considerando que os antigos tratados de suserania começavam exatamente assim, o título judeu chama a atenção para uma das pistas que identificam o caráter literário deste livro.

Data e Autoria. A origem de Deuteronômio é de significado crucial nos estudos que a alta crítica moderna faz do Pentateuco e, também, nos estudos da literatura e teologia do Velho Testamento em geral. De acordo com a antiga Hipótese Evolucionária, o Deuteronômio originou-se no Sétimo Século A.C. e foi a base da reforma de Josias (cons. II Reis 22:3 - 23: 25), presumivelmente nos interesses de um culto centralizado (cons. comentário sobre Dt. 12:4-14). Esta opinião continua entre os críticos negativos assumindo formas modificadas; mas há quem sugira uma data

pós-exílica, e outros ainda remontam a origem da legislação deuteronômica à primeira monarquia e até ao período pré-monárquico. Significativo para a estipulação da data em diversos documentos alegados ao Pentateuco é a tendência de explicar-se o suposto conflito de seus preceitos, não recorrendo a uma longa evolução cronológica, mas estipulando-lhes diferentes fontes geográficas e culturais. Deuteronômio, particularmente, então, remonta a sua origem a um santuário siquemita. Em vez de associar Deuteronômio com os quatro primeiros livros do Pentateuco, a maneira moderna de encarar o assunto pensa em termos de um Tetrateuco e de uma tradição deuteronômica literário-histórica compreendendo todos os livros desde Deuteronômio até II Reis.

A cultura cristã ortodoxa moderna alia-se à tradição cristã e judia mais antiga, que aceita as diretas reivindicações do próprio Deuteronômio de constituir os exórdios cerimoniais e derradeiros de Moisés à assembléia israelita nas planícies de Moabe. Deut. 31:9 e 24 declaram que Moisés escreveu e também falou "esta lei". Algum oficial teocrático, com toda probabilidade, completou o documento registrando a morte de Moisés (cap. 34) e provavelmente o cântico do testemunho de Moisés (cap. 32) e o seu testemunho (cap. 33). Possivelmente ele também acrescentou certos outros elementos resumidos ao esboço deste documento legal.

A unidade e autenticidade do Deuteronômio como produto mosaico confirma-se através da notável identidade de sua estrutura com as do tipo suserânico de aliança ou tratados em sua forma clássica dos meados do segundo milênio A.C. (Veja notas abaixo e consulte Comentário para detalhes. Veja também M.G. Kline, "Dynastic Covenant", WTJ, XXIII (Nov. 1960), 1, págs. 1-15).

Ocasão Histórica. Apenas dentro da estrutura da administração da aliança redentora de Deus é que o Deuteronômio pode ser adequadamente interpretado. As promessas concedidas aos patriarcas, final e inteiramente realizadas em Cristo, tiveram um cumprimento provisional e típico nas alianças em que Moisés serviu de mediador para Israel. Na Aliança do Sinai estabeleceu-se a teocracia, com Moisés no papel de

representante terreno da realeza do Senhor sobre Israel. Então, depois que a rebelde geração do êxodo pereceu no deserto e a morte do próprio Moisés era iminente, foi necessário renovar a aliança com a segunda geração. O ato central, decisivo da cerimônia foi a consagração do povo-servo por meio de um juramento ao seu divino Senhor. Particularmente, o reino de Deus simbolicamente representado na dinastia terrena e mediadora, tinha de ser confirmado levando Israel a declarar que obedeceria Josué na qualidade de sucessor de Moisés nesta dinastia.

Parte do procedimento padrão seguido no Oriente Próximo da antiguidade, quando os grandes reis faziam alianças com os povos vassallos, era a preparação de um texto da cerimônia, incluindo o tratado e a testemunha. O livro de Deuteronômio é o documento preparado por Moisés na qualidade de testemunha na aliança dinástica que o Senhor fez com Israel nas planícies de Moabe (cons. 31:26).

ESBOÇO

I. Preâmbulo: Mediador da aliança. 1:1-5.

II. Prólogo histórico: História da Aliança. 1:6 – 4:49.

A. De Horebe a Hormá. 1:6 – 2:1.

B. Avançando para o Arnom. 2:2-23.

C. Conquista da Transjordânia. 2:24 – 3:29.

D. Resumo da Aliança. 4:1-49.

III. Estipulações: A vida segundo a aliança. 5:1 – 26:19.

A. O Grande Mandamento. 5:1 – 11:32.

1. O senhorio da aliança divina. 5:1-33.

2. O princípio da consagração. 6:1-25.

3. O programa da conquista. 7:1-26.

4. A lei do maná. 8:1-20.

5. A advertência das tábuas quebradas. 9:1 – 10:11.

6. Um chamado à submissão. 10:12 – 11:32.

B. Mandamentos subsidiários. 12:1 – 26:19.

1. Consagração culto-cerimonial. 12:1 - 16:17.

- a. Fidelidade ao altar de Deus. 12:1-32.
- b. Resistência à apostasia. 13:1-18.
- c. Obrigações filiais. 14:1 - 15:23.
- d. Peregrinações tributárias. 16:1-17.
- 2. Justiça judiciário-governamental. 16:18 – 21:23.
 - a. Juízos e o altar de Deus. 16:18 – 17:13.
 - b. Reis e a aliança de Deus. 17:14-20.
 - c. Sacerdotes e profetas. 18:1-22.
 - d. Garantias de justiça. 19:1-21.
 - e. Julgamento das nações. 20:1-20.
 - f. Autoridade do santuário e do lar. 21:1-23.
- 3. Santidade da ordem divina. 22:1 – 25:19.
 - a. As ordenanças do trabalho e do casamento. 22:1-30.
 - b. A congregação do Senhor. 23:1-18.
 - c. Proteção aos fracos. 23:19 – 24:22.
 - d. Santidade individual. 25:1-19.
- 4. Confissão de Deus como Rei-Redentor. 26:1-19.
- IV. Sanções: Ratificação da aliança. 27:1 – 30:20.
 - A. Cerimônia da ratificação em Canaã. 27:1-26.
 - B. Proclamação das sanções. 28:1-68.
 - 1. Bênçãos. 28:1-14.
 - 2. Maldições. 28:15-68.
 - C. Convocação para o juramento da aliança. 29:1-29.
 - D. Restauração Final. 30:1-10.
 - E. Decisão Radical. 30:11-20.
- V. Disposição dinástica: Continuidade da aliança. 31:1 – 34:12.
 - A. Arranjos finais. 31:1-29.
 - B. O Cântico do Testemunho. 31:30 – 32:47.
 - C. O Testamento de Moisés. 32:48 – 33:29.
 - D. Sucessão dinástica. 34:1-12.

COMENTÁRIO**Deuteronômio 1****I. Preâmbulo: Mediador da Aliança. 1:1-5.**

Os antigos tratados de suserania começavam com um preâmbulo no qual aquele que falava, aquele que declarava o seu senhorio, exigindo a fidelidade dos vassallos, identificava-se. O preâmbulo deuteronômico identifica aquele que fala como sendo Moisés (v. 1a), mas como o representante terreno e mediatorial do Senhor (v. 3b), o Suserano celestial e Soberano máximo desta aliança.

São estas as palavras (v. 1a). Com esta fórmula introdutória começavam os tratados extra-bíblicos. O local da cerimônia da renovação da aliança da qual o Deuteronômio testifica foi a região do Jordão na terra de Moabe (vs. 1a, 5a; cons. 4:44-46). A época foi o último mês do quadragésimo ano depois do Êxodo (v.3a), quando os homens de guerra daquela geração já tinham perecido todos (2:16), a conquista da Transjordânia já fora realizada (v. 4; 2:24 e segs.), e aproximava-se o momento da morte de Moisés. Foi especialmente esta última circunstância que ocasionou a renovação da aliança. Deus assegurava a continuidade da dinastia mediatorial exigindo de Israel um sinal de obediência a Josué, seu novo homem de confiança (cons. 31:3; 34:9), e um novo voto de consagração para com Ele mesmo.

A cerimônia foi descrita como uma declaração ou exposição desta lei (v. 5), uma vez que as estipulações ocupavam lugar tão central e extenso nas alianças de suserania. O local desta assembléia, ao que parece, foi descrita mais adiante no versículo 2b. Embora a menção de localidades desconhecidas torna a interpretação incerta, o propósito da anotação nos versículos 1b, 2 parece ter sido o de orientar a assembléia de Moabe histórica e geograficamente, indicando que foi no final da viagem do Horebe, via deserto de Arabá. Para Israel, a viagem a Canaã através dessa rota foi de quarenta anos de duração (v.3), embora a rota

original pela qual seguiram a Parã era normalmente uma viagem de apenas onze dias (v. 2). Em Parã, na fronteira meridional de Canaã, contudo, Israel rebelou-se, recusando-se a entrar na terra (Nm. 12:16 e segs.), ficando assim esta geração condenada a morrer no deserto. Agora seus filhos chegaram, via o caminho de Arabá, vindos de "Sufe" (presumivelmente o Golfo de Ácaba), a leste de Canaã, através da terra de Moabe. Ambos os lados de acesso a Canaã e a extensão das peregrinações falam de uma história de violação da aliança e de herança adiada. Existe aí um interessante contraste entre o ponto de vista de Moisés na introdução do livro, olhando de Moabe para o sul e vendo o passado de fracassos e maldições, e no fim do livro, Moisés olhando para o norte de Moabe, ao terminar sua obra, vendo um futuro de realizações e bênçãos para Israel (Dt. 34:1.4).

II. Prólogo Histórico: A História da Aliança. 1:6 – 4:49.

O preâmbulo nos tratados internacionais de suserania era seguido por um resumo histórico do relacionamento entre senhor e vassalo. Era escrito em estilo primeira e segunda pessoa e procurava estabelecer a justificação histórica para o reinado contínuo do senhor. Citavam-se os benefícios alegadamente conferidos pelo Senhor ao vassalo, tendo em vista estabelecer a fidelidade do vassalo no sentido da gratidão complementar e o medo que a identificação imponente do suserano no preâmbulo tinha a intenção de produzir. Quando os tratados eram renovados, o prólogo histórico era atualizado. Todos estes aspectos formais caracterizam Dt. 1:6 - 4:49.

O prólogo histórico da Aliança do Sinai referia-se ao livramento do Egito (Êx. 20:2b). Deuteronômio começa com a cena da Aliança do Sinai e continua a história até a assembléia da renovação da aliança em Moabe, enfatizando as recentes vitórias transjordanianas. Quando, mais tarde, Josué tornou a renovar a aliança de Israel, continuou com a narrativa em seu prólogo histórico através dos acontecimentos de sua

própria liderança à frente de Israel, a conquista e o estabelecimento em Canaã (Js. 24: 2-13).

A. De Horebe a Hormá. 1:6 – 2:1.

6-8. Após um ano de acampamento na região do Sinai, onde a aliança foi ratificada e o Tabernáculo confirmado como habitação de Deus em Israel, chegou o momento de dar o próximo passo decisivo na realização das promessas feitas aos pan (vs. 6, 8b). A iniciativa no avanço contra a terra da possessão prometida foi tomada por ordem do Senhor, **Entrai e possuí a terra** (v. 8; cons. Nm. 10:11-13). No versículo 7b, veja Gn. 15:18 e segs.

9-18. Com a aproximação do momento de sua morte, Moisés estava preocupado em confirmar a autoridade daqueles que deviam ficar com a responsabilidade do governo depois dele. De importância primária era a sucessão de Josué, à qual ele logo se referiria (1:38; 3:21, 28), mas agora Moisés fazia Israel se lembrar da autoridade concedida a outros oficiais judiciários. veja em Êx. 18:13 e segs. a narrativa original,

10. Como as estrelas dos céus. A própria circunstância que deu origem à necessidade desses ajudantes judiciários de Moisés, a multiplicação da semente de Abraão, era a evidência propriamente dita da fidelidade do Senhor no cumprimento de Suas promessas (Gn. 12:2; 15:5; etc.), concedendo a Israel o estímulo de avançar pela fé para tomar posse de Canaã (cons. Dt. 1:7, 8). O mediador fiel de Deus, refletindo a bondade do Senhor, orou em favor da plena realização de todas as promessas da Aliança Abraâmica (v. 11).

17. Porque o juízo é de Deus. Este motivo para a justa administração da justiça era ao mesmo tempo um lembrete da natureza teocrática do reino israelita, um lembrete de que Deus era o Senhor que renovava a aliança com eles naquele dia.

19-40. Opondo-se à fidelidade do Senhor no cumprimento da aliança (cons. 6-18) tinha havido a infidelidade e desobediência de Israel. O fato do Senhor estar renovando Sua aliança, apesar deste

aspecto passado da rebeldia do vassalo, magnificava ainda mais a Sua graça e bondade (ver comentários introdutórios sobre Prólogo Histórico). O pecado particular do povo de Israel recordado na véspera de sua conquista de Canaã foi a sua recusa em avançar, quando pela primeira vez recebeu tal ordem, uns trinta e oito anos atrás. Veja em Números 13 e 14 a narrativa original. Desta vez a aproximação da terra foi feita pelo sul (Dt. 1:19). Moisés foi explícito ao avisá-los que Canaã era deles sem restrições (vs. 20, 21; cons. 7, 8; Gn. 15:16); contudo, sob as ordens do Senhor (cons. Nm. 13:1 e segs.), ele consentia na estratégia do reconhecimento da terra antes do ataque (Dt. 1:22.25).

26, 27a. Fostes rebeldes . . . murmurastes. A resposta de Israel diante do relatório dos espias foi de temor incrédulo e recusa em prosseguir.

27b. Por isso nos tirou . . . para . . . destruir-nos. A perversidade de Israel chegou ao extremo de interpretar sua eleição como uma expressão do ódio divino contra eles; Deus os livrara dos egípcios apenas para que os cananeus pudessem matá-los!

29-33. Não puderam ser dissuadidos – **nem por isso crestes** (v. 32) – de sua revolta declarada contra o programa da aliança do Senhor, apesar dos rogos e garantias que Moisés apresentou de ajuda paternal e sobrenatural de Deus, tais como experimentaram no Egito e no deserto.

34. Tendo, pois, ouvido o Senhor . . . indignou-se. Sua incredulidade provocou o veredito divino, selado por um juramento, sentenciando-os ao exílio da terra na qual recusaram-se a entrar (v. 35), exílio até a morte no deserto (v. 40).

36-38. Salvo Calebe . . . Josué. No aviso do julgamento havia uma manifestação da misericórdia da aliança divina, pois além de Calebe e Josué, os bons espia, seria poupada para entrar em Canaã mais tarde, toda a segunda geração de Israel (v. 39). Aí houve uma promessa de um benévolo novo começo – agora se cumprindo na renovação deuteronômica da aliança.

37. Contra mim se indignou o Senhor. A rebeldia de Israel provocou um fracasso da parte de Moisés, que deixou de cumprir

devidamente a sua vocação de tipo de mediador messiânico sempre submisso à vontade do Pai (cons. 3:26; 4:21; 32:50 e segs.). Isto aconteceu no retorno a Cades, depois dos trinta e oito anos de peregrinação (cons. Nm. 20:1 e segs.), mas foi mencionado aqui porque suas conseqüências foram a exclusão de Moisés junto com a geração mais velha (cons. v. 35). Foi por isso que se tornou necessário a designação de Josué como herdeiro da dinastia mediatorial – Josué "ali entrará" (v. 38) – **para conduzir os vossos meninos** (v. 39) que foram poupados e introduzi-los em Canaã.

1:41 – 2:1 Depois que o povo de Israel revoltou-se contra a vontade do Senhor com um assalto presunçoso e desastroso a Canaã, na vã esperança de escapar do veredito de Deus (1:41-44; cons. Nm. 14:40 e segs.), permaneceu um pouco em Cades (v. 46).

Deuteronômio 2

Depois, conforme Deus ordenou (1:40; cons. Nm. 14:25), peregrinaram na direção de suas sepulturas no deserto (2:1a). Assim o tempo se esgotou na região ao sudoeste de Edom até o quadragésimo ano (2b; cons. 2:14-16).

B. Avançando para Arnom. 2:2-23.

2-8. Cons. Nm. 20:14-21.

3b. Virai-vos para o norte. A ordem divina de avançar sobre Canaã dada à geração anterior (cons. 2:14-16), agora foi repetida. A respeito do caminho, aparentemente contornando o norte de Edom e através do caminho de Arabá que vai do Golfo de Ácaba até o Mar Morto, veja Nm. 20: 21 e segs.; 21:1-12; 33:36-44. Incerteza quanto à rota surge de nossa incapacidade de identificar muitos dos sítios, mas não é provável que 2:8 ou Nm. 21:4 se refiram a um desvio para o sul tão distante como o Golfo de Ácaba, fazendo parte de um contorno do Monte Seir.

4. Eles terão medo de vós. O temor que Esaú tinha de Israel (contraste com Gn. 32:3 e segs.) foi demonstrado pelo bloqueio de Seir (Nm. 20:20).

5. Não vos entremetais com eles. A luta pela primogenitura já fora há muito resolvida; Canaã era de Jacó. Contudo, Esaú também tinha a sua possessão, no Monte Seir (cons. Gn. 36), e Israel ficou proibida de lutar por ela. (Veja Dt. 23:7,8 em relação à posição relativamente privilegiada dos edomitas na assembléia de Israel.) Quando a política ditada pelo Senhor foi seguida, os edomitas recusaram-lhe passagem através de suas terras, compelindo assim Israel a contornar suas fronteiras (v. 8; cons. Nm. 20:14 e segs.). A passagem de Números não diz que os edomitas recusaram-se a vender provisões aos israelitas, uma vez que Israel concordou em contornar Edom. Além disso, Dt. 2:6 e 29 não declaram explicitamente que Edom tenha vendido provisões a Israel. Pois até mesmo 2:29a possivelmente se refere à última cláusula do versículo 28 (cons. 2:29b com 23:3, 4). Portanto não há contradição entre Números e Deuteronômio neste assunto.

7. Coisa nenhuma te faltou. Este versículo é mais um lembrete das benevolências passadas concedidas por Deus a Israel, mesmo durante a execução do seu julgamento do exílio (cons. 32:1 por exemplo).

9-23. Logo a seguir Israel entrou em contato com os descendentes de Ló, o sobrinho de Abraão, os moabitas e amonitas (Gn. 19:37, 38).

9. Não molestes a Moabe. Embora estes grupos não desfrutassem do privilégio dos edomitas de participar da assembléia de Israel (23:3 e segs.), também tinham possessões pelas quais Israel não devia lutar (cons. 5, 19). Cada uma destas nações desapossara um povo de gigantes semelhantes aos enaquins, geralmente conhecidos por refains, mas chamados de emins pelos moabitas (vs. 10,11) e zanzumins pelos amonitas (vs. 20, 21; cons. Gn. 14:5). A tribo de Enaque está mencionada nos textos das maldições egípcias e os refains nos textos administrativos ugaríticos.

12. O horeus também habitavam outrora em Seir. Em conexão com as aquisições territoriais de cada nação, nota-se que semelhantemente o Senhor desapossou os primitivos horeus, habitantes de Seir, em favor dos edomitas (cons. 5b,22), Também, em cada caso faz-se uma comparação adicional ; respectivamente, a concessão de uma herança a Israel pelo Senhor (v.12b) e a desapropriação dos aveus pelos caftorins (v. 23). Se a observação relativa à herança de Israel não foi anexada por algum oficial anônimo, como aquela que evidentemente completou o documento deuteronômico após a morte de Moisés, então sem dúvida se refere à conquista da Transjordânia.

Através de todas essas observações históricas, Israel, o servo da aliança, foi avisado que o Senhor tinha uma hegemonia sobre o território da terra prometida. Em Sua providência que tudo controla, Ele desapossara grandes nações repetidamente – até mesmo os enaquins, cuja presença em Canaã amedrontara Israel até à rebelião contra o Senhor, uma geração antes (cons. 1:28; 2:14,15). E o Senhor o fizera em benefício de diversos povos que desfrutavam de tal status especial de vocação eletiva igual ao que Israel desfrutava. Com que confiança, portanto, Israel deveria obedecer às ordens do Senhor, levantando-se (v.13) e atravessando os ribeiros de Zerede e Arnom (v. 24), e logo mais o Jordão (cons. 1:28, 1:2). Veja Amós 9: 7, onde há outra lição extraída desta data histórica. O Zerede delineava os limites ao sul de Moabe, ao longo de cuja fronteira oriental Israel passou, aproximando-se assim das fronteiras de Amom, que ficavam a leste e norte de Moabe (Dt. 2:18,19; cons. 8b; Nm. 21:11 e segs.).

C. Conquista da Transjordânia. 2:24 – 3:29.

Atravessando o Arnom (2:24), a fronteira setentrional de Moabe, Israel encontraria os amorreus. Siom, o amorreu, governava desde o Arnom até o Jaboque (2:36; cons. Nm. 21:24), tendo a sua capital em Hesbom (2:26), e Ogue, o amorreu (cons. 3:8) governava desde o Jaboque no norte de Gileade e Basã até o Monte Hermom (3:4,8.10;

cons. 3:13; Is. 12:5). Os amorreus não estavam protegidos por tais inviolabilidades como os edomitas, moabitas e amonitas. O fato de se fazer uma oferta de paz a Siom (2:26) indica que a sua terra na Transjordânia (que antes pertencera aos moabitas e amonitas; cons. Js. 13:25; 21:26; Jz. 11:13) não fazia parte da terra particular prometida a Israel (cons. Dt. 20:10). Mas o seu povo, sendo povo de Canaã, caiu sob o princípio do *herem* (veja 7:1-5 ; cons. 2:33-35; 3:6; 7:2, 16 ; 20:14-17).

Era o momento no qual os amorreus estavam maduros para o julgamento, momento este estabelecido como a hora de Israel conquistar Canaã (cons. Gn. 15:16). Com a expansão dos amorreus, além do Jordão, havia uma correspondente extensão de território que se tornaria possessão de Israel pela conquista. Portanto, uma nova ordem divina estava a espera de Israel no Amom: Passa a possuí-la, e contende (v. 24); e uma nova promessa divina: **Hoje começarei a meter o terror e o medo de ti aos povos** (v. 25). O processo da derrota de Siom foi muito semelhante ao de Amenofis II, o Faraó do Êxodo. Ambos foram solicitados a prestar um favor aos israelitas (vs. 26-29), mas recusaram-se porque **o Senhor... endurecera o seu espírito** (v. 30). Ambos tomaram atitude hostil contra Israel (v. 32) e sofreram a derrota, quando o Senhor lutou por Seu povo (vs. 31,33 e segs.), (Veja comentário sobre 2: 29 em 2-8.) O curso superior do Jaboque a leste, corre do norte para o sul, separando o reino de Siom dos amonitas (2:37).

36. Tudo isto o Senhor nosso Deus nos entregou. Nesta vitória, o começo da desapropriação dos amorreus, houve uma demonstração do poder irresistível e autoridade absoluta do domínio do Senhor sobre e em favor de Israel. Com referência à narrativa original da derrota de Siom, veja Nm. 21:21 e segs.; para a derrota de Ogue, veja Nm. 21:33 e segs.

Deuteronômio 3

3:2. porque a ele .. . dei na tua mão. O avanço contra Ogue também foi sob ordens divinas, acompanhadas da promessa de sucesso (cons. 2:24, 25); e novamente a vitória foi concedida pelo Senhor (3:3).

5. Fortificadas com altos muros. A altura das fortificações inimigas não devia despertar o medo no exército do Senhor, nem o tamanho do seu rei (v. 11; cons. 2:11, 20).

8-11. Aqui o autor resume os resultados das vitórias de Israel em Jaza (2:32) e Edrei (3:1).

12-20. Foi concedido a Moisés ver o começo da conquista sob sua liderança e também a distribuição da terra entre as tribos. Veja. este acontecimento posterior em Números 32.

12. Esta terra... dei aos rubenitas e gaditas. As tribos de Rúben e Gade tomaram a iniciativa em pedir a terra recém-conquistada. Mas quando Moisés atendeu o pedido, levou em consideração os triunfos particularmente obtidos no norte pelas famílias manassitas de Maquir, Jair e Noba (v. 14; cons. Nm. 32:39-42). A esta meia tribo de Manassés foi concedido o território de Ogue, isto é, Gileade ao norte de Jaboque e Basã (Dt. 3:13, 15 ; cons. Js. 13:29-31). A Rúben e Gade foi concedida a terra de Siom desde o Jaboque ao sul de Gileade até o Arnom, ficando a tribo de Gade localizada ao norte de Rúben, com suas fronteiras logo acima do Mar Morto. Gade também recebeu o Vale do Jordão até o Mar de Quinerete (veja Dt. 3:12, 16, 17; cons. Js. 13:15-28).

18. Passai, pois, amados. A condição estrita estipulada às duas tribos e meia que receberam terras fora de Canaã, era que tinham primeiro de cumprir com sua responsabilidade de participar da conquista de Canaã (Nm. 32: 6.32). A profunda preocupação de Moisés com este assunto aparece novamente aqui no tratado deuteronômico (vs. 18.20).

21-29. Exceto pela cerimônia da renovação da aliança propriamente dita, a conquista e a distribuição da terra à leste do Jordão encerrou a obra de Moisés.

24. Passaste a mostrar. . . a tua grandeza. Nestas realizações o servo de Deus testemunhou a diligente entrada de Israel na posse de sua herança. Mas por mais que ele desejasse ver o cumprimento das promessas de Deus em Canaã – **rogo-te que me deixes passar** (v. 25) –,

não recebeu a permissão de atravessar o Jordão, mas de apenas olhar por cima dele (v. 27; cons. Nm. 27:12 e segs.; Dt. 34:1 e segs.).

26. A respeito deste texto, veja 1:37; 4:21, 22. A obrigação final de Moisés, portanto, foi estimular o povo a conquistar em nome do Senhor (v.22) e transmitir a Josué a liderança da conquista (vs. 21, 28; cons. Nm. 27: 18-23; Dt. 1:38; 31:7, 8, 14, 23). A referência a Bete-Peor na identificação do sítio destes atos finais de Moisés (Dt. 3:29; cons. 4:46) recordam outros acontecimentos que transpiraram durante o acampamento de Israel ali (cons. Nm. 22:25).

Deuteronômio 4

D. Resumo da Aliança. 4:1-49.

O prólogo histórico termina com uma exortação. É uma transição para a seção seguinte sobre as obrigações do relacionamento convencional. A convocação à obediência aqui enunciada, repercutiu sucintamente nos parágrafos que introduzem significativas divisões dentro das estipulações (veja 5:1; 6:1; 12:1). Deuteronômio 4 é notável porque resume, numa certa extensão, todos os aspectos que constituem o padrão documentário dos antigos tratados de suserania. Assim, temos aqui: 1) a identificação do autor da aliança, falando (vs. 1, 2, 5, 10); 2) referências ao passado relacionamento histórico; 3) a apresentação da exigência central de pura devoção ao suserano; 4) apelo às sanções das bênçãos e maldições; 5) invocação de testemunhas (v. 26); 6) a exigência de transmitir o conhecimento da aliança às gerações subseqüentes (vs. 9,10); e 7) alusão à questão dinástica (vs. 21, 22). Esta mistura de diversos aspectos de liderança na instituição da aliança encontrados aqui e em todo o livro, explicam-se pela origem do material no livre discurso de despedida de Moisés. Deuteronômio não é um documento preparado em uma repartição pública com desapaixonado apego à forma legal.

Os versículos 1-8 fazem uma convocação à sabedoria. Os estatutos que Moisés ensinou a Israel foram uma revelação da vontade de Deus (v. 5).

2. Nada acrescentareis. . . nem diminuireis. As leis de Deus não deviam sofrer emendas ou reduções através de legislação humana (cons. 12: 32; Ap. 22:18 e segs.). Toda a obrigação do homem era obedecer, e os israelitas obedientes receberam a promessa de vida e rica herança – **para que vivais . . . e possuais a terra** (v. 1). O fato de que, em última análise, a piedade e a prosperidade não se separam fica prefigurado na história da teocracia de Israel, pois simboliza o reino de Deus realizado. Ilustração deste fato era o recente juízo divino sobre Israel por causa do seu envolvimento na idolatria de Baal-Peor (v.3; Nm. 25:1-9); pois aqueles que se comprovaram fiéis naquela tentação foram poupados da praga da morte (Dt. 4: 4). De maneira compreensível, então, a obediência às leis divinas identifica-se com a verdadeira sabedoria.

7,8. Deuses tão chegados. . . estatutos e juízos tão justos. Obediência é o caminho para o desfrute das supremas bênçãos da aliança – a proximidade divina no poder salvador, e o conhecimento da verdadeira justiça. Esta luz revelada em Israel tornou-se realmente a luz dos gentios (v. 6b). Nesta exposição do caminho da aliança como o caminho da sabedoria, estabeleceram-se os fundamentos na Torá para a literatura da Sabedoria, a qual veio mais tarde achar o seu lugar no cânon sagrado.

Nos versículos **9-31** declara-se a insensatez da idolatria. Quando Moisés confrontou a nova geração com o desafio de reafirmar a fidelidade que seus pais penhoraram no Sinai, ele mostrou-se vivamente cômico do pecado do bezerro de ouro dos pais, com o qual transgrediram a aliança quase imediatamente depois dela ter sido selada (cons. 9: 7 e segs. ; Êx. 32). Por isso destacou a proibição contida no segundo mandamento, fazendo o contraste entre o caminho da sabedoria e vida (Dt. 4:1-8) com o caminho da loucura e destruição.

10. E os farei ouvir as minhas palavras. No Horebe, Deus revelou a Israel a maneira certa de adorar. Aquela revelação estava contida na aliança, a qual, foi primeiro comunicada oralmente e depois inscrita nas duas tábuas. A preparação dos documentos em duplicata, uma para o

suserano e outra para o vassalo, era o procedimento regular na ratificação dos tratados de suserania. O fato do conteúdo das tábuas ser chamado de "dez mandamentos" ou "aliança" aponta para a natureza da aliança como declaração do senhorio divino.

12. O Senhor vos parou do meio do fogo (veja também v. 15). A maneira da verdadeira adoração também foi revelada pela própria natureza da teofania. Pois, embora a voz fosse ouvida declarando as palavras da aliança, nenhuma forma de Deus foi vista mas apenas o fogo devorador da glória de Deus. Os símbolos visíveis da auto-revelação de Deus assim reforçaram a proibição do segundo mandamento.

Israel devia abster-se da idolatria e não devia adorar a obra de mãos humanas – imagem esculpida (vs. 16-18,23; com 5:8) – mas também não devia adorar a obra das mãos de Deus, o exército dos céus (v. 19). A adoração do que era visível e criado era característica das nações gentias as quais Deus abandonara à sua própria e louca perversidade (v. 19b; cons. 29:26 ; Rm. 1:21 e segs.).

20. Para que sejais povo de herança. Se Israel se voltasse para a idolatria, estaria escolhendo o destino da rejeição de sua eleição divina como possessão redimida e exclusiva do próprio Deus (veja também 7:6; 14:2); um privilégio exclusivo que exigia um serviço e devoção exclusivos.

23. Guardai-vos. Profeticamente Moisés advertiu que o gozo prolongado das bênçãos de Canaã, bênçãos que nem ele receberia (vs. 21,22a), poderia provocar o esquecimento do passado (v. 25; cons. v. 9). Que os israelitas, portanto, se lembrassem que o Deus ao qual tinham jurado fidelidade no Sinai, apareceu ali como fogo consumidor (v. 24). Se provocado ao ciúme pela idolatria, Ele desencadearia as maldições da aliança sobre tal loucura. E que maldição poderia ser maior que abandonar aqueles que repudiam a eleição divina à futilidade da idolatria que escolheram e à comunidade dos homens de mentes e destinos igualmente depravados? (vs. 27,28; 28: 64 e segs.)

29-31. De lá buscarás . . . e o acharás. Contudo, a aliança divina é aliança de salvação, e seu cumprimento está garantido pelo juramento que Deus fez aos patriarcas. Portanto, depois da loucura de Israel e após o juízo, Deus garantiria o arrependimento de modo que além da maldição do exílio, haveria bênçãos da restauração (cons. 30:1 e segs.).

32-40. Estes versículos apresentam as evidências da verdadeira religião. A identidade do Senhor como Deus somente nenhum outro há senão ele (v. 35) – Criador soberano dos céus e da terra, evidenciou-se por suas maravilhosas auto-revelações em teofania e milagre redentor (vs. 35, 39 ; cons. Êx. 10:2).

32. Pergunta . . . se sucedeu jamais coisa tamanha como esta. Seus atos gloriosos no Horebe e no Egito foram sinais sem paralelo; nenhum ídolo das nações jamais identificou-se assim. Se o propósito da vocação de Israel foi levar os povos ao temor reverente (v. 36), e conhecimento do Senhor como Deus (vs. 35, 39), a fonte dessa vocação encontrou-se na livre graça de Deus (cons. 9:5).

37, 38. Porquanto amou teus pais. Moisés remontou a origem do livramento do Egito e da herança do prometido repouso (penhor do qual era a ocupação da Transjordânia) ao amor soberano de Deus pelos patriarcas, principalmente Abraão.

39. O Senhor é Deus. Moisés ainda apontou para a totalidade das misericórdias milagrosas do passado e para as sanções da esperança futura da aliança (v. 40) como motivos para o reconhecimento consciente das reivindicações da divindade exclusiva do Senhor.

41-43. Como parte do prólogo histórico do tratado deuteronômico, o mais recente acontecimento significativo no benévolo governo de Deus sobre Israel foi citado aqui. Em obediência à orientação divina, (cons. Nm. 35:1,14), Moisés apontou três cidades de refúgio na região conquistada por Israel na Transjordânia, uma em cada setor, ao norte, no centro e ao sul (cons. 19:1-13).

44-49. Esta passagem é transicional. Como sumário das conquistas da Transjordânia (vs. 46b-49; cons. 2:32-36; 3:1-17), serve de conclusão

ao prólogo histórico. Mas também é imediatamente introdutório às estipulações (vs. 44-46a). A cena da cerimônia da aliança e do adeus de Moisés foram apresentadas de maneira precisa (cons. 1:3.5; 3:29).

45. Quando saíram do Egito assinala a transação, como se pertencesse à era mosaica da prolongada viagem do Egito ao Jordão. A ratificação desta aliança devia ser finalmente concluída na nova era quando Israel entrasse em Canaã sob a liderança de Josué (cons. 11:29 e segs.; 27).

III. Estipulações: A Vida sob a Aliança. 5:1 - 26:19.

Quando os tratados de suserania eram renovados, as estipulações, que constituíam as partes longas e cruciais das alianças, eram repetidas mas com modificações, especialmente as que eram necessárias para atender às mudanças situacionais. Por isso Moisés recitou e reformulou as exigências promulgadas na Aliança do Sinai. Além disso, tal como costumavam começar as estipulações dos tratados com as exigências fundamentais e gerais de absoluta fidelidade dos vassalos para com o suserano, prosseguindo então nas várias exigências específicas, Moisés agora confrontou Israel com a exigência primária de consagração ao Senhor (vs. 5-11) e então com as estipulações subsidiárias da vida sob a aliança (vs. 12-26).

A. O Grande Mandamento. 5:1 – 11:32.

O primeiro e grande mandamento da aliança, a exigência de perfeita consagração ao Senhor, está enunciado nos capítulos 5-7, e reforçado por reivindicações e sanções divinas nos capítulos 8-11. Esta divisão de assuntos, entretanto, não é rígida; o fio da exortação é penetrante. Analisado mais detalhadamente, esta seção desenvolve o tema do grande mandamento como se segue: as reivindicações do Senhor sobre Israel (cap. 5); o desafio do exclusivo senhorio divino sobre Israel, expresso como um princípio (cap. 6) e um programa (cap. 7); advertências contra

a tentação da autonomia, quer na forma do espírito de auto-suficiência (cap. 8) ou da justiça própria (9:1 – 10:11); um chamado à verdadeira fidelidade (10:12 – 11:32).

Deuteronômio 5

1) O Senhorio da Aliança do Senhor. 5:1-33.

1. Ouvi . . . aprendais e cuideis em os cumprirdes. Este capítulo começa e termina (vs. 32,33) com um encargo de seguir cuidadosamente as estipulações divinas da aliança que estavam no processo da solenização.

2-5. O compromisso ao qual Israel fora convocado tinha de ser uma renovação do relacionamento convencional com o Senhor, que já estava em vigor. Quarenta anos antes, no Sinai, Deus estabelecera a Israel por meio da cerimônia da aliança como Seu povo teocrático (v. 2). Aquilo foi feito para cumprir as promessas anteriores feitas aos patriarcas.

3. Não . . . com nossos pais . . . e, sim, conosco. Os "pais" patriarcais (cons. 4: 31, 37 ; 7 : 8, 12 ; 8 : 18) morreram sem receber as promessas. Mas a geração atual, com a qual foi estabelecida a Aliança do Sinai, além da geração anterior que pereceu no deserto (cons. 11:2), teve o privilégio de ver o reino prometido realizado.

5. Eu estava em pé entre o Senhor e vós. No Sinai, como agora, Moisés fora o mediador entre Deus e Israel, um cargo tanto mais necessário quanto o temor que Israel tinha de se encontrar face à face com a ardente teofania (cons. 4:12). Se o papel transmissor de Moisés descrito aqui não se refere às revelações dados depois da promulgação do Decálogo, então as declarações feitas em outras passagens, no sentido de que Israel ouviu Deus declarar o Decálogo (por exemplo 4:12; Êx. 19:9; 20:19) significariam que a voz de Deus foi audível, mas as Suas palavras eram indiscerníveis a Israel. Contudo, o versículo 5 é mais provavelmente antecipatório, tal como o 22b.

6-22. (Bíblia Heb. 6-18). Do fato da Aliança do Sinai, Moisés prossegue com seu conteúdo documentário conforme inscrito nas tábuas

em duplicata (cons. comentários sobre 4:13). Embora continuando com o pensamento de que Israel já estava convencionalmente ligada ao Senhor, atinge o propósito adicional de incorporar o compreensível resumo da lei da aliança permanente dentro da seção das estipulações do documento da renovação deuteronômica. O Decálogo, não sendo simplesmente um código moral, mas o texto de uma aliança, exhibe o padrão do tratado conforme segue:

Preâmbulo (v. 6a), prólogo histórico (v. 6b) e estipulações entremeadas com fórmulas de maldições e bênçãos (vs. 7-21).

12. Guarda o dia do sábado, para o santificar. A mais significativa das variações de forma do Decálogo, conforme apresentada em Êx. 20:2-17, é a nova formulação da quarta "palavra" ou mandamento. O ciclo sabático de vida simboliza o princípio da consumação característico da ação divina. Deus opera, matiza Seu propósito, e, regozijando-se, descansa. Êxodo 20:11 refere-se à exibição do padrão de consumação na criação para o modelo original do Sábado. Deut. 5:15 refere-se ao padrão da consumação manifestado na redenção, onde o triunfo divino é tal que leva os eleitos de Deus também para o seu repouso. Mais apropriadamente, portanto, o Sábado foi criado como sinal da aliança divina com o povo que Ele redimiu da escravidão do Egito para herdar o repouso em Canaã (cons. Êx. 31:13-17). A associação neo-testamentária do Sábado com o triunfo da ressurreição do Salvador, através da qual Seus redimidos, com Ele, alcançam o repouso eterno, corresponde à interpretação deuteronômica do Sábado em termos de progresso do propósito redentor de Deus.

Outras notáveis variações deuteronômicas no Decálogo são o inverso da ordem das palavras mulher e casa no décimo mandamento, e a adição aqui de seu campo (Dt. 5:21). Este último foi acrescentado porque Israel estava para começar uma existência assentada na terra, enquanto que durante as peregrinações no deserto tal legislação teria sido irrelevante. Este é um bom exemplo do tipo de modificações legislativas encontradas nas antigas renovações dos tratados seculares.

22. Estas palavras falou o Senhor a toda a vossa congregação. A singularidade da revelação das dez "palavras" está sublinhada neste versículo. Só esta revelação foi dita diretamente por Deus a todo Israel; só ela foi escrita por Deus.

23-27. (Bíblia Heb. 20-24). Continuando a narração do estabelecimento da aliança no Sinai, Moisés fez o povo de Israel se lembrar do seu voto anterior de obedecer à voz de Deus (cons. Êx. 20:18-21). Realmente, tal fora seu temor de Deus na presença de Sua glória, que preferiram, que Moisés recebesse revelações posteriores da voz divina para eles – **Chega-te, e ouve** (Dt. 5:27). Tal relutância em experimentar a presença de Deus é um grito remoto do deleite original do homem em ter comunhão com o seu Criador no Jardim. E aqui está exposta a excessiva malignidade da maldição sobre o pecado. É claro que há limites definidos às qualificações do homem para a visão de Deus (cons. Êx. 33:20). Mas mesmo que, dentro destes limites, a graça redentora torne possível desfrutar a visão de Deus, o homem decaído encara a experiência como uma ameaça para a sua vida (por exemplo, Gn. 32:30; Jz. 6:22, 23). Na santa presença de Deus no Sinai, os israelitas estavam tão fortemente cômnicos de sua corrupção, que temeram aventurar-se com seu raro privilégio (cons. Dt. 4:33). Contudo, seu temor era piedoso, pois eles reconheciam o Deus que lhes parecia tão terrível na montanha como o seu Deus, e submetiam-se a fazer a Sua vontade.

28-33. (Bíblia Heb. 25-30). Que outras recordações mais emocionantes Moisés poderia ter evocado em antecipações à sua conclusão final para andarem nos caminhos do Senhor e da vida, (vs. 32, 33) a não ser estas; 1) A aprovação divina do voto anterior de Israel – **falaram eles bem** (v.28); 2) seu anseio paternal de que, ao cessar a teofania do Sinai, a reverente devoção inspirada por ela continuasse **para que bem lhes fosse a eles e a sem filhos para sempre!** (v. 29) Esta reação do Senhor completa o registro do Êxodo 20.

No capítulo 6 enuncia-se o princípio da devoção exclusiva ao Senhor, e com ele a proibição corolária de fidelidade à divindades estranhas. Então no capítulo 7 anuncia-se o programa da conquista para eliminação dos deuses estranhos e os seus povos que dominavam Canaã, a terra escolhida pelo Senhor como tipo de seu reino eterno e universal.

Deuteronômio 6

2) O Princípio da Consagração. 6:1-25.

1-3. Os mandamentos que iam ser dados constituíam a lei divinamente ditada para o reino teocrático que dentro em breve ia ser estabelecido no novo paraíso do leite e mel.

3. Para que bem te suceda. O contínuo deleite de Israel habitando na terra de Deus, como Adão desfrutou continuamente do paraíso original, dependia da contínua fidelidade ao Senhor. É preciso estabelecer certas importantes distinções ao fazer tal comparação. Obediência impecável era a condição da contínua permanência de Adão no Jardim; mas a posse permanente de Canaã nas mãos de Israel condicionava-se à manutenção de uma medida de lealdade religiosa, a qual não incluía todo o Israel nem exigia perfeição mesmo daqueles que constituíam o verdadeiro Israel. Havia uma liberdade no exercício do julgamento como também na restrição do mesmo, uma liberdade que se originava no princípio latente da graça soberana no seu governo sobre Israel. Não obstante, Deus dispensou o seu julgamento de modo que os interesses da mensagem típica e simbólica da história de Israel foram preservados. (Veja mais adiante os comentários sobre os caps. 27.30.)

4. O Senhor nosso Deus é o único Senhor. Esta confissão (da qual diversas traduções são gramaticalmente possíveis) parece ficar mais compreensível quando equivalente às declarações de monoteísmo de 4:35 e 32: 39 (cons. I Cr. 29:1). "Porque, ainda que haja também alguns que se chamam deuses, quer no céu quer na terra (como há muitos deuses e muitos senhores), todavia para nós há um só Deus, o Pai . . . e um só Senhor, Jesus Cristo" (I Co. 8:5,6). Deus é único; a divindade

confina-se a Ele exclusivamente. Só a Ele o povo de Israel devia se submeter em aliança religiosa, e a Ele deviam servir na totalidade do seu ser, com a intensidade do amor (Dt. 6:5). A exigência divina desta devoção exclusiva e intensa, Jesus chamou de "o primeiro e grande mandamento" (Mt. 22:37, 38; Mc. 12:29, 30; cons. Lc. 10:25-28). É o princípio central de todas as estipulações da aliança.

6. Estas palavras . . . estarão no teu coração. As misericórdias divinas passadas, recordadas no prólogo histórico, deveriam despertar esse amor, e o amor deveria revelar-se em reverente obediência a todos os mandamentos particulares de Deus (cons. 11:1, 22; 19:9; 30:16; Jo. 14:15). Estes versículos são assim o texto para tudo o que vem a seguir.

7a. Tu as inculcarás a teus filhos. O caráter familiar da administração convencional exige que os filhos sejam educados sob o governo das estipulações (cons. 20 e segs.). Dia e noite os crentes deviam meditar nas leis de Deus (vs. 7b-9; cons. Sl. 1:2). Moisés não estava aqui fazendo exigências cerimoniais, mas elaborando com dados concretos a exigência de uma constante focalização de solicitude com a boa vontade do Senhor de Israel.

9. Umbrais . . . portas. Estas palavras refletem o costume arquitetural do mundo nos dias de Moisés. Para o uso figurado desta linguagem, veja Êx. 13:9,16. Uma prática literal das injunções de Dt. 6:8, 9 entraram na moda entre os judeus posteriormente, na forma de filactérios usados pelas pessoas (cons. Mt. 23:5) e o *mezuzah* afixado nos umbrais.

10-19. O corolário constante da exigência de lealdade nos antigos tratados de suserania era a proibição de fidelidade a qualquer outro, e todos os outros senhores. Em Canaã a tentação à idolatria ia ser aguda, pois os deuses daquela região reivindicaram ser os concessores da fertilidade e abundância na terra. Tal é a perversidade humana que Israel, satisfeita com a abundância material e cultura espoliada, sentir-se-ia inclinada a homenagear as reivindicações dos ídolos de suas vítimas,

esquecendo-se das reivindicações do Senhor que a salvara do Egito e lhe dera vitória em Canaã (vs. 10-12).

13. Pelo seu nome jurarás. Esse juramento constituía uma renovação do voto de fidelidade que ratificava a aliança e invocava a Deus como divindade que vingava a perfídia.

14. Não seguirá outros deuses. Assim Deus proibiu explicitamente o enredamento com os deuses de Canaã. Ele realmente guardaria com ciúmes a honra do Seu nome (v. 15).

16. Não tentarás o Senhor teu Deus. Israel não devia, portanto, ter a presunção de colocar Deus à prova, como em Massá (cons. Êx. 11:7), buscando provas de Sua presença e o Seu poder de impor-lhes as sanções da aliança, fossem bênçãos ou maldições. Antes, Israel devia ser fiel e Deus cumpriria fielmente Suas boas promessas (vs. 17-19; cons. v. 10).

20-25. Vendo as gerações que passavam, a perspectiva de Moisés se alargou. Seus interesses não se confinavam à presente assembléia de Israel, mas penetravam no futuro distante do urino de Deus (cons. v. 2).

20. Quando teu filho . . . te perguntar. Importantíssimo ao bem-estar da teocracia seria a educação fiel dos filhos dentro da mensagem das ações e propósitos redentores de Deus para o Seu povo.

24. Para o nosso perpétuo bem. Particularmente, a doação que Deus fez da Lei promoveu os propósitos de misericórdia, revelando o caminho da justiça, o qual conduziria ao favor e bênçãos divinas.

25. Será por nós justiça. Este versículo não apresenta um princípio operante da salvação. A ênfase recai sobre a função da lei apresentando o padrão de conduta que é justiça diante de Deus, o amor pelo qual é pré-requisito da beatitude, mas não fundamento meritório de tal estado.

Deuteronômio 7

3) O Programa da Conquista. 7:1-26.

1-5. No Livro da Aliança criado no Sinai promulgou-se um programa de conquista e extermínio dos habitantes e dos cultos cananitas (cons. Êx. 23:20-33; 34:11-16). Desse modo a antiga profecia

pela qual Noé amaldiçoou Canaã e o servo de Sem (Gn. 9:25, 26 ; cons. Gn. 10:15-18; Êx. 23:23) viria a se cumprir (veja, também Gn. 15:16-21) Tendo chegado a hora do juízo divino, Moisés agora desafiou Israel com a execução desse programa. Tudo e todos em Canaã que fossem consagrados aos ídolos e não ao serviço de Deus tinham de ser consagrados à ira de Deus.

1. Sete nações (cons. Js. 3:10; 24:11). Em listas iguais a esta o número varia de três a dez. O "sete" especificado aqui possivelmente é uma figura de totalidade.

2. A raiz hebraica *hrm*, traduzida para **totalmente as destruirás** nas principais traduções, significa em primeiro lugar *devotar* e então "banir" e "extirpar". O princípio do *herem* vem a se manifestar inteira e finalmente nos juízos do inferno.

Há pessoas que se escandalizam com a ordem dada por Deus a Israel de exterminar os cananitas, como se representasse ética sub-cristã. Na realidade, essas pessoas se escandalizam diante da teologia e religião da Bíblia como um todo. O Novo Testamento, além do Velho, adverte os homens quanto ao reino do banimento eterno, onde os réprobos, destinados à ira, devem magnificar a justiça do Deus a quem odiaram. Considerando que a teocracia do V.T. em Canaã era um símbolo divinamente estabelecido do final reino de Deus, encontra-se em conexão com ele uma antecipação intrusiva do padrão ético que entrará em vigor no juízo final e depois dele.

Mais ainda, a exterminação dos cananitas e seus cultos habituais (**derrubareis os seus altares. . . queimares . . . as suas imagens**, v. 5) foi necessária para cumprimento da vocação de Israel à consagração positiva a Deus em serviço vivo. Pois, por causa da fragilidade de Israel, a proximidade dos cananitas levada à dissolução da sua característica espiritual (v. 3), à fidelidade estranha e idólatra (v. 4a) e, conseqüentemente, à própria destruição de Israel (4b). O programa da conquista (cap. 7) torna-se assim uma aplicação consistente do princípio da consagração (cap. 6; esp. 6:12-15).

6-16. Os propósitos da eleição de Israel, que tinha de ser protegida com a eliminação dos cananitas, estão aqui elaborados.

6. Escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio. Isto faz lembrar Êx. 19:5, 6, a clássica formulação do singular status teocrático para o qual Israel foi escolhido. Uma vocação superior vem acompanhada da tentação à jactância (cons. a preocupação de Moisés com este problema nos caps. 8-10). Portanto, Israel foi lembrada de se gloriar apenas no nome de Deus.

8. Porque o Senhor vos amava. Só em Seu amor soberano e em Sua fidelidade podia-se descobrir a explicação da eleição de Israel (4:37), certamente não no tamanho da nação. Pois Deus escolheu Abraão, o pai dela, que era um somente, e a família de Jacó, que desceu ao Egito com apenas setenta almas (7:7; cons. 10:22). Conclui-se através da soberana graça divina que Israel não tinha reivindicações que pudessem estimular a falta de cuidado no que se refere às exigências e sanções da aliança.

9. Que guarda a aliança . . . até mil gerações. Aludindo à fórmula das sanções anexas ao segundo mandamento, Moisés declarou que embora a graça imerecida continuasse até a milésima geração, os zombadores apóstatas da graça e santidade descobririam que as maldições da aliança não eram ameaças infundadas (7:9-11).

12. O Senhor. . . guardar a aliança. Os fiéis deviam confiar que as bênçãos da aliança não eram promessas vazias (vs. 12-15; cons. Gn. 12:2, 3; Êx. 23:22-31). O Deus de Israel, o Criador, não Baal, era o concesso da fertilidade no campo, nos rebanhos e na família (Dt. 7:13,14).

15. O Senhor afastará de ti toda enfermidade. Fora o Senhor que sujeitara o homem à maldição da natureza por causa do seu pecado, e Ele podia por isso livrar os israelitas das notórias doenças dos egípcios (por exemplo, elefantíase, disenteria e oftalmia) exatamente como Ele os libertara do infame Faraó do Egito (v. 15; cons. v. 8; Êx. 15:26). O versículo 16 resume o assunto, repetindo a ordem e o seu propósito.

17-26. Embora, no que se refere aos privilégios da eleição os israelitas fossem tentados à vaidade, diante da responsabilidade de sua comissão eles se sentiriam tentados à timidez (v. 17 ; cons. Nm. 13:31 e segs.).

18,19a. Não tenhas temor. Em resposta a quaisquer temores que assim fossem despertados, Moisés fá-los lembrar daquela maravilhosa experiência no Egito durante a sua mocidade, quando por meio de poderosos sinais o seu Deus os salvou. Ele lhes assegurou que este mesmo Deus terrível ainda estava no meio deles para lutar em seu favor contra os reis cananitas (vs. 19b-24). A quem deviam então temer?

20. Vespões (cons. Êx. 23:28; Js. 24:12) aqui não são um símbolo do poder de Faraó, embora fosse usado pelos egípcios. É, antes, uma figura do terror de Deus, que, descendo sobre os inimigos de Israel, produziriam pânico e debandada (cons. Dt. 7:23). O fato de certas espécies de vespões, na Palestina, construírem seus ninhos debaixo da terra e nas rachaduras das rochas, sugere a propriedade da figura que a destruição dos cananitas foi nos seus esconderijos. Alguns traduziriam sirá para "desencorajamento" e não "vespões".

22. Lançará fora . . . pouco a pouco. Cons. Êx. 23:29,30; Jz. 2:20-23; 3:1,2. O desapossamento gradual dos cananitas feito por Deus, para o bem de Israel, foi suspenso após a apostasia de Israel depois de Josué, como castigo.

24. Apagues o nome deles. A promessa tranqüilizadora transformase em imperativo renovado nos versículos 24b-26 (cons. v. 5). Apropriar-se daquilo que foi colocado sob o anátema de Deus seria perder o direito ao status do favor convencional e colocar-se sob o anátema divino (cons. Js. 7).

Capítulos 8-11 apresentam a verdade que revela que a fidelidade absoluta ao Senhor (6:4 e segs.) significava que os israelitas, além de terem de se abster do culto simultâneo a qualquer outro deus (6:11 e segs.; 7:1 e segs.), também não deviam declarar sua independência religiosa. Por isso Moisés reforçou a obrigação fundamental de uma

devoção de todo coração a Deus, advertindo dos perigos de uma atitude autônoma, quer manifesta em espírito de auto-suficiência (cap. 8) quer no espírito de justiça própria (9:1 – 10:11). Seguindo às advertências negativas, esta seção conclui com um desafio positivo a que se submetam ao senhorio divino (10:12 – 11:32).

Deuteronômio 8

4) A Lei do Maná. 8:1-20.

O ponto focal deste capítulo é o versículo 17, com o seu quadro de um Israel futuro repousando em Canaã, e congratulando-se consigo mesmo. A lembrança da orientação providencial de Deus durante os quarenta anos no deserto (v. 2 e segs.) forneceria o corretivo para tal vaidade.

1-6. O versículo 1 é outro resumo introdutório das intimações e sanções da aliança (veja também 4:1; 5:1; 6:1).

2. No que se referia à geração sobrevivente, a peregrinação do deserto fora planejada como um período de exame para te provar – (v. 2b; cons. 13:3) e de instrução necessária (v. 3c). Fora uma disciplina paternal e contribuíra para suas bênçãos definitivas (v. 5 ; cons. 16c).

3. E te sustentou com o maná. O significado da humilhação de Israel, por Deus (v. 2), é ilustrado pela referência à Sua extraordinária provisão de cada necessidade durante os quarenta anos (vs. 3:4; cons. 29: 5,6), particularmente enviando o maná (veja Êx. 16, esp. v.4). A humilhação consistiu da privação e então da provisão do "o que é isto?", o desconhecido, o sobrenatural pão do céu, que compeliu o povo a reconhecer sua dependência de Deus (cons. Dt. 8:16a,b).

A moderna exegese naturalista identifica o maná bíblico com excreções de cochonilhas semelhantes ao mel encontradas em moitas de tamargueiras na região do Sinai. Seja qual for o papel explícito que foi ou não foi representado por essas excreções, o pão do céu era, nada mais nada menos que um produto claramente miraculoso em sua natureza e maneira de provisão. Mais ainda, uma simples mudança de um gênero de

alimento normal e apetitoso para outro, por mais exótico que fosse, jamais teria humilhado Israel nem lhe teria ensinado a verdade que o maná ensinou: **não só de pão viverá o homem, mas de tudo o que procede da boca do Senhor, disso viverá o homem.**

Deus conduziu Israel a uma situação na qual a vida derivava e tinha de ser diariamente buscada no pão celestial, o fruto de um exercício criativo diário da palavra de Deus. Este era um lembrete eficiente de que a criatura não existe como um ser auto-suficiente, sustentada pelos frutos de uma terra que também não existe e produz independentemente de Deus. Ele depende sempre e basicamente da palavra divina que deu vida a ele e ao seu mundo. Além disso, Deus propôs a ensinar a Israel que a vida do homem, diferentemente da vida animal, não consiste em apenas uma vitalidade física que o pão, quer terreno ou celestial, possa sustentar. Por isso ele providenciou o pão do céu de tal maneira que fosse necessária uma resposta ético-religiosa diante de Sua palavra preceptiva. Esta resposta foi apropriadamente focalizada sobre a guarda do sábado, o sinal da fidelidade do homem à aliança como também o lembrete do papel de Deus como Criador. Assim, o maná ensinou Israel que só quando o homem permanece obediente sob a palavra soberana do Senhor, a fonte máxima da vida, é que ele encontra vida verdadeira e duradoura (cons. 30: 20).

7a. Boa terra. A lembrança da lição do deserto foi necessária a esta altura, pois Deus estava conduzindo Israel para dentro de uma terra onde os produtos normais da natureza proporcionariam um padrão de vida comparavelmente exuberante (vs. 7-10a).

9b. Cujas pedras são ferro. No substrato de arenito da Palestina existem veios de cobre e ferro, e descobriram-se antigas minas onde esse arenito emerge à superfície no Arábá.

11. Guarda-te não te esqueças. Embora todos esses produtos naturais deviam ser gratamente aceitos como presentes de Deus, exatamente como o maná sobrenatural (v.10b), a fartura e tranqüilidade embotaria a percepção que Israel tinha de Deus (v. 12: 13).

14. ... e eleve o teu coração. O orgulho suprimiria as lembranças de dias mais humildes de escravidão, escorpiões e sede; dias quando o livramento e a sobrevivência exigiram a intervenção divina através de meios desconhecidos até então (vs. 15, 16). Eles deviam se precaver de negar assim o Senhor por causa da auto-bajulação. A mesma verdade que tivera de ser aprendida antigamente quando os estômagos estavam vazios, seria relevante no futuro quando os estômagos estariam cheios: a fonte da vida do homem é a palavra de Deus – **é ele o que te dá força** (17,18a). A beatitude de Israel devia-se somente à fidelidade divina ao seu juramento convencional (v.18b; cons. Gn. 15). Ao mesmo tempo o Senhor interviria na vida daqueles que violassem a aliança com as maldições que eles invocassem.

20. Assim perecereis. Repudiar a eleição de ser propriedade peculiar do Senhor e identificar-se com os cananitas anatematizados em sua iniquidade idólatra, resultaria na identificação de Israel com os pagãos e o seu destino.

5) A Advertência das Tábuas Quebradas. 9:1 – 10:11.

Se Israel considerasse Canaã como uma recompensa por sua própria justiça (9:4), seria uma contradição ainda maior das realidades do relacionamento convencional do que a sua presunção em considerar a possessão e prosperidade da terra uma façanha do seu próprio poder (8:17). O conceito de justiça própria é uma tentativa do pecador, que anseia pela autonomia, de libertar-se de Deus exatamente naquele ponto onde a sua necessidade de Deus é mais desesperada – a necessidade do perdão e purificação. Moisés portanto apresentou apaixonadamente a verdade que revela que as promessas e bênçãos do relacionamento convencional pertenciam à Israel por virtude da misericórdia, não por mérito.

Deuteronômio 9

1-5. A ocasião para esta admoestação foi a perspectiva de Israel desapossar um povo reconhecidamente invencível em um ataque e defendido por fortificações aparentemente inexpugnáveis – **idades grandes e amuralhadas até aos céus** (v. 1). Sobre os enaquins e outros povos impressionantes, veja 1:28; 4:38; 7:1; Nm. 13:28. A ponta de lança de Israel era, contudo, Aquele que habita nos céus e que faz das mais altas montanhas da terra o estrado dos Seus pés, e que é, além do mais, um fogo devorador (cons. Dt. 4:24; 7:17 e segs.).

4c. Minha justiça. Este é o trágico equívoco sobre os acontecimentos relacionados à conquista, ao qual Israel estaria sujeito a despeito de todos os óbvios fatos históricos e advertências explícitas de Deus ao contrário. A explicação do triunfo de Israel só poderia fazer na maldade dos cananitas de um lado (vs. 4c, 5) e na graça perdoadora de Deus para com Israel do outro (9:6 – 10:11). Veja Gn. 15:16 quanto ao relacionamento entre a iniquidade dos habitantes de Canaã e o cumprimento das promessas da Aliança Abraâmica.

Investigações arqueológicas têm revelado as profundidades abissais da degeneração moral na sociedade e da religião cananita dentro da era mosaica. A maneira pela qual a aquisição da terra prometida a Israel foi sujeita à eliminação dos cananitas exemplifica o princípio do julgamento redentor. A salvação dos amigos de Deus, necessariamente envolve o triunfo deles sobre os amigos de Satanás. Do ponto de vista dos eleitos, o juízo destes últimos é um juízo redentor (por exemplo, Ap. 19:11 e segs.; 20:9, onde a redenção dos eleitos foi consumada através da ruína das hordas satânicas).

6. A interpretação baseada na auto-justiça que Israel poderia dar à conquista, já fora contestada de antemão por toda a experiência que Moisés tinha com a nação durante os quarenta anos passados (vs. 7, 24). Os israelitas já tinham repetidas vezes demonstrado que eram um povo rebelde, violador da aliança (vs. 6-17, 21-24). Haviam sido poupados e preservados no relacionamento convencional com Deus apenas por causa

da misericordiosa renovação da aliança violada (10:1-11) em atenção à importuna intercessão mediatorial de Moisés (9:18-20, 25-29).

8. Em Horebe tanto provocastes à ira do Senhor. O exemplo clássico da infidelidade de Israel aconteceu no exato momento em que a aliança estava sendo solenizada no Horebe (9:8 e segs.; cons. Êx. 32). Israel acabara de jurar fidelidade a Deus e votar obediência aos Seus mandamentos (Êx. 24). Realmente, foi enquanto o Senhor estava no próprio processo da inscrição do tratado nos documentos de pedra em duplicata, durante a primeira estada de Moisés de quarenta dias e quarenta noites no monte, que Israel violou a aliança comprometendo-se com a idolatria. Naquela hora a ira de Deus acendeu-se e Israel chegou a ponto de ser aniquilada – **Deixa-me que os destrua** (v. 14; cons. 19a). Até onde o mérito estava envolvido, Israel não merecia herdar o fruto de Canaã, mas cair sob o anátema junto com os cananitas desapossados. A maneira como Moisés lidou com as tábuas do tratado – **e as quebrei ante os vossos olhos** (v. 17) – e com o bezerro de ouro (v. 21) era símbolo da destruição da aliança. Tal procedimento ritual se evidencia nos antigos tratados públicos em relação à violação do juramento feito pelo vassalo.

22. Também em Taberá, em Massá e em Quibrote-Hataavá. Outros exemplos de Israel provocando a ira de Deus precederam e seguiram-se ao dia da assembléia no Sinai (Êx. 17:2-7; Nm. 1) até que a sua perversidade em Cades-Barnéia (Dt. 9:23; cons. 1:26 e segs.; Nm. 13; 14) desencadeou o veredito do exílio até a morte para a geração mais velha.

Mais de uma vez o juízo foi desviado pela intercessão de Moisés. Neste aspecto do ministério de Moisés, mais notável do que qualquer outro, sua mediação prefigurava a mediação antitípica de Cristo, que também "intercedeu pelos transgressores" (Is. 53:12). Quando no Sinai Deus ameaçou riscar o nome de Israel e ofereceu-se para exaltar os descendentes de Moisés fazendo deles uma nação da nova aliança (Dt. 9:14; com. Êx. 32:10), Moisés cumpriu fielmente com o seu papel de mediador em benefício de Israel e não agarrou a oportunidade de se tornar um segundo

Abraão. Na verdade, ele se ofereceu como um segundo Isaque sobre o altar. Moisés rogou que, se devia haver um riscar de nomes, em vez de se fazer uma exceção no julgamento, ele poderia ser o riscado para que o perdão fosse concedido aos outros (Êx. 32:32). "Tê-los-ia exterminado... se Moisés, seu escolhido, não se houvesse interposto, impedindo que sua cólera os destruísse" (Sl. 106:23). A intercessão à qual se refere Dt. 9:18,19, 25-29 (cons. 10:10) foi feita durante o segundo período de quarenta dias que Moisés esteve na montanha.

Tem-se encontrado dificuldades no fato do conteúdo da oração de Moisés, em 9:26-29, corresponder à que foi registrada em Êx. 32:11-13, pois tem-se presumido que esta última se refere aos primeiros quarenta dias de Moisés diante de Deus. Na verdade, Êx. 32:11-14 é um sumário introdutório da narrativa que vem a seguir, a qual abrange o segundo período de quarenta dias. A seqüência cronológica imediata é de Êx. 32:10 a 32:15, conforme se reflete em Dt. 9:14, 15. A narrativa do Êxodo de 32:30 – 34:29 possivelmente se refere ao segundo período de quarenta dias e sua seqüência, e não aos acontecimentos precedentes; o arranjo, conforme acontece com freqüência na narrativa hebraica (cons. Dt. 9 mesmo), subordina a estrita seqüência cronológica aos tópicos. **Pois ainda esta vez** (9:19; 10:10) é a melhor tradução, dando a *gam* seu mais freqüente sentido enfático.

A ira particular de Deus contra Arão (v. 20), não mencionada na narrativa do Êxodo, foi citada aqui para demonstrar como Israel era completamente destituído de mérito e como dependia da misericórdia – até o seu sumo sacerdote era um tição arrancado do fogo. A mesma verdade revela-se nas razões da intercessão de Moisés (vs. 26-29).

27. Lembra-te . . . Abraão, Isaque e Jacó. Ele rogou por uma suspensão do juízo apesar da maldade e teimosia de Israel (v. 27b) e com base apenas no interesse de Deus preservar seu próprio nome entre as nações da terra. Deus já há muito tinha declarado seus soberanos propósitos de juízo redentor e identificara este programa com Sua maneira de tratar Israel e o Egito.

28b. Não tendo podido . . . introduzi-los na terra. Se agora destruía Israel, mesmo se não violasse assim Sua aliança e cumprisse fielmente Suas promessas feitas aos patriarcas (cons. 9:14), tal procedimento estaria sujeito a má interpretação. O significado da poderosa revelação do nome de Deus no juízo e na salvação durante o Êxodo ficaria obscurecido e o temor dEle sena diminuído por desrespeito, o que seda mal interpretado como fraqueza.

Deuteronômio 10

10:1-11. A renovação da aliança depois da idolatria de Israel no Sinai foi, portanto, devida somente à graça divina. Parte da cerimônia da renovação foi a preparação das duas novas tábuas do tratado. Veja Êx. 34:1-4a, que possivelmente pertence cronologicamente entre 32:29 e 32:30. Do mesmo modo, Dt. 10:1a precede em tempo 9:18 e segs. e 9:25 e segs. Há uma negligência posterior de distinção cronológica dentro de 10:1-5, pois a menção da construção da arca como depósito das tábuas de pedra está interligada com a narrativa do talhamento e gravação deste segundo jogo do texto do tratado. Foi realmente depois do segundo período de quarenta dias que Moisés mandou Bezalel construir a arca (Êx. 35:30 e segs.; 36:2; 37:1) e foi, é claro, algum tempo depois que Moisés colocou o testemunho dentro da arca (Êx. 40:20) e então pôs a arca no Tabernáculo (Êx. 40:21).

A maneira condensada e resumida de Dt. 10:1-5 reflete a exigência encontrada nos tratados internacionais de suserania que os textos da aliança em duplicata fossem depositados no santuário de ambas as partes convencionais, a fim de que assim ficasse sob a vigilância das divindades do juramento. No caso da aliança de Deus com Israel, só havia um santuário envolvido, uma vez que Deus, o Suserano da aliança, também era o Deus que tinha o Seu santuário em Israel. Sendo o propósito de 10:1-5 declarar de maneira compreensiva e geral que Deus tinha misericordiosamente reafirmado a aliança com os vassalos

rebeldes, Moisés incluiu a questão da arca como um elemento familiar e integral no processo padrão da ratificação.

Os versículos 6 e 7, aos quais os versículos 8 e 9 pertencem materialmente, constituem uma quebra de estilo. Não temos certeza 1) se esta dissertação originou-se como uma citação lida de um itinerário no decorrer do discurso de Moisés, 2) se ele o inseriu parenteticamente quando escreveu o Livro da Lei, ou 3) se alguém como o autor de Deuteronômio 34 acrescentou-o.

6. Partiram os filhos de Israel. A viagem em vista é aquela na direção sul partindo de Cades que foi registrada em Nm. 33:37 (para as devidas paradas, veja Nm. 33:30-33). **Seu filho, oficiou como sacerdote em seu lugar** (v. 6c). Os versículos 6, 7 são relevantes ao contexto; pois intensificam mais a graça renovadora da aliança de Deus, fazendo lembrar que o Senhor reinstituíu o sacerdócio de Arão, da tribo de Levi, e continuou-a em Eleazar, filho de Arão, apesar de Sua ha contra o pai (9: 20).

8. O Senhor separou . . . Levi. Cons. Êxodo 28; 29; Nm. 1:49 e segs.; 3:9 e segs.; 4:17 e segs.; 8:6 e segs.; 18:20-24. Esta seção também pode ser considerada como uma elaboração do assunto das tábuas da aliança (Dt. 10:8; cons. v. 5). O tema da intercessão foi concluído em 10:10, 11.

10. O Senhor me ouviu. Cons. 9:18, 19. A viagem à terra prometida, a qual Israel desmerecia tanto, tinha de ser retomada por causa do respeito que Deus tinha pelo Seu próprio nome, o nome que Ele usara no juramento, pois não poderia ter jurado por alguém superior (10:11; cons. Êx. 33: 1 e segs.).

6) Convocação à Submissão. 10: 12 – 11:32.

Israel agora confrontava-se com a grande decisão, a escolha entre a bênção e a maldição, (11:26-32). Moisés reforçou o chamado à obediência (10:12 e segs.; 11:1, 8, 13, 18 e segs., 32) focalizando os olhos do povo nAquele que lhe concedia a Sua aliança, o justo Juiz dos

céus e da terra (10:12-22), cujo imparcial julgamento Israel vira no passado, irresistivelmente executado no Egito e no deserto (11:1-7) e que no trituro veria soberanamente exercido sobre a terra e os habitantes de Canaã (11:8-25).

12. Agora introduz a conclusão de uma divisão mais importante do discurso (cons. 4:1). **E o ames, e sirvas ao Senhor.** A exigência básica e inclusiva da aliança está sendo aqui repetida (vs. 12, 13, 20; cons. 6:5, 13, 24; Mq. 6:8). Verdadeiro temor e verdadeiro amor são complementares e inseparáveis. São a resposta de um coração sincero diante da majestade e bondade de Deus, respectivamente, e juntos produzem serviço dedicado e obediência a toda a boa vontade de Deus.

16. Circuncidai . . . o vosso coração. Tal devoção genuína só pode brotar de um coração que tenha experimentado a realidade desta qualificação, que estava simbolizada no sinal iniciatório da aliança (cons. 30: 6; Êx. 6:12,30; Lv. 26:41; Jr. 6:10; 9:25, 26). Para inspirar o temor do Senhor, Moisés intimou Israel a considerá-Lo como o Senhor do cosmos (Dt. 10:14), como Deus acima de todos os que eram chamados de deuses (v.17a), como justo Juiz (v. 17b), e como o Soberano da história e da natureza (v. 21). Para despertar o amor para com Ele, Moisés lembrou como Deus concedera aos ancestrais de Israel o status da aliança (v. 15a), cumprira as promessas feitas aos patriarcas (vs. 15b, 21, 22) e mostrara-se o Ajudador dos desamparados (vs. 18, 19).

Deuteronômio 11

11:1-7. A obrigação de amar o Senhor (v. 1) é um refrão conexivo em 10:12 – 11:32. Depois de "considerai hoje" (v. 2), vem uma observação em parêntesis, que faz ver que a intimação para a decisão convencional não era para os filhos nascidos no deserto. Era, antes, para aqueles que tinham nascido no Egito e viram os grandes atos divinos de julgamento no passado (v. 7).

2. O objeto de considerar é a disciplina do Senhor vosso Deus, a grandeza, etc. Israel fora disciplinado para reverenciar o Senhor como o

Juiz, com o qual tinha de travar conhecimento através da experiência do julgamento dos seus inimigos (vs. 2-4) e de si mesmo (vs. 5, 6). Os israelitas sabiam, portanto, que Seu juízo era todo-poderoso, de modo que os mais poderosos na terra não podiam evitá-lo; e era imparcialmente justo, de modo que até o povo de Sua aliança não se atrevia a tomar liberdades com a sua eleição.

6. O que fez a Datã e a Abirão. Veja Números 16, especialmente os versículos 31-33. O silêncio de Moisés a respeito do rebelde Coré foi possivelmente em deferência dos sobreviventes levitas da família de Coré (Nm. 26; 11).

8-17. Relativamente ao futuro de Israel, Moisés também aduziu motivos para a obediência.

8,9. Para que . . . possuais a terra . . . prolongeis os dias. Em relação à posse de Israel na terra de acordo com sua fidelidade à aliança, veja comentários sobre 6:1-3. Ao contrário do Egito, com sua agricultura irrigada, Canaã dependia claramente das bênçãos diretas de Deus para produzir fruto (vs. 11, 12; cons. 8:7 e segs.); e nesta esfera o justo juízo de Deus em relação à conduta de Israel seria registrado (vs. 13-17).

13,14. Se diligentemente obedecerdes . . . darei as chuvas. A prosperidade dependeria das devidas condições ambientais pelo ano afora (cons. 12b), tendo especial importância o início da estação chuvosa no outono e a devida extensão das últimas chuvas na primavera. O próprio estado da natureza serviria assim de constante e sensível barômetro do comportamento de Israel diante do Senhor. Portanto, Israel devia se prevenir contra os perigos espirituais da abundância material (vs, 14b,15).

16.Guardai-vos. Pois a abundância pode se transformar em seca, fome e morte com uma simples palavra do Senhor, o Juiz imparcial e todo-poderoso sob cujo comando até a terra se abria para engolir os israelitas Datã e Abirão (vs. 15-17 ; cons. 11:6; 6:11-15 ; 8:11-20).

18-25. Considerando que as nações, e também a natureza, estão sob o controle absoluto do Senhor, elas constituíam outro agente no controle dos Seus vassalos israelitas.

18. Ponde, pois, estas minhas palavras no vosso coração. Cons. 6:6-9. A fidelidade de geração em geração resultaria na perpetuação da posse que Israel tinha da terra prometida como **os dias do céu acima da terra** (v.21); isto é, enquanto os céus durassem sobre a terra, ou, resumindo, para todo o sempre (cons. Sl. 72:5, 7, 17; 89:29). Através do mesmo sinal, a infidelidade levaria ao fim da posse.

22,23. Se . . . O sucesso no estipulado programa de conquista (vs. 23-25; cons. 7:1,2,17 e segs.; 9:1 e segs.) dependeria primeira e finalmente não da perícia militar mas da submissão religiosa. O cumprimento do grande mandamento seria abençoado com a herança da terra da promessa até suas fronteiras mais distantes: do deserto da península do Sinai ao sul até as montanhas do Líbano ao norte, e do Eufrates a leste até o Mediterrâneo ao oeste (v.24; cons. 1:7; Gn. 15:18).

26. A bênção e a maldição. Eis aí a essência e a conclusão de todo o assunto (vs. 26-28). A soberania do Senhor, declarada na aliança agora renovada com Israel, podia se manifestar em bênçãos ou maldição (cons. caps. 28; 30:15-20). Israel devia decidir qual delas preferia. Este duplo aspecto e desafio, que Moisés colocou diante de Israel naquele dia em Moabe, ser-lhes-ia novamente apresentado por Josué do outro lado do Jordão em Canaã, para que a nação tivesse o cuidado de obedecer a Deus e viver (11:29-32). A transição da liderança mosaica para a de Josué assim marcada por um ritual de renovação em dois estágios, o que exibiria a continuidade da liderança divina definitiva. Este arranjo era o equivalente das medidas tomadas nos tratados feitos com vassalos pelos suseranos humanos, a fim de garantir sucessão dinástica nos seus tronos. Vaia em Deuteronômio 27 orientação mais detalhada em relação ao segundo estágio da cerimônia a ser realizada no Monte Gerizim e no Monte Ebal (cons. Js. 8:30-35).

B. Mandamentos Subsidiários. 12:1 – 26:19.

Tendo delineado o espírito íntimo da vida teocrática (caps. 5-11), Moisés continuou apresentando os detalhes das ordenanças e instituições

da forma externa da teocracia (caps. 12-26). Os capítulos 12:1 – 16:17 preocupam-se primeiramente com as exigências de consagração cultocerimonial. A autoridade governamental e judicial é o assunto em 16:18 – 21:23. A esfera do relacionamento mútuo dos cidadãos teocráticos está encampada na legislação de 22:1 – 25:19. As estipulações concluem com confissões rituais do domínio do Senhor e uma declaração final da ratificação da aliança (cap. 26).

1) Consagração Culto-Cerimonial. 12:1 – 16:17.

O interesse central das leis desta seção era de garantir a consagração total ao Senhor. Governando todas as exigências do culto tributário no dízimo (v. 14), primícias (v. 15) e ofertas de sacrifícios (v. 16), estava a lei do altar central, com a qual esta seção começa (v.12). Sinceridade na devoção ao Senhor era salvaguardada pela imposição das mais severas penalidades sobre todos os que fossem seduzidos ou se tomassem culpados de apostasia (v. 13).

Deuteronômio 12

a) Fidelidade ao Altar de Deus. 12:1-32.

1-3. Sobre a terra (v. 1; cons. 6:1) Na perspectiva profética das estipulações seguintes Israel já está sendo vista como de posse de sua herança. **Destruireis por completo . . . e despedaçareis.** Esta seção se relaciona com a precedente, retomando aquela parte do mandato de conquista que exigia a obliteração das instalações e centros de culto dos cananitas (cons. 7:5, 25; Êx. 23:24; 34:13). A execução do programa de conquista como um todo poria as tribos no controle de santuários idólatras através de toda a terra (cons. Is. 1; 29; 57; 5; 65:7; Jr. 2:20; 3:6; 17:2; Ez. 6:13; 18:6 e segs.; Os. 4:13; 1 Reis 14:23; II Reis 16:4; 17:10); e estes apresentariam uma tentação para o sincretismo religioso (Dt. 12:29,30). Os israelitas estariam em perigo de adotarem abominações tais como a oferta votiva dos filhos ao fogo (v. 31; cons. 18:10; Lv. 18:21; II Reis 16:3; 17:17; 21:6; 23:10; Jr. 7:31; 19:5; 32:35). Em

aditamento ao propósito punitivo da destruição dos sítios de culto cananita, havia, contudo, o desígnio preventivo de proteger Israel contra o engodamento nos rituais dos cultos cananitas. O fato da lei do santuário central (Dt. 12:4 e segs.) ser assim introduzido (vs. 2,3) e concluído (cons. vs. 29-31) com tais referências aos cultos cananitas, mostra que um dos propósitos da centralização do culto israelita, era também o de evitar a contaminação da adoração pura do Senhor com as práticas idólatras.

A exigência da centralização também deve ser entendida em termos da natureza do Deuteronômio como um tratado de suserania. Tais tratados proibiam que os vassalos se ocupassem de qualquer diplomacia independente com um poder estrangeiro, outro que o do suserano da aliança. Particularmente, o vassalo não devia pagar tributo a nenhum outro senhor. Semelhantemente, todas as exigências e proibições de Deuteronômio 13 foram calculadas para assegurarem ao Senhor todas as ofertas e sacrifícios tributados de Israel. Israel não devia pagar nenhum tributo sacrificial a outros deuses, pois tal tentativa impossível de servir a dois senhores seria rebeldia contra o grande mandamento da aliança de Deus. Na terra prometida, a lei do altar central envolveria tanto a centralização dos festivais de sacrifícios especiais (vs. 4-14) quanto a descentralização das festas familiares comuns (vs. 15-28).

4-14. Em contraste com a multiplicidade de altares dos cananitas (v.4), que sacrificavam onde lhes agradasse (cons. v. 13), Israel devia ter um altar, no lugar que o Senhor vosso Deus escolher (v. 5). Esta uniformidade do santuário correspondia à uniformidade do senhorio divino sobre Israel (cons. 6:4, 5).

A alta crítica moderna tem erradamente defendido que o conceito do altar central ensinado em Deuteronômio (ou de acordo com alguns, apenas em Dt. 12:1-7, que é considerado portanto uma interpolação posterior) contradiz outra legislação bíblica (veja esp., no Livro da Aliança, Êx. 20:24). A exigência deuteronômica tem sido, portanto, considerada como modificação posterior da prática anterior,

supostamente mais frouxa. O livro como um todo tem sido datado do século sétimo A.C. e identificado como o livro da lei encontrado nos dias de Josias. Uma tentativa mais recente dos críticos tem sido a de resolver o suposto conflito de códigos, não os colocando em seqüência cronológica através dos séculos, mas designando para cada um, uma diferente fonte culto-geográfica. Pensa-se que Deuteronômio representa o aspecto levítico, setentrional, com o santuário central em vista, localizado em Siquém. Alguns críticos têm chegado a admitir que a lei da centralização em Deuteronômio possa representar um retorno a um ideal mais antigo, pré-monárquico, de anficionia.

Na realidade, até onde a prática religiosa normativa está envolvida, nada há de essencialmente novo nesta lei mesmo no tempo de Moisés. Nos tempos patriarcais, quando uma sucessão de altares foi feita no decorrer das viagens dos patriarcas, havia ao que parece, apenas um altar, por família, um em cada dado período. Semelhantemente, na legislação do Sinai (Êx. 20:24), o lugar dos sacrifícios de Israel identifica-se com o lugar central onde Deus registrou o Seu nome (isto é, revelou Sua natureza gloriosa) por meio de teofania sobrenatural especial, o lugar da habitação simbólica visível de Deus no meio do Seu povo. O Tabernáculo teve sucessivamente diferentes localizações durante as peregrinações de Israel no deserto, mas permaneceu apenas um santuário.

O que há de novo na formulação deuteronômica é apenas a perspectiva de um local estacionário para o santuário. Deuteronômio contempla uma habitação permanente de Deus em Israel.

10. E vos dará descanso. Mesmo esta nova circunstância devia aguardar a consecução da paz e do descanso (cons. Hb. 4:1 e segs.), uma condição que só foi inteiramente alcançada dentro do nível típico do V.T. nos dias de Davi e Salomão (II Sm. 7:1; I Reis 5:4). Só então Deus escolheu dentre todas as tribos a cidade de Jerusalém como o local de Sua casa (I Reis 8:16, 44, 48; 11:13, 32, 36; 14:21; II Reis 21:7; 23:27), embora primeiro tivesse registrado Seu Nome temporariamente em Siló

(Jr. 7:12; Jz. 21:19). Além disso, a lei mosaica do altar central, embora regulando o culto sacrificial prescrito e ordinário de Israel (Dt. 12:6,7, 11 e segs.) conforme teria de ser periodicamente realizado nos três festivais principais, também reconhecia a possibilidade da ação revelatória de Deus sem o altar central e dava lugar ao culto e ao altar especialmente indicado (cons. 27:5 e segs.). A ênfase recai com mais força sobre a pureza do que sobre a unidade dos cultos. Também destaca-se no pensamento mosaico da comunhão convencional com o Senhor a nota de alegria e vos alegrareis perante o Senhor (v. 12; cons. v. 7). Amor a Deus expresso em adoração feliz também encontrava o seu corolário no amor aos irmãos, especialmente em bondade para com aqueles que, como os levitas (v. 12; cons. v. 19), dependiam da generosidade, até mesmo da piedade, da congregação (cons. Nm. 18:21; 35:1 e segs.).

Contrastando os arranjos do futuro com a prática presente, Moisés declarou que mesmo sob a sua liderança os israelitas estavam fazendo o que era certo aos seus próprios olhos (Dt. 12: 8; cons. Jz. 17:6; 21:25). Aqui pelo menos esta expressão não é derogatória, mas indica simplesmente, ao que parece, que não havia necessidade ainda de fazer distinção entre as festas sacrificiais (Dt. 12:4-14) e as festas familiares (vs. 15-28).

15-28. Além de colocar as tribos israelitas em contato com os santuários pagãos, a posse de Canaã localizaria as tribos a uma distância considerável do santuário central de Israel (v. 21). Se as estipulações de 12: 4-14 deviam ser atendidas nessa nova situação, devia-se fazer uma distinção entre o matar e o comer de animais apropriados para a festa sacrificial e aqueles que eram apropriados para uma refeição comum; e devia haver uma permissão para a descentralização desta última. Esta nova provisão constituía urna modificação das exigências de Lv. 17:1 e segs., que regulamentavam o consumo israelita de carne enquanto eles ainda eram um acampamento compacto à volta do Tabernáculo no deserto.

15b. O imundo e o limpo dela comerá; assim como se come o corço e o veado (cons. v. 22). Participação na festa da família não dependia de condição cerimonial (cons. Lv. 7:19 e segs.), e o tipo de carne permissível incluía aquela que servia para o sacrifício e para comer, como a carne da caça (cons. Dt. 14:5) que não era sacrificialmente aceitável.

Junto com esta permissão vinham algumas restrições. Uma é a familiar proibição do sangue – **o sangue não comerás** (vs. 16, 23 e segs.; cons. Lv. 17:10 e segs.; Gn. 9:4). Derramar o sangue sobre a terra seria uma salvaguarda contra o seu derramamento como sacrifício sobre algum altar cananita próximo, ilegalmente preservado. A centralização, durante as peregrinações no deserto, do sacrifício de todos os animais passíveis de serem oferecidos a Deus foi explicitamente idealizada para evitar tal tentação (cons. Lv. 17:7).

17. Não poderás comer o dízimo, etc. Outra cláusula, ou melhor, esclarecimento da permissão do versículo 15, foi o lembrete de que todas as sagradas ofertas feitas ao Senhor deviam ser levadas ao santuário central que Deus escolhesse (veja também vs. 26, 27). Isto é, a permissão operava dentro das exigências positivas dos versículos 4-14 (cons. esp. vs. 6, 11). A interpolação de exortações entre as estipulações (por exemplo, vs. 25, 28) é um dos sinais identificadores da legislação deuteronômica na qualidade de estipulações pactuais e não um código legal.

29-32. Com referência aos versículos 29-31, veja comentários dos versículos 1-3.

32. Nada lhe acrescentarás nem diminuirás (13:1 na Bíblia Heb.). Repetindo 4:2 em essência, Moisés tornou a declarar que o único padrão verdadeiro de ética e culto divino é aquele que a vontade de Deus revelou - nem mais, nem menos.

Deuteronômio 13

b) Resistência à Apostasia. 13:1-18.

Nos antigos tratados de suserania requeria-se do vassalo que ele não tivesse convivência com quem falasse mal do suserano, quer se tratasse de uma afronta ou uma conspiração. O vassalo devia transmitir o insulto ou a fomentação da revolta. Em caso de rebelião ativa, devia tomar medidas militares contra os ofensores. Mais ainda, devia manifestar fidelidade ao seu senhor em tais casos, fosse quem fosse o rebelde, um príncipe ou parente próximo. Tudo isto encontra seu correlativo formal em Deuteronômio

13. Quanto ao estilo o capítulo foi moldado na forma casuística, característica dos antigos códigos legais, mas também de algumas estipulações pactuais. Três casos de rebelião contra o Senhor são examinados. Os dois primeiros se relacionam com a instigação, as partes culpadas sendo reivindicantes de terem recebido revelação com sinais (vs. 1-5) e o parente mais próximo ou amigo do vassalo (vs. 6-11). O terceiro caso se relaciona com uma cidade que foi engodada a rebelar-se contra o Senhor e é culpada de estar servindo a ídolos (vs. 12-18).

1-5. (Bíblia Heb., vs. 2-6).

1. Profeta ou sonhador. Insinuação da instituição profética a ser estabelecida em Israel já fora dada. A auto-revelação de Deus aos profetas seria por meio de visão e sonho (Nm. 12:5; cons. Dt. 18:15 e segs.). Mesmo se alguém com impressionantes credenciais comprovando que era um canal da revelação (1b, 2a) incitasse Israel a declarar fidelidade e tributo a outros deuses (2b; cons. 3b, 5b), seu conselho devia ser desprezado (3a; cons. Gl. 1:8, 9).

2. E suceder o tal sinal ou prodígio. Ambos os termos podem se referir a um acontecimento que é, em si mesmo, normal ou extraordinário. Aqui eles se referem, ao que parece, a um acontecimento predito, não necessariamente milagroso, que se realizou. O cumprimento da predição é então proclamado como um sinal de genuína vocação e autoridade profética. E **disser** (v. 2) deve ser tomado junto com **quando . . . se levantar** (v. 1). O padrão de vida e culto de Israel era revelação de Deus através de Moisés, escrita ou falada; a exigência fundamental, portanto,

era fidelidade exclusiva ao senhor – **andareis após o Senhor** (v. 4). A fim de testar a obediência de Israel com referência a esta estipulação suprema, Deus permitiria que o friso profeta se apresentasse (v. 3b). E já que este último aconselhava Israel a repudiar aquela exigência, a própria essência da aliança (cons. 6:4, 5; Êx. 20:3), a penalidade máxima lhe era prescrita – **esse profeta . . . será morto** (v. 5). Observe as citações do preâmbulo de prólogo histórico das tábuas da aliança (cons. Êx. 20:2). A execução do instigador à traição "eliminaria" o mal do meio de Israel, o qual, se permanecesse e se alastrasse, resultaria na eliminação de muitos em Israel (cons. Dt. 13:12 e segs. esp. v. 16; 17:12; 19:11-13; 21:18-21; 22:21-24; 24:7).

6-11. (Bíblia Heb. 7-12). Tão eficiente como o maravilhoso sinal da serpente falante, com suas declarações oraculares, no caso da sedução de Eva foi a coação pela qual Eva subseqüentemente tentou Adão por causa do seu afeto por ela, a esposa do seu amor, a amada de sua alma.

6. Se teu irmão. . . te incitar em segredo. A sutilidade da tentação neste caso contrasta com o convite público do falso profeta (cons. v. 1 e segs.) e tornaria fácil esconder o pecado da pessoa amada fugindo à responsabilidade judicial sem revelação. Mas, como no caso dos tratados internacionais, qualquer omissão em denunciar "as más palavras" e as conspirações rebeldes seda uma brecha na aliança de Deus.

8. Não o olharás com piedade. A reivindicação da aliança é amar o Senhor nosso Deus, embora rito signifique odiar os pais e os irmãos, a esposa e os filhos, e até a própria vida (cons. Lc. 14:26). Portanto, aquele que mais querido fosse ao servo da aliança, devia ser tão severamente julgado quanto o falso profeta, se ele ou ela pretendesse ser desleal ao Senhor.

9. Certamente o matarás. Para o procedimento judicial em vista, veja 17:7. Um benefício importante na execução da sentença divina seda o impacto admoestativo sobre Israel, impedindo futura apostasia (v. 11; cons. 17:13; 19: 20; 21:21).

12-18. (Bíblia Heb., 13-19). Se as estipulações dos versículos precedentes não fossem vigorosamente executadas, a rebelião se espalharia do indivíduo para a comunidade, uma situação que exigiria uma decisão e ação judicial ainda mais difícil do que a prescrita aqui.

13. Homens malignos (E.R.A.) e **filhos de Belial** (E.R.C.) são traduções de uma expressão diversamente entendida como filhos da inutilidade, ou desordem, ou maldade, ou Sheol. É assim que Deus vê aqueles sedutores à idolatria que se colocam diante dos homens como profetas impressionantes ou parentes mais queridos. Caso houvesse o veredito de culpa (v.14), a sentença seria a aplicação do anátema (v. 15 e segs.; cons. comentários sobre 7:1-5).

15. Ferirás. . . os moradores daquela cidade. Aceitando a abominação de Canaã, a cidade israelita se tomaria uma abominação; ficaria igual à Jericó cananita e devia partilhar de seu destino maldito pelo fogo e pela espada. O divino Suserano, como os senhores humanos em seus tratados antigos, impôs regulamentos relativamente ao despojo que viria cair nas mãos dos seus vassallos em uma campanha punitiva. No presente exemplo, foi feita a incomum exigência de que todo o despojo fosse acrescentado ao holocausto através do qual a cidade amaldiçoada se tornaria uma perfeita oferta queimada para louvor da justiça e ira de Deus.

16. Montão perpétuo. O hebraico *tel* indica um monte abandonado produzido pela acumulação de entulhos em sucessivas ocupações de um sítio. A experiência de Israel no caso de Acã (Js. 7; 8) exemplificou ambos, o perigo de violar a lei dos despojos em Dt. 13:16,17 e a fidelidade do Senhor na promessa dos versículos 17b, 18.

c) Obrigações Filiais, 14:1 – 15:23.

Como povo do Senhor, sujeito ao seu serviço e encarregado de remover do seu meio todos os devotos e santuários de ídolos (caps. 12; 13), Israel era uma nação diferente. Isto devia se manifestar através de toda dimensão cerimonial da vida da nação. Em conexão com a morte

(14:1, 2) ou vida (vs. 3-21), a prática cerimonial dos israelitas devia refletir sua santidade peculiar. Sua santa consagração também devia ser exibida na consagração do fruto do trabalho de suas vidas ao Senhor seu Deus (vs. 22-29).

Deuteronômio 14

1,2. Filhos sois do Senhor vosso Deus . . . sois povo santo. Aqui novamente a definição de Êx. 19:5,6 da nação teocrática faz eco (cons. Dt. 7: 6), enriquecida agora com o conceito da filiação (cons. Êx. 4:22). No período do V.T. a ênfase estava sobre Israel como servo e não filho, porque embora a nação de Israel fosse o filho e o herdeiro, ela devia ficar sob governadores até o tempo designado pelo Pai (cons. Gl. 4:1 e segs.). **Não vos dareis golpes.** Os israelitas não deviam se mutilar como os pagãos costumavam fazê-lo nos rituais de luto (v, 1b; cons. Lv. 19:28; 21:5). A razão especificada é que, na qualidade de povo eleito e adotado por Deus, tinham um status de santidade. E por baixo desta razão estava o fato de seu Deus ser o Senhor da vida e o Criador do homem à Sua imagem.

3. Abominável. As distinções cerimoniais podem às vezes parecer arbitrárias. Tal é o caso da classificação das carnes limpas e imundas nestes regulamentos dietéticos. Porque, embora as explicações higiênicas sejam visíveis em alguns exemplos, não o são em todos. Mas a própria arbitrariedade dessas estipulações fazia delas o melhor dos testes de submissão à palavra soberana do Senhor e um símbolo mais distintivo da consagração a Ele. Lembrava Israel que o homem deve viver de acordo com cada palavra que sai da boca de Deus (cons. 8:3). É a palavra criativa de Deus que dá a todas as coisas a sua definição e significado, e o homem deve interpretar todas as coisas na imitação da interpretação que Deus lhes dá. Sob este aspecto as regras dietéticas mosaicas assemelhavam-se à proibição probatória do fruto da árvore do conhecimento no Éden ou aos arranjos para a provisão do maná no deserto.

4. São estes os animais que comereis. A seção repete quase verbalmente Lv. 11:2-23. Deuteronômio 14:4b, 5 suplementa a formulação levítica e desse modo reflete a origem que Deuteronômio teve no deserto. Pois o habitat dos animais de caça comestíveis especificados era a região das viagens de Israel desde o Egito até Canaã, não o território montanhoso coberto de bosques de Canaã propriamente dita.

21. Nenhum animal que morreu por si. Isto envolve uma modificação de Lv. 17:15. A prática mencionada aqui no versículo 21b (cons. Êx. 23:19; 34:26) foi proibida porque era costume cerimonial dos cananitas.

22. Os dízimo de todo o fruto das tuas sementes. Um dízimo anual do produto da terra devia ser oferecido ao Senhor em reconhecimento ao fato de que a terra era dEle e porque Ele era o doador da vida e da fertilidade. Por causa de variantes entre as estipulações deuteronômica e a anterior referentes aos dízimos (Lv. 27:30-33; Nm. 18:21-32), desenvolveu-se uma opinião entre os judeus (e tem sido aceita por muitos cristãos exegetas) que Deuteronômio prescreve um segundo dízimo e, alguns diriam, até mesmo um terceiro (cons. Deut. 14:28 e segs.; 26:12-15). Deuteronômio 14 não envolve contudo, necessariamente qualquer modificação drástica na primitiva lei do dízimo. Apenas especifica um dízimo sobre a agricultura, embora mencione as primícias dos rebanhos (v. 23; cons. 12:17; 15:19 e segs.). Mas até mesmo Números 18 não menciona explicitamente um dízimo animal. Só Levítico 27 o faz (cons. II Cr. 31: 6). Pode-se, contudo, deduzi-lo de ambos. Números 18 e Deuteronômio 14. De acordo com Nm. 18:21, "todo dízimo" era dado aos levitas. Deuteronômio 14 especifica que com exceção do terceiro e sexto anos (e do ano sabático sem cultura também, é claro; cons. Êx. 23:11), o ofertante deve usar o dízimo – presumivelmente, contudo, uma pequena parte dele apenas – para uma festa fraternal no santuário.

23. Para que aprendas a temer ao Senhor. O propósito desta seção não é tanto fazer uma declaração compreensiva da lei do dízimo para proteger o processo relativo ao dízimo de ser substituído com fins idólatras; isto é, evitar que Israel homenageasse as divindades cananitas da fertilidade por causa de suas colheitas. A insistência, portanto, era no sentido de que toda cerimônia religiosa associada aos dízimos fosse realizada no santuário central (12:6,11). É necessário que se leve em consideração este propósito particular destes versículos quando fizermos comparações com os regulamentos relativos ao dízimo em outras passagens. (Sobre a razão da permissão dos vs. 24 e segs. veja 12:21.)

28. Ao fim de cada três anos. A associação disto com a legislação sabática de 15:1 e segs., indica que tais anos trienais (chamados em 26:12 de "ano dos dízimos") eram o terceiro e o sexto anos dentro do ciclo sabático do Jubileu.

29. O estrangeiro, o órfão, e a viúva. Uma modificação menos importante do dízimo imposto à agricultura, de acordo com os interesses da caridade familiar do Senhor na classe pobre, a qual poderia surgir na estratificação social da vida em Canaã, está nesta inclusão de outros dependentes, além dos levitas, para o uso do dízimo do terceiro e sexto anos. Veja Nm. 18:26-32 para a disposição desses dízimos a ser feita pelos levitas.

Deuteronômio 15

15:1-23. O fio principal da legislação precedente foi novamente retomado na lei dos primogênitos em 15:19-23 (cons. 14:23). Enquanto isto, os versículos 1-18 desenvolvem o assunto do amor para com os irmãos necessitados, que veio à baila na exposição da maneira como dar o dízimo (14: 27 e segs.). Especificamente, estas estipulações tratam da remissão das dívidas (vs. 1-11) e da manumissão dos escravos (vs. 12-18). Um elemento adicional de continuidade encontra-se na estrutura sabática deste programa de misericórdia (cons. 14:28).

1. Ao fim de cada sete anos. Isto se refere ao ano sabático que arrematava cada período de sete anos dentro do ciclo do Jubileu (cons. 14:28). A instituição do ano da remissão foi estabelecida no Livro da Aliança (Êx. 23:10,11) e exposta nas instruções levíticas (Lv. 25:2 e segs.).

2. A remissão do Senhor. O hebraico *shemitta*, "remissão", vem de uma raiz significando deixar cair. Em Êx. 23:11 aplica-se à terra no sentido de permanecer inculta. Por isso o ano da remissão é "sábado de descanso solene para a terra" (Lv. 25:4). Aqui se aplica às dívidas no sentido do perdão. Muitos têm interpretado isto como uma moratória de um ano sobre a cobrança dos débitos do credor. Contudo, o fato do sétimo ano da remissão e do ano do Jubileu da liberdade pertencerem a uma só unidade simbólica indica que se refere a um cancelamento permanente de dívidas. O descanso solene do Jubileu que fechava o ciclo simplesmente prosseguia com o princípio da restauração da liberdade pessoal e o retorno imobiliário. Em cada nível a remissão sabática era uma renovação do livramento original que o Senhor realizou em benefício do povo da aliança, quando este se encontrava escravizado e a reintegração das famílias em suas heranças originais. De maneira agradável, o sábado propriamente dito estava associado com a libertação dos necessitados realizada pelo Senhor, do povo que chorava em grilhões (cons. Dt. 5:14, 15). O livramento do sétimo ano era do Senhor, embora Sua misericórdia se manifestasse pela filantropia dos Seus servos. Tinha a finalidade de renovar o símbolo teocrático do reino de Deus periodicamente por meio de uma nova realização da graça salvadora e restauradora do Senhor que fora tão abundantemente experimentada no começo da vida teocrática de Israel. Ao mesmo tempo, apontava profeticamente para a ação redentora futura de Deus, antecipando o reino de misericórdia messiânico em prol dos pobres e desamparados (cons. Sl. 72). Este projeto de consumação está sempre presente no simbolismo sabático.

4. Para que entre ti não haja pobre. A necessidade de tal caridade, como se observa parenteticamente (vs. 4 -6), seria prevenida

pela ausência de pobres em Israel, se tal fidelidade sempre fosse manifestada no que diz respeito à repartição das bênçãos da aliança na mais rica medida. Na realidade, contudo, por causa da falta de fidelidade em Israel, os pobres sempre estiveram presentes (v. 11; cons. Mc. 14:7).

9. De sorte que os teus olhos (não) sejam malignos para com teu irmão pobre. Tais, na realidade, eram as perversas propensões do próprio povo da aliança, a ponto de precisar sei advertido pala que esta provisão septenial de misericórdia para com os pobres não se transformasse em oportunidade de opressão dos mesmos nos períodos intermediários. A prática da comemoração de um ano de remissão, parece a alguns, financeiramente impraticável (um dos motivos porque alguns comentadores interpretam a remissão como uma suspensão temporária da dívida). Mas o povo da fé foi convocado a reconhecer que dentro dos arranjos convencionais peculiares de Deus com a nação teocrática, a obediência a esta estipulação eia uma garantia de prosperidade – **pois por isso te abençoará o Senhor teu Deus** (v. 10; cons. Lv. 25:20, 21). Que as Escrituras não recomendam este procedimento como política normativa fora da comunidade teocrática de Israel no V-T- está evidente até pela cláusula exclusiva em Dt. 15: 3a. O estrangeiro (v. 3a) não é, como o "forasteiro" ou "o estrangeiro dentro das portas", um membro permanente da comunidade, mas alguém que visita a comunidade temporariamente com propósitos comerciais ou coisa parecida.

12. . . . o despedirás forro. Embora dentro da estrutura dos sete anos, esta lei, divergindo de 14:28, 29 e 15:1-11, não se refere às unidades sabáticas regulares dentro do ciclo do Jubileu, mas a um período de sete anos, começando sempre que um indivíduo hebreu passasse a ser servo contratado. Esta provisão de manumissão também estava contida no Livro da Aliança (Êx. 21:2-6), e encontra um correlativo dentro da legislação levítica referente ao ano do Jubileu (Lv. 25:39-55; cons. Jr. 34: 14). Ou hebréia. A inclusão da mulher hebréia, possivelmente implícita em Êx. 21:2-6 (cons. Êx. 21:7-11, que trata do

caso especial da serva-concubina) torna-se aqui explícita. Como no caso da remissão da dívida, também na remissão do escravo, os limites da aplicação aplicavam-se à irmandade israelita.

À vista do contraste instituído entre o "irmão" e o "estrangeiro" neste contexto e da identificação do servo hebreu como irmão (Dt. 15:12), a teoria que considera o "servo hebreu" como "servo estrangeiro" deve ser considerada falsa. De acordo com esta teoria, o que Êx. 21:6 e Dt. 15:17 permite para o servo hebreu, Lv. 25:44-46 proíbe para um israelita. Mas Levítico 25 refere-se à escravidão compulsória e rigorosa, enquanto que a passagem que fala do servo hebreu refere-se ao serviço voluntário e concorde. A estipulação de uma manumissão do Jubileu em Lv. 25:40, 41 suplementa o direito do servo hebreu da remissão após os sete anos como favor especial quando o Jubileu chegava antes dos seus sete anos de serviços prestados.

16. Se . . . disser: Não sairei. Este direito suplementar, tal como o da remissão no sétimo ano, estava sujeito ao direito adicional do servo de permanecer voluntariamente por toda a vida a serviço do seu amado senhor (cons. Êx. 21:5, 6). Na reformulação deuteronômica desta provisão, ela se torna mais liberal (15:13, 14) e citam-se vários induzimentos à obediência (vs. 15, 18).

19-23. O assunto dos primogênitos mencionado em 14:23 (cons. 12:6,17) foi retomado agora. Legislação anterior sobre o assunto encontra-se em Êx. 13:2, 11.16; 22:29,30; 34:19, 20; Lv. 27:26, 27; Nm. 18:15-18. O tratamento deuteronômico não é exaustivo, pois tem apenas a intenção de esclarecer a importância da lei do altar central (Dt. 12) em relação à lei dos primogênitos dentro das circunstâncias antecipadas das tribos dispersas e expostas às perigosas influências dos santuários cananitas locais. Assim, a nova formulação refere-se a um fato não notado na legislação anterior, isto é, que o ofertante e sua família deviam participar da refeição sacrificial que acompanhava a apresentação dos primogênitos.

20. Comê-lo-ás, perante o Senhor. Isto foi aqui mencionado de maneira explícita a fim de destacar a exigência de que toda festa sagrada tinha de se realizar no santuário central (12:6, 17), embora em Canã as festas comuns seriam permitidas em outros lugares (12:15 e segs.). Não há uma contradição inexplicável entre a concessão dos primogênitos aos sacerdotes e suas famílias (Nm. 18:15-18) e este participar da família do ofertante na refeição cerimonial. Veja 14:23-27 onde há uma situação semelhante relacionada com a disposição dos dízimos. **De ano em ano.** A oferta anual era substituída pela oferta do oitavo dia (cons. Êx. 22:30) exatamente porque o comei da carne em casa eia doravante permitido (Dt. 12:21). Veja em Lv. 22:19 e segs. coment. sobre o versículo 21a; também Dt. 17:11. Observe novamente a preocupação em mostrar a importância da legislação fundamental de Deuteronômio 12 quanto a este assunto particular dos primogênitos (15:22, 23; cons. 12: 15, 16, 22 e segs.).

Deuteronômio 16

d) Peregrinações Tributárias. 16:1-17.

A seção que começou em 12:1 termina com os mandamentos referentes às três peregrinações anuais ao santuário central: as festas da Páscoa e dos Pães Asmos (16:1.8), das Semanas (vs. 9.12) e dos Tabernáculos (vs. 13-15). Relativamente à legislação anterior, veja principalmente Êxodo 12; Levítico 23; Números 28 e 29. Nossos comentários aqui são principalmente devotados aos aspectos peculiares da formulação deuteronômica e os problemas relacionados. O esquema sabático volta a ser apresentado (cons. Deut. 14:28 – 15:18), pois todo o calendário das festas religiosas tinha um padrão sabático. Foi ainda destacada a preocupação com a maneira pela qual a projetada escolha divina de um local permanente para o santuário no meio de uma terra extensa deveria modificar a prática cerimonial anterior. Observe o uso repetido da fórmula referente ao altar central (16:2, 3, 7, 11, 15, 16).

Sendo Deuteronômio um documento de renovação de aliança, pressupondo que as estipulações anteriores ainda são válidas, com exceção das que foram expressamente modificadas, ele condensa e omite muita coisa enquanto dá uma nova ênfase aos aspectos afetados pela introdução do "lugar que o Senhor teu Deus escolher". O reconhecimento disto deveria evitar muitas das alegações da alta crítica de que há contradição entre o Deuteronômio e a restante legislação do Pentateuco. Considerado como um tratado de suserania, Dt. 16:1-17 corresponde às exigências costumeiras de que o vassalo devia comparecer anualmente diante do suserano com o tributo estipulado. Começando com o versículo 18 surge uma nova seção, principalmente preocupada com a administração da justiça.

A Páscoa. 16:1-8. O mês de Abibe. Veja Êx. 12:1, 6; 34:18.

A páscoa. Este termo foi usado nestes versículos dando a entender a Páscoa propriamente dita e a Festa que se lhe seguia dos Pães Asmos com a duração de sete dias (cons. v. 3. observando que o antecedente de "nela" é páscoa). Conseqüentemente, este sacrifício da Páscoa devia ser tomado de ambos, o gado grande e o gado miúdo (v. 2), enquanto que para a Páscoa propriamente dita, indicava-se um cordeiro (Êx. 12:3 e segs.). Para os sacrifícios mencionados em Dt. 16:2, veja a narrativa da celebração em II Cr. 30:22 e segs. e 35: 7 e segs., e observe aqui o uso do termo "oferta de páscoa", literalmente *páscoas*, com referência ao sacrifício de animais.

3. O pão de aflição fazia lembrar as circunstâncias opressivas na casa da escravidão, especialmente a oposição de Faraó à partida de Israel, o que competiu os israelitas a tomarem providências apressadas para a fuga. Sobre os versículos 3, 4a, veja coment. em Êx. 12:15, 18-20; 13:3, 6, 7; 23:15; 34:18; Lv. 23:6. Sobre o versículo 4b, veja Êx. 12:10; 23:18b; 34: 25b; Nm. 9:12. Sobre o versículo 8, veja Êx. 12:16; Lv. 23:7, 8; Nm. 28:18, 25.

4. A fim de indicar a Páscoa de maneira mais específica, Moisés a chama de **a carne que sacrificares à tarde**. As referências à "páscoa" imediatamente depois dessa designação (vs. 5, 6) também devem ser tomadas evidentemente nesse sentido restrito.

7a. Cozerás, e comerás (E.R.A., E.R.C.). As E.R.A. e E.R.C. criam, sem necessidade, um conflito com Êx. 12:9, traduzindo o verbo *beishal* por "cozer". Só a adição específica de "com água" ou "em panelas" é que dá a este verbo hebraico o significado definido de "cozer" (cons. Êx. 12:9; II Cr. 35:13b). Quando definido mais extensamente com "no fogo", *beishal* significa claramente "assar" (veja II Cr. 35: 13a). Em si mesmo ele é ambíguo. Esta ambigüidade em Dt. 16:7 deve-se ao fato que a maneira de se preparar o sacrifício para a refeição já fora estabelecida e não era a atual preocupação de Moisés. Ele estava, antes, procurando enfatizar que esta festa devia ser realizada no santuário central. Só depois da comemoração de toda a festa, preparação e participação, é que os crentes podiam se afastar do santuário para seus alojamentos.

7b. Às tuas tendas. A ambigüidade desta expressão (que poderia aqui se referir aos alojamentos temporários dos peregrinos na cidade santa) também se atribui ao fato de Moisés estar enfatizando a idéia do altar central. A preparação do sacrifício no santuário era uma modificação da observância da primeira Páscoa no Egito, quando o sangue foi aplicado às casas na ausência de um culto e altar centralizados.

A Festa das Semanas. 16:9-12.

Sobre o assunto desta seção, veja prescrições anteriores em Êx. 23:16; 34:22; Lv. 23:15 e segs.; Nm. 28: 26 e segs. 10a. A festa das semanas (cons. Êx. 34:22) também se chamava de "a festa da colheita" (Êx. 23:16) e "o dia das primícias" (Nm. 28:26). Mais tarde recebeu o nome grego de *Pentecoste* por causa da maneira como a sua data era calculada, isto é, cinquenta dias a partir de um ponto determinado (Lv.

23:16). Este ponto foi descrito aqui em termos gerais como o começo da colheita dos cereais (Deut. 16:9). Não havia necessidade de maior precisão porque a data exata já fora apresentada em Lv. 23:10 e segs. Era o segundo dia da Festa dos Pães Asmos, o dia da oferta do feixe das primícias da colheita dos cereais. Era "o dia imediato ao sábado" (Lv. 23:15), pois o primeiro dia dos Pães Asmos era um dia de descanso. Seguindo esta contagem, o Pentecoste do N.T. aconteceu em um sábado. As sete semanas entre as peregrinações da Páscoa e da Colheita davam tempo para se terminar a colheita dos cereais.

10b. Ofertas voluntárias (cons. Nm. 29:39; Lv. 23: 38). Esta festa era cheia de alegria – alegria no Senhor, que trouxera o Seu povo ao Seu fecundo paraíso (Dt. 16:10c, 11; cons. 12:7, 12, 18; 16:14, 15) – alegria no Senhor que os livrara da escravidão (v.1 2) e assim era uma alegria que devia ser partilhada com todos os pobres dentro da família convencional (v. 116).

A Festa dos Tabernáculos ou das Cabanas. 16:13-15.

Legislação paralela está em Êx. 23:16; 34:22; Lv. 23:33 e segs.; Nm. 29:12 e segs.

13. A festa dos tabernáculos ou das cabanas também é chamada de "festa da colheita" (no Êxodo). Tal como a Festa dos Pães Asmos, durava uma semana, isto é, do dia quinze ao vinte e um do sétimo mês. Era seguida por um oitavo dia de descanso (Lv. 23:36,39). O nome Tabernáculos reflete o costume de habitarem em cabanas durante o festival, o que servia de lembrete da vida no deserto (cons. o uso dos pães asmos). O nome "colheita" indica que esta festa era o ponto alto do ano da agricultura, quando as uvas e os cereais já tinham sido colhidos. No ano da remissão, quando não havia colheita, esta festa era ocasião para significativas leituras públicas do texto da aliança (Dt. 31:9-13).

Novamente, o ponto principal aqui era o de reforçar a lei do santuário central – **o lugar que o Senhor escolher** (v.15). Aqui também, a alegria e o amor são os sinais da vida e culto convencional (v. 14).

16,17. Cons. Êx. 23:17; 34: 23. Este resumo conclui com a volta de todos os olhares novamente para o santuário central (v. 16a) e coloca em destaque o caráter das peregrinações como viagens tributárias ao trono de Deus-Rei (v,16b).

17. Segundo a bênção que o Senhor seu Deus lhe houver concedido. Cons. I Co. 16: 2.

2) Justiça Judicial Governamental. 16:18 – 21:23.

Esta seção contém uma série de estipulações relativas ao governo teocrático, com ênfase destacada sobre o poder judiciário. Israel devia acrescentar à santidade de culto, a justiça político-judicial. Entre o governamental e o relativo ao culto havia uma unidade de autoridade máxima, desde que o Senhor era ambos, Deus e Rei, em Israel. Conseqüentemente, todas as instituições teocráticas, diferentemente daquelas no estado comum, eram declaradamente religiosas, e havia uma extensão de prática cultural, além do santuário, dentro da administração do governo. Além disso, por causa de todas as leis teocráticas, morais e civis, como também as relativas aos cultos, estarem incluídas nas estipulações da aliança do Senhor, registradas no documento da aliança, e porque o Livro da Lei era confiado aos sacerdotes no santuário central para ser guardado e explicado por eles, o sacerdócio possuía a dominante voz judicial (cons. 21:5), pelo menos até o começo da monarquia (cons. 17:9, 10). Em aditamento ao seu conhecimento da lei escrita, os sacerdotes tinham acesso, por meio do Urim e Tumim, aos vereditos divinos diretos. Isto conferia aos sacerdotes um papel mais definitivo, mesmo embora os reis viessem a ser mais importantes no processo judicial. Por toda a terra a voz oracular do Rei divino entronizado no santuário era revelada progressivamente ao profeta e por meio dele. Mas, enquanto os profetas registravam os juízos divinos não solicitados pelos vassalos e pela liderança, o sacerdote no seu desempenho judicial relacionava-se com os litígios que surgiam entre um vassalo israelita e

outro, ou com investigações legais iniciadas dentro da comunidade israelita.

a) Os Juízes e o Altar de Deus. 16:18 -17:13.

18-20. Durante as viagens no deserto, Moisés, o mediador, foi o principal juiz de Israel, enquanto os juízes auxiliares escolhidos dentre as tribos resolviam os casos de menos importância (cons. 1:12 e segs.; Êx. 18:13 e segs.). Este arranjo fora agora modificado para atender às novas condições de vida em Canaã.

18. Em todas as tuas cidades. Os distritos judiciais seriam, ali, as cidades e não as divisões tribais e genealógicas. Os líderes naturais do concílio local de anciãos provavelmente seriam os juízes e os oficiais auxiliares aqui mencionados (cons. 19:12). Nesta introdução ao assunto, a ênfase recai, contudo, não na estrutura organizacional das judicaturas, mas na busca da justiça na administração da lei do Senhor – **não torcerás a justiça** (vs. 19, 20; cons. Êx. 23:3, 6, 8). Mesmo nos códigos e poemas épicos dos vizinhos pagãos de Israel, a virtude da justiça nos líderes era um ideal muitas vezes reiterado.

16:21 – 17:1. O entrelaçar-se dos processos do culto e do governo (cons. comentários introdutórios em 16:18 – 21:23 acima) explica o aparecimento das proscições relativas ao culto entre os regulamentos judiciais. Estes versículos expõem de maneira concreta os princípios religiosos reguladores encontrados nas três primeiras leis do Decálogo, as quais deveriam caracterizar o procedimento judicial. Primeiro, somente a autoridade do Senhor devia ser consultada (vs. 21, 22; cons. 17:8-10). Isto se expressa negativamente na proibição do recurso idólatra das decisões oraculares (18:9-14).

21. Poste-ídolo (*Asherá*, RSV; **bosque**, E.R.C.), *Asherá*, a deusa cananita, tinha por epíteto significativo, o título "Asherá dos penhores, deusa dos oráculos" (*Keret*, 201, 202). Asherá e os postes-ídolos eram ao que parece, símbolos associados com o procedimento judicial,

especificamente no que se relacionava com o veredito oracular (cons. Pv. 16:10). Tal papel era desempenhado pelas imagens dos deuses no Egito, especialmente no Novo Reino.

Deuteronômio 17

17:1. Não sacrificarás . . . novilho ou ovelha em que haja imperfeição (cons. 15:21; 21:1 e segs.; Lv. 22:17 e segs.). Segundo, o aspecto religioso do procedimento judicial devia ser caracterizado pela mesma reverência para com o santo nome do Senhor que se exigia em todos os cultos de Israel.

17:2-7. Começando aqui, apresentam-se regras de depoimento e julgamento. O caso particular de apostasia que foi citado (vs. 2, 3) é simplesmente ilustrativo dos casos que exigiam o veredito da pena capital. Formulações de princípios mais concretos do que abstratos é um dos aspectos da legislação deuteronômica. Com referência às estipulações relacionadas com a apostasia propriamente dita, veja Dt. 13 (cons. Êx. 22:20). A escolha desta ilustração em particular é apropriada, pois sublinha a ênfase contextual do senhorio exclusivo de Deus no processo judicial.

2. Transgredindo a sua aliança. A proibição de fidelidade a estranhos é a proibição básica e periódica da aliança.

3. O que eu não ordenei. A primeira pessoa nos faz lembrar que Moisés falava como porta-voz do Senhor (cons. 1:3; 7:4). O ponto central é a exigência de que a justiça fosse salvaguardada através de uma investigação conscienciosamente perfeita (v.4; cons. 13:14) e com insistência nas devidas evidências (vs. 6,7; cons. 19:15). Um mínimo de duas testemunhas era exigido (veja também Nm. 25:30), e sua confiança em seu próprio testemunho devia se evidenciar pela responsabilidade que assumiam de desferir os primeiros golpes, certamente mortais, na execução do condenado (cons. 13:9). Esta medida também evitava acusações secretas no decorrer de contendas particulares.

5. Levarás . . . às tuas portas. A execução era feita fora do acampamento (cons. Lv. 24:14; Nm. 15:36; Hb. 13:12).

8-13. Moisés perpetuou em forma modificada o sistema das judicaturas inferior e superior que havia sido instituído no Sinai (Êx. 18:13 e segs.). Durante as peregrinações, ambos, Moisés, o árbitro final, e o corpo de juízes auxiliares reuniam-se nas vizinhanças do santuário para tratar de assuntos de menor importância. Apesar de que as cortes inferiores podiam ser descentralizadas e localizadas pelas cidades de Israel (Dt. 16:18), ficou agora especificado que o tribunal superior tinha de continuar no santuário central – **o lugar que o Senhor teu Deus escolher** (v. 8), um lembrete de que aquele que habitava no santuário era o Juiz supremo de Israel. Este arranjo foi plantado especialmente para o período pré-monárquico, mas poderia continuar em vigor depois que um rei subisse ao trono de Israel (cons. 14 e segs.; II Cr. 19:8 e segs.).

8a. Quando alguma coisa te for difícil demais. Qualquer tipo de caso que se comprovasse demasiadamente difícil (lit. *maravilhoso demais*; cons. Jó 42:3) para a corte local, podia ser colocado sob a jurisdição da corte no santuário central (cons. 19:16-18). Esta última, contudo, não era uma corte de apelação.

9. Aos . . . sacerdotes, e ao juiz. A judicatura central consistia de uma pluralidade de ambos, sacerdotes e juízes (19:17), mas cada um destes grupos tinha um chefe individual, a saber, o sumo sacerdote (cons. 17:12) e o "juiz principal". A formulação não é bastante específica para determinar desta ordenança a divisão exata de responsabilidades entre o sacerdote e o juiz (cons. II Cr. 19:11). Aparentemente, os vereditos tinham de ser anunciados ou pelo sacerdote ou pelo juiz (Dt. 17:12).

12. O homem . . . que . . . não dando ouvidos. . . morrerá. Uma vez que a decisão era em qualquer dos casos transmitida pelo representante do Senhor, qualquer negligência em obedecer era rebeldia contra ele e tornava o ofensor sujeito à pena de morte. Na verdade, esses representantes do Senhor, na qualidade de agentes oficiais da Sua justiça, eram denominados *elohim*. "deuses" em Êx. 21: 6; 22: 8,28 (nesta

última, observe o paralelismo com "príncipe do teu povo"). Sobre Dt. 17:13, veja 13:11.

b) Os Reis e a Aliança de Deus. 17:14-20.

Tal como a lei do santuário fixo, esta lei não considera o futuro imediato mas um outro bem mais distante. Embora o estabelecimento de uma monarquia fosse apresentada não como um imperativo, mas como uma permissão, é o que basta para provar que numa monarquia como esta não era obrigatório que fosse antitética ao princípio do governo teocrático (cons. Gn. 17: 6, 16; 35:11; 49:10). Tudo dependia do tipo de monarquia que emergisse. Se o rei se conformasse ao espírito da presente provisão, governando sob a liderança do Senhor e através das leis da aliança, ele na verdade enriqueceria a prefiguração simbólica do V.T. do reino messiânico. Foi a indiferença de Israel, quanto aos requisitos religiosos de um rei teocrático, a responsável pela oposição de Samuel diante do pedido de um rei (cons. I Sm. 8:4 e segs.). É digno de nota que nos tratados de suserania secular, exercia-se uma semelhante supervisão sobre a escolha de um rei por parte dos vassalos.

O ponto principal desta passagem, a qual estabelece os fundamentos legal-convencionais para a posterior monarquia, é que mesmo quando o reino dinástico tivesse substituído o juizado carismático, os reis também teriam de sujeitar suas vidas e reinos, e particularmente suas atividades judiciais, à aliança de Deus (vs. 18-20). A supremacia judicial pertencia ao Senhor, cuja lei estava sob a guarda dos sacerdotes (v. 18; cons. 11).

15. Aquele que o Senhor teu Deus escolher. A escolha divina de um rei que se assentasse no trono do Senhor (cons. I Cr. 29:23) era revelada através de um profeta (cons. I Sm. 10:24; 16:12 e segs.). **De entre os teus irmãos.** Tinha de ser um servo da aliança como todos. Em relação a isto o rei seria como o seu anti-tipo messiânico. As restrições dos versículos 16, 17 refletem as condições das cortes reais das nações à volta de Israel. Em algumas delas, o rei era um deus; em Israel, Deus era Rei (cons. Êx. 15:18; 19:5,6; Dt. 33:5; Jz. 8:23).

16b. Sobre isso, veja Êx. 13:17; 14:13; Dt. 28:68. No deserto, os israelitas sentiam saudades dos produtos da agricultura egípcia (Nm. 11:5, 18, 20; 14:4). Confrontados com impérios nos quais os cavalos eram uma fonte de poder econômico e militar, eles desejariam, ardentemente os famosos cavalos e carruagens de Faraó (cons. Is. 30:2; I Reis 10:28,29), esquecendo-se da importância de sua eleição e seu livramento da escravidão do Egito. Com referência à violação salomônica destas restrições, veja I Reis 10:26 e segs.; 11:1 e segs.

18. Um traslado desta lei. Uma cópia do tratado de suserania era entregue a cada rei vassalo. A cópia do Senhor, aqui considerada o original e padrão, ficou depositada no santuário central (31:9). Com referência aos versículos 19, 20, cons. 31:12, 13. Davi manifestou sua conformidade de espírito com esta lei convencional do reino através de seus salmos (veja Sl. 1) e colocando o seu trono perto do santuário central, no lugar que Deus tinha escolhido.

Deuteronômio 18

c) Sacerdotes e Profetas. 18:1-22.

Israel recebeu a responsabilidade de sustentar os ministros do sacerdócio de Deus cujas obrigações administrativas foram citadas nos contextos precedente e seguinte (vs. 1-8). Depois Moisés ordenou a eliminação de todos os falsos pretendentes oraculares, incluindo o falso profeta (vs. 9-22). Com relação a isto, ele apresentou a instituição dos verdadeiros profetas (v.15 e segs.), relevando o tratamento que se devia aos líderes teocráticos (juiz, 16:8; rei, 17:14 e segs.; sacerdote e levita, 18:1 e segs.), o que foi apropriadamente incorporado a esta seção sobre a legislação que trata da administração oficial da justiça na vida teocrática.

1. Os sacerdotes levitas. Deuteronômio usa esta designação sete vezes, e sete vezes simplesmente "sacerdote(s)". **E toda a tribo de Levi.** O e é interpretativo, uma vez que no hebraico a construção é de simples aposição. Esta interpretação é gramaticalmente aceitável (cons. 17:1) e consistente com o restante das Escrituras, pois de acordo com ela todos

os sacerdotes eram descendentes de Levi, mas apenas os levitas aronitas eram sacerdotes. A tradução da E.R.C., insinua em Deuteronômio a opinião de que todos os levitas eram sacerdotes, criando conseqüentemente um conflito entre ele e outra legislação bíblica. Deuteronômio mesmo transmite uma imagem inteiramente diferente de cada grupo: os sacerdotes são os ministros do altar no santuário central, que desfrutam de uma posição de honra e autoridade supremas; os levitas são em toda parte subordinados funcionais e socialmente dependentes. Sacerdotes e levitas partilhavam da comissão de instruir Israel na Lei (33:1a; Lv. 10:11; II Cr. 15:3; 17:8, 9; 30:22; 35:3).

1a. Não terão parte nem herança. Isto é, eles não teriam um território tribal unificado (cons, 10:9; 12:12; 14:27, 29), Na qualidade de formulações compactas servindo aos propósitos da renovação do tratado, as estipulações deuteronômicas assumem a validade dos regulamentos mais minuciosos dados anteriormente, a não ser que, é claro, elas os modifiquem expressamente. Desse modo, aqui, os versículos 1b,2 fazem alusão à legislação igual à de Nm. 18:20 e segs.; Lv. 2:3; 7:6-10, 28 e segs.

2. O Senhor é a sua herança. O Senhor escolheu os levitas na qualidade de oferta de consagração dos primogênitos de Israel (v. 5; cons. Nm. 3:5-13) e então deu-se a Si mesmo como porção deles. Este último fato foi expresso em sua participação nas ofertas de Israel para Ele. O arranjo era simbólico da grande verdade testamentária de que o Senhor era o Deus de Israel e Israel era o povo do Senhor.

3. O direito devido aos sacerdotes. Há uma dúvida se este versículo define melhor as ofertas queimadas e a herança (por exemplo, primícias, dízimos) dos versículos 1, 2, ou se indica certas porções adicionais. No primeiro caso, há uma modificação de lei anterior, pois as partes específicas designadas para os sacerdotes não são aquelas detalhadas em Lv. 7:29 e segs. Se isto for correto, uma explicação da modificação da primitiva exigência da espádua direita pode muito bem ser esta: a espádua direita era a porção dada aos sacerdotes cananitas –

conforme ficou comprovado pelo descobrimento de um poço ligado a um templo cananita e cheio com ossos da espádua direita. Aceitando que o versículo 3 seja uma adição à legislação anterior, alguns têm defendido que a referência não foi feita ao sacrifício, mas aos animais mortos em casa (cons, a terminologia em Dt. 12:15, 21). Tal provisão prevenida a seria diminuição dos rendimentos dos sacerdotes, que de outro modo resultaria se esta considerável parte do animal fosse removida da categoria do sacrifício. Outra e mais sustentável explicação de 18:3 interpretada como provisão adicional é que ela se refere não às ofertas pacíficas propriamente ditas, mas a certas outras refeições sagradas comidas no santuário; generalizadamente festivas, ou, como o presente contexto poderia sugerir, associadas com processos judiciais. No versículo 4, o velo suplementa as exigências anteriores (cons. Nm. 18:12).

6. Quando vier um levita de alguma das tuas cidades. As cidades dos sacerdotes ficavam perto de Jerusalém, mas as dos levitas ficavam muito longe (via Js, 21). Os versículos 6-8 garantiam os direitos de todos os levitas contra qualquer tendência restritiva de interesses sacerdotais de direito no santuário central. A caridade para com os levitas exigida de Israel em geral era também exigida dos sacerdotes.

9-22. Se Israel quisesse mais detalhadas revelações da vontade do Senhor, além daquela expressamente registrada na Lei de Moisés, o recurso do Urim e do Tumim estava à disposição dos seus sacerdotes. Além disso, a iniciativa da revelação ficava com Deus, que levantaria profetas e falaria através deles (v. 18). Os israelitas deviam se satisfazer com essa revelação e submeter-se a ela (vs. 15-19), Se eles tratassem Moisés e os profetas de maneira inadequada, então nem a voz dos mortos valeria. Segundo se dedara, as fontes oraculares, tais como as que floresciam entre os cananitas, deviam ser evitadas (w.9-14). E um profeta presunçoso, falando como se falasse do Senhor, aliás, todo falso profeta tinirá de ser exterminado (vs. 20-22).

9. Não aprenderás a fazer conforme as abominações. Todas as superstições ocultas – adivinhação, feitiçaria, espiritismo (vs. 10,11) –

eram abominações (vs. 9, 12) diante do Senhor e merecedoras de anátema (cons. comentários sobre 7:1 e segs.). A magia pagã identificava-se com a religião pagã, e portanto a sua prática seria rebelião contra as exigências da aliança do Senhor no tocante à lealdade de Israel – **perfeito serás** (v. 13).

15. Um profeta do meio de ti . . . semelhante a mim. Esta figura de profeta, como certas outras no V.T. (por exemplo, a semente da mulher, o filho de Davi, o servo do Senhor, o filho do homem) tem dois significados, um associativo e outro individual. O sentido coletivo (isto é, toda a instituição das profecias do V.T.) está claramente condicionado, pois o problema de distinguir o verdadeiro e o falso profeta está indicado nesta conexão (vs. 20-22), e este "profeta" está apresentado como o correlativo legítimo da instituição oracular em Canaã (vs. 9-14).

Além disso, dentro da estrutura do Deuteronômio, esta é a seção que trata com os diversos ofícios teocráticos, e o ofício profético não está em qualquer outra parte formalmente instituído (cons. Lc. 11:50, 51). Ao mesmo tempo, esta passagem foi interpretada por Jesus e os apóstolos como indicativa do Messias (veja especialmente Atos 3:22, 23; cons. Jo. 5:43; 12:48,49; Mt. 17:5). Jesus era o profeta antitípico do qual a instituição profética do V.T. foi uma sombra. O ofício de profeta foi uma função mediadora e como tal, numa certa extensão, o prolongamento do ofício mediatorial de Moisés – **semelhante a mim** (cons. Nm. 12:6,7). Foi dado a Israel em resposta ao pedido feito no Horebe, quando pediram um mediador da revelação divina (Dt. 18:16 e segs/ cons. 5:23 e segs.).

20a.O profeta que presumir de falar alguma palavra em meu nome. Esse tal seria uma ameaça mais sutil do que o adivinho cananita ou o israelita sonhador de sonhos, comprovados com sinais, que atraíam a outros deuses (v. 20b; 13:1 e segs.). E ele devia receber o mesmo tratamento dos outros (v. 20c; cons. v.12; 13: 5). Identificá-lo era mais difícil (v. 21), mas ele devia ser denunciado pelo fracasso de suas predições averiguáveis (v. 22).

Deuteronômio 19

d) Garantias da Justiça. 19:1-21.

O tema da justiça judicial continua com estipulações calculadas para garantir um julgamento justo e um veredito verdadeiro. Fornecia-se asilo para o homicida para que a ira do vingador não impossibilitasse um julgamento sóbrio (vs. 1-13). Falsificar evidências era proibido (v. 14). Exigia-se testemunho adequado e honesto (vs. 15-21). Estas medidas serviam à justiça protegendo o inocente, mas a justiça também devia ser satisfeita com o castigo impassível do culpado (vs. 11-13, 19-21)

Asilo Judicial. 19:1-13.

2, 3. Três cidades separarás . . . para que nelas se acolha todo homicida. Aqui está se falando da terra a oeste do Jordão, pois, conforme ficou declarado na conclusão do prólogo histórico (4:41-43), Moisés já tinha designado as três cidades de refúgio a leste do Jordão. O papel de Josué ao completar esta nomeação das cidades de refúgio é um sinal da unidade funcional e dinástica de Josué com Moisés (cons. Js. 20).

6. Uma das funções do parente-remidor era a de ser o vingador do sangue (Gn. 4:10 e segs.). Esta instituição não era necessariamente o sinal de uma sociedade eticamente primitiva; antes, era um sinal de uma forma de governo menos complexa e menos centralizada. Teoricamente, o vingador devia agir sem paixão, em nome da justiça. Contudo, por causa da possibilidade dele agir por mera paixão, sua tarefa, embora continuasse em vigor, era sabiamente controlada no novo governo de Israel mais centralizado, estabelecido em Deuteronômio. O controle foi feito por meio do uso e da expansão da instituição do asilo primitivamente associado com o altar (cons. Gn. 4:15; Êx. 21:14b).

A origem disso se encontra no livro da Aliança do Sinai (Êx. 21:12-14), e foi mais claramente exposto em Nm. 35:9-34. Certas minúcias foram acrescentadas em Deuteronômio 19 (cons. 3a, 8, 9 e 12), particularmente com referência ao futuro desenvolvimento de Israel em

Canaã. Em Números, o termo "cidades de refúgio" se aplica a estas cidades, que forneciam proteção ao homicida fugitivo que não fosse acusado de homicídio premeditado (vs. 4, 5). Exatamente como a separação geográfica das tribos em relação ao altar central em Canaã exigia uma descentralização do sacrifício de animais (12, 15 e segs.), também exigiu uma descentralização do asilo. O fato das cidades de refúgio serem cidades dos levitas (cons. Js. 20: 7 e segs. e 21:1 e segs.) indica, contudo, que, diferindo do sacrifício de animais realizado à parte do altar central, a descentralização do asilo não perdeu seu caráter cerimonialmente sagrado. Observe, também, a integração desta provisão na vida do sumo sacerdote (Nm. 35:25). As cidades de refúgio eram, então, extensões do altar como lugar de asilo. Tudo isto contribui ainda mais para enfatizar esta parte das leis sobre a importância judicial do sacerdócio e do altar central. Considerando que o altar era o lugar da habitação do Senhor, pode-se ver nestas leis do asilo o equivalente deuteronômico das estipulações de extradição que se destacam preeminentemente nos tratados internacionais de suserania.

9. Então acrescentarás outras três cidades. Moisés olhava além para o futuro próximo e para a seleção das três cidades ocidentais em um futuro más remoto, quando a expansão de Israel - de acordo com a promessa divina (1:7; 11:24; 12:20) – daria lugar à necessidade de nove, em lugar de seis cidades de refúgio. Não temos notícia histórica da obediência a esta ordem.

12a. Os anciãos da sua cidade. Estes representantes da autoridade local tinham a responsabilidade do sangue inocente derramado em sua vizinhança (veja também 21:3 e segs.), e receberam por isso uma tarefa na satisfação do clamor desse sangue a fim de que a justiça fosse feita (cons. v. 13), mas sem revogação do antigo direito do vingador individual (12b). O julgamento propriamente dito era realizado diante da "congregação" (Nm. 35:12, 24), isto é, publicamente, mas se na localidade do homicídio ou na cidade de refúgio, não ficou esclarecido.

Josué 20:4 (cons. v. 6) menciona um julgamento, pelo menos provisório, que seria realizado na cidade de refúgio.

A Lei dos Limites. 19:14.

Este versículo trata daquilo que efetivamente, era a violação do nono mandamento, como também os versículos 16-21. **Os marcos do teu próximo.** O valor dos marcos delimitatórios como provas nos litígios envolvendo propriedade é visível. Sua inviolabilidade era protegida por severas sanções nos diversos antigos códigos legais, e por meio de maldições contra os molestadores inscritos nos próprios marcos (cons. 27:17). Pedras de diversos pés de altura (*kudurru*, em acadiano) marcavam os limites das propriedades reais. O fato da herança de Israel e de cada israelita individualmente constituir uma garantia real do seu divino Rei, aumentaria a culpa de qualquer um que alterasse os limites, que seriam estabelecidos pelas primeiras gerações depois da conquista - que os antigos fixaram.

A Lei das Testemunhas. 19:15-21.

15. Pelo depoimento de duas ou três testemunhas. Este versículo estipula como princípio geral de administração, nos casos criminais, a lei das testemunhas que já fora anteriormente enunciada com referência aos casos capitais (17:6; Nm. 35:30). Deuteronômio 19:16-21 trata do testemunho perjuro, isto é, da violação do nono mandamento na corte (veja 5:20; Êx. 20:16; 23:1).

16. Testemunha falsa. Assim foi designada em vista do resultado; mas do ponto de vista dos juízes locais não está claro quem é o mentiroso, se ela ou a defesa. Exatamente por causa desta dificuldade o caso devia ser submetido à corte central (cons. 17: 8-13).

18. Indagarão bem (cons. 13: 14; 17: 4). Não devia se recorrer a provas penosas, conforme usava-se fazer em tais casos, como na prática legal entre os vizinhos de Israel.

21. Vida por vida. A penalidade do perjúrio, contudo, devia ser estabelecida de acordo com a *lex talionis* (Êx. 21:23 e segs.; Lv. 24:17 e segs.), que era quase universalmente seguida. Este princípio não era licença para a vingança mas uma garantia de justiça. Observe novamente o destaque do julgamento do sacerdote (Dt. 19:17).

Deuteronômio 20

e) Julgamento das Nações. 20:1-20.

Justiça teocrática devia ser exercida na realização da guerra além das fronteiras de Israel como também na administração da lei criminal dentro da terra. Aqui, novamente, aparece uma hegemonia do sacerdote e do culto no processo judicial (v. 2 e segs.). Exatamente como as cidades de refúgio eram uma extensão do aspecto protetor do altar através de toda a terra (cons. 19:1 e segs.), assim também uma campanha militar consagrada contra o inimigo estrangeiro era o juízo justo e santo do santuário – ou melhor, do Senhor – **em toda a terra** (vs. 1b, 4,13a).

Enquanto todas as operações militares dos israelitas sancionadas pelo Senhor eram juízos teocráticos, e o adversário sempre assumia o caráter de adversário do reino de Deus, fazia-se uma distinção entre as guerras travadas contra as nações cananitas e aquelas contra nações muito distantes (v. 15 e segs.). O mandato prospectivo de Deut. 7 concentrava-se no primeiro caso; as presentes estipulações centralizavam-se no último. Nos tratados de suserania extra-bíblicos, também, as atividades militares dos vassalos e sua participação nos despi os eram cuidadosamente regulados e o suserano prometia apoio se necessário.

1. Pois o Senhor teu Deus . . . está contigo. A lembrança das façanhas todo-poderosas de Deus no estabelecimento da teocracia e a reafirmação da Sua presença no meio do Seu povo, mesmo quando se tratava das guerras do Senhor, deviam confirmar a fé dos israelitas quando enfrentassem exércitos maiores e tecnologia militar. Quanto aos cavalos e aos carros, que Israel cantasse novamente a Canção do Mar:

"O Senhor é homem de guerra . . . Lançou no mar os carros de Faraó e o seu exército . . . precipitou no mar o cavalo e o seu cavaleiro ... O Senhor reinará por todo o sempre" (Êx. 15: 3a, 4a, 216, 18).

2. O sacerdote se adiantará, e falará. No mundo antigo, sacerdotes e intérpretes de augúrios eram membros regulares da equipe militar (cons. Nm. 10:8, 9; 31:6; 1 Sm. 7:9 e segs.). A função do sacerdote israelita não era análoga a de um capelão militar moderno. Ele antes representava o santuário em cujo nome o exército israelita avançava; ele consagrava a batalha à glória do Senhor dos exércitos e ao Seu reino convencional. Com referência ao versículo 4, veja 23:14; I Sm. 14:18; II Sm. 11:11.

A situação analisada nos versículos 5-9 é aquela dos primeiros tempos em Canaã, antes que houvesse um exército regular com mercenários estrangeiros fazendo o papel de um corpo de elite.

5. Os oficiais. A milícia das tribos devia ser recrutada pelos oficiais das tribos (cons. 1:15). Shamshi-Adade, o assírio, em sua correspondência milita, ordenou àqueles que estavam encarregados do recrutamento: "O comandante cujas tropas não se apresentarem na íntegra e que deixar um homem para trás incorrerá no desfavor do rei" (Mari, 1, 6:18 e segs.). Considerando, contudo, que nas guerras do Senhor, a vitória vinha não pelo poder do exército israelita, o recrutamento era feito tão livre de compulsão que apenas a consciência fortalecida pela fé no Senhor como o Doador da vitória (v. 4) competia ao alistamento. (Para averiguar exemplo histórico surpreendente deste princípio, veja Jz. 7:2, 3).

8. Para que o coração de seus irmãos se não derreta. Os poemas épicos homéricos descrevem tropas desmoralizadas chorando como bezerros e gritando como crianças com saudades de casa. Tal comportamento no exército israelita desgraçaria o nome do Senhor diante dos pagãos. Os tipos que deviam ficar de fora evidentemente não eram insólitos em Israel (cons. o poema sumeriano, "Gilgamesh and the Land of the Living", 49 e segs.; O Poema Ugarita, Keret, 101 e segs.).

Jesus insistia (Lc. 14 18 e segs.) que tais desculpas usadas para isenção do serviço militar não deviam afastar um homem da pronta aceitação do Seu convite à salvação. (A respeito do v.6, cons. Lv. 19:23 e segs.; sobre o v. 7, cons. 24: 5).

10. Oferecer-lhe-ás a paz. Tal oferta foi expressamente proibida no conflito com as cidades de Canaã (7: 2 e segs.). A identificação do reino de Deus com o reino terrestre de Israel produziu, no V.T., uma antecipação do juízo final que sobrevirá àqueles que permanecerem de fora do reino redentor de Cristo. Este juízo do V.T., contudo, não podia ser executado universalmente. Pois então a dispensação da graça para os gentios teria terminado prematuramente, e a promessa de que Israel seria uma bênção a todas as nações através do Messias (Gn. 12: 3) teria sido nulificada. Por isso, a tipologia do juízo final foi estritamente aplicada, unicamente, nas guerras contra as nações dentro das fronteiras reclamadas por Deus para o Seu reino típico (Dt. 20:16-18; cons. 7:2 e segs.).

15. As cidades . . . mui longe de ti. Além dessas fronteiras a tipologia do juízo era abrandada pelos princípios que governam o relacionamento costumeiro das nações em geral (vs. 10-15), ainda que não de modo a se perder o significado religioso do encontro de uma nação antiga com o Reino do Israel de Deus. Conseqüentemente, na oferta de paz de Israel (v. 10) e na submissão da cidade gentia como tributário convencional do Senhor (v. 11) está gravada a imagem da missão salvadora do povo de Deus neste mundo (cons. Zc. 9: 7b, 10b).

O julgamento daqueles que se recusam a fazer a paz com Deus através de Cristo era exibido no cerco, na conquista e no castigo da cidade insubmissa (Dt. 20:13), ainda que, conforme observado acima, isto não importava em estrita aplicação do *herem* (interdito), nem era também tão severo quanto o tratamento costumeiro nas guerras da antiguidade (vs. 14, 19, 20).

19b. O arvoredo é a vida do homem. Estas palavras, colocadas em parêntesis na E.R.C., são obscuras; mas a E.R.C. parece traduzir o final do versículo de maneira mais acertada do que a E.R.A.

Deuteronômio 21

f) Autoridade do Santuário e do Lar. 21:1-23.

Este capítulo conclui os mandamentos relacionados com a autoridade governamental. Considerando que toda esta autoridade é uma extensão da autoridade do chefe da família individual (veja o quinto mandamento), estas estipulações finais sobre este assunto preocupam-se apropriadamente do exercício da autoridade dentro do lar. Há sanções impostas para reforço desta autoridade (vs, 18-21), e há regulamentos para garantir um justo exercício dela (vs. 10-17). Os versículos introdutórios prescrevem procedimento judicial nos casos em que a justiça penal não possa ser satisfeita, tendo em vista que a identidade do ofensor não é conhecida (w. 1-9). As provisões são tais que demonstram além disso a orientação de todo o governo teocrático do santuário. Semelhantemente, a estipulação final insiste que seja respeitada a lei culto-cerimonial na administração da lei criminal (vs. 22, 23). O altar teocrático e a corte teocrática eram duas manifestações da justiça do Rei teocrático, o Santo que escolheu um lugar de habitação em Israel.

Responsabilidade Comunitária Conjunta 21:1-9.

Os membros das judicaturas locais (veja 16:18) deviam determinar qual a cidade que devia assumir a responsabilidade.

3. Da cidade mais próxima. Este princípio da responsabilidade comunitária conjunta no caso de criminosos não identificados também aparece no Código de Hamurabi. As leis 23 e 24 desse Código exigem que a cidade mais próxima faça a restituição no caso de roubo e que compense com uma mina de prata a família da pessoa assassinada. Os anciãos da cidade (cons. 19:12), como os representantes de toda a

população, deviam orientar a execução cerimonial (3b, 4). Este ritual devia ser executado sob a jurisdição dos sacerdotes (5a).

5b. Por sua palavra, decidirem toda demanda e todo caso de violência (cons, 17: 8, 10). Aqui está uma afirmação clara da autoridade judicial máxima de que estava investido o sacerdócio. A função dos sacerdotes no caso sob exame era puramente judicial, pois o sacrifício da novilha (v. 4b) não seria um sacrifício cultural, mas uma execução judicial. Que não era um sacrifício no altar está evidente pelo medo da execução (cons. Êx. 13:13). Considerando que era apenas uma execução cerimonial, ficando a novilha como substituto do homicida desconhecido, não havia verdadeira satisfação de justiça.

9. Assim eliminarás a culpa . . . do meio de ti. O atual servia para preservar o status cerimonial daqueles que estavam envolvidos na qualidade de membros convencionais sacramentalmente qualificados (vs. 8, 9). Fazendo assim, prefigurava profeticamente (como um sacrifício no altar) a execução vicária do Messiânico Servo do Senhor pela culpa de sangue do Seu povo. Não só os homens, mas também a terra manchada de sangue participava dessa profanação simbólica; e sua profanação também era, figuradamente, purificada através do ritual judicial (cons. Nm. 35:33). Nisto havia um lembrete de que a perfeita justiça devia finalmente permear todo o reino de Deus. Outro subproduto dessa exigência ritual seria a preservação da paz através da eliminação de possíveis mal-entendidos que pudessem inflamar uma luta entre as cidades, se o parente vingador do morto saísse precipitadamente no cumprimento de seu papel de vingador.

Limites da Autoridade de um Marido. 21:10-14.

Esta primeira das três estipulações relacionadas com a autoridade do chefe da casa (cons. vs. 15-21) trata dos limites da autoridade do marido sobre a esposa. O caso de uma mulher cativa (vs. 10, 11; cons. 20:14; contraste com 7:3) foi usado como exemplo para o estabelecimento dos direitos da esposa, talvez porque o princípio poderia

obviamente se aplicar *a fortiori* ao caso de uma esposa israelita. Sobre os atos de purificação dos versículos 12b, 13a, os quais significavam a remoção do status de escravo, compare com Lv. 14:8 ; Nm. 8:7. Sobre o luto de um mês, veja Nm. 20:29 e Dt. 34:8. Este período daria lugar à serenidade interior necessária para o começo de uma nova vida, como também para a expressão apropriada da piedade filial.

14. De nenhuma sorte a venderás. Uma esposa não devia ser reduzida à condição de escrava, nem mesmo a esposa que foi tirada da condição de escrava. Embora esta ilustração da esposa prisioneira seja peculiar ao Deuteronômio, o mesmo princípio está expresso no Livro da Aliança, onde o caso da serva israelita foi apresentado (Êx. 21:7-11). **Deixá-la-ás ir à sua própria vontade.** A interrupção do relacionamento conjugal, só foi mencionado aqui, em relação à declaração do princípio mais importante de que a autoridade do homem não se estendia ao direito de reduzir sua esposa à condição de escrava. A dissolução do casamento teria de ser realizada de acordo com as leis do divórcio da teocracia (cons. Dt. 24:1-4). O divórcio não era obrigatório, mas concedia-se a liberdade no caso do homem tomar a decisão de se divorciar de sua esposa, de acordo com a permissão dada por Moisés, por causa da dureza dos seus corações (cons. Mt. 19:8).

Limites da Autoridade Paterna. 21:15-17.

Esta estipulação circunscrevia a autoridade do pai sobre seus filhos, especificamente no que dizia respeito aos direitos de primogenitura. Esta ilustração particular envolve outra situação da economia mosaica que era simplesmente tolerada, isto é, a poligamia. Onde a poligamia era praticada, o problema citado (v. 15) teria sido comum (cons. Gn. 29:20 e segs.; I Sm. 1:4 e segs.).

17c. O direito da primogenitura é dele. O direito da primogenitura incluía uma herança de propriedades em dobro do que era concedido aos outros filhos. O princípio aqui reforçado é que a autoridade paterna não é absoluta. A mera preferência pessoal do pai não

justifica desprezo dos direitos costumeiros, divinamente sancionados, daqueles que se encontravam sob sua autoridade paterna.

Julgamento do Filho Rebelde. 21:18-21.

Se o abuso da autoridade produzia tirania, o desrespeito pela devida autoridade produziria anarquia, a própria contradição da ordem da aliança como uma manifestação do senhorio divino. A autoridade paterna, em particular, fora ordenada por Deus para representar a autoridade divina e para sei a pedia de esquina de todo o governo humano e ordem social. Portanto, enquanto era necessário proteger-se aqueles que se encontravam sob a autoridade do chefe da casa para que não houvesse abuso arbitrário de sua autoridade (vs. 10-17), também era necessário fortalecer essa autoridade contra o espírito da anarquia em uma geração de Belial (v. 20). Está reforçado aqui através das sanções máximas da lei teocrática (v. 21; Êx. 21:15, 17; Lv. 20:9; Dt. 27:16).

18. Ainda castigado. O castigo devia ser o limite da aplicação das sanções judiciais pelos próprios pais. Além disso, o processo judicial devia sei dirigido pelos anciãos à porta da cidade (v. 19), isto é, pela judicatura teocrática local (cons. 16:18 e segs.).

Disposição do Cadáver de um Criminoso. 21:22, 23.

A lei precedente provinha da autoridade paterna para a autoridade oficial judicial e prescrevia a pena de morte. O presente caso avança no processo judicial um passo além da execução, para a exposição do corpo como uma advertência, proclamação pública da satisfação da justiça. O principio exemplificado é que toda administração da lei teocrática devia operar à serviço da religião da aliança.

23. O que foi pendurado no maleiro é maldito de Deus. O condenado teria sido culpado de ofensas declaradas malditas pelas sanções da aliança. Tendo sido executado, visivelmente estaria personificando a ira de Deus que foi derramada. Como carcaça humana exposta às aves e às feras (cons. II Sm. 21:10), o homem pendurado no

madeiro seria uma expressão da consumação da maldição divina sobre a raça decaída (cons. por exemplo, Ap. 19:17 e segs.). Nesta conclusão da série de estipulações em que Deus exige uma justiça judicial perfeita e a satisfação de cada reivindicação da justiça, se necessário através de um sofredor vicário, o crente do Novo Testamento lembra-se dAquele que foi maldito de Deus para redimir o Seu povo da maldição inexorável da lei (Gl. 3:13).

3) Santidade da Ordem Divina. 22:1 – 25:19.

O amor a Deus exige reverência pelas ordenanças divinas nos diversos níveis da criação e nas diversas esferas das atividades humanas. O servo da aliança devia respeitar a santidade da ordem da natureza (22:5-12), do casamento (22:13-30; Bíblia Heb. 23:1) e do reino teocrático (23:1; [Bíblia Heb. 23:2]; 25:12). Com exceção parcial da ordem natural, o setor em vista é do relacionamento mútuo dos servos da aliança. Toda esta parte, portanto, está sujeita a leis que claramente expressam o princípio básico de que a mesma preocupação amorosa que alguém demonstraria pelos seus interesses pessoais deve ser demonstrada também pelos interesses do próximo (22:1-4; 25:13-16). Os tratados de suserania extra-bíblicos também regulavam o relacionamento dos vassallos do senhor entre si.

Deuteronômio 22

a) As Ordenanças Relativas ao Trabalho e Casamento. 22:1-30.

1-4. Legislação semelhante encontra-se no livro da Aliança (Êx. 23:4 e segs.). Lá, está no meio das leis cujo alvo é assegurar uma administração honesta da justiça. A lei de Deus deveria ser obedecida por um homem, mesmo em suas atividades secretas, que estão além do controle dos agentes humanos escolhidos por Deus para garantia da execução da lei. Deuteronômio 22:1-4 poderia assim servir bem como um apêndice à seção precedente sobre a vigência da lei teocrática. Chama-se a atenção para o fato de que as exigências divinas quanto ao

nosso relacionamento com o nosso próximo só serão inteiramente cumpridas, quando agirmos em um espírito de amor que vai além da mera guarda da lei para fugir ao castigo, e busca positivamente o bem-estar dos outros como se fosse o nosso próprio. Esta lei do amor é o princípio essencial que as estipulações seguintes aplicam às situações particulares da vida do povo da aliança.

5-12. O homem deve estar cômico do que, em todo o uso que ele fizer deste mundo, é um mordomo de Deus. Vários regulamentos foram portanto prescritos para os israelitas, a fim de que os lembrassem continuamente, conforme buscassem realizar o programa cultural do reino de Deus (cons. Gn. 1:28), que o mundo é do Senhor, pois Ele é o seu Criador. O homem foi realmente colocado como o rei da natureza, com toda a ordem da natureza sob o seu domínio; mas o papel do homem é o de vice-rei no nome do Criador. A autoridade humana deve, portanto, ser exercida de acordo com o padrão que Deus estipula. É este um princípio fundamental, que sublinha a exigência introdutória desta seção, que a distinção entre o homem e a mulher não deveria ser toldada pela apropriação dos artigos característicos um do outro (Dt. 22:5). Deus os criou macho e fêmea, com naturezas e funções distintas; especificamente, na ordem da autoridade divinamente estabelecida, o homem é a cabeça da mulher quando juntos reinam sobre a terra. O Senhor criou as diversas "espécies" nos reinos vegetal e animal (Gn. 1:11 e segs.). Israel devia tratar essas "espécies" de modo que fossem preservadas suas naturezas distintas (Dt. 22:6, 7, 9.11; cons. Lv. 19:19).

8. Para que nela não ponhas culpa de sangue. O sangue que é a vida do homem, é de significado especial na ordem natural da criação. Falta de cuidado com ele demonstra falta de amor ao próximo e respeito a Deus. Portanto, incorre-se em culpa diante do Criador, mesmo quando acidentes resultantes dessa falta de cuidado não receberem compensação humana.

12. Farás borlas. Como outras estipulações desta seção, o regulamento final, que exigia o acréscimo de borlas às vestes externas,

servia para fornecer um lembrete especial da suserania de Deus sobre Israel (cons. Nm. 15:37-41).

13-30. As leis dos versículos precedentes eram para regular a ordenança do trabalho; as leis desta seção serviam para governar a instituição da ordenança do casamento. A santidade da divina instituição da família é portanto o alvo destas provisões.

13, 14. Se um homem casar com uma mulher . . . e lhe atribuir atos vergonhosos. O caso é um marido que acusa a sua esposa de falta de castidade, quer falsamente (vs. 13-19), quer justificadamente (vs. 20, 21). No primeiro exemplo, o maldoso acusador deveria sofrer castigo corporal (v. 18; cons. 25:1-3), pagar uma compensação ao seu sogro por difamar a sua casa (v. 19a) e reter sua esposa, sem mesmo ter a permissão de se divorciar dela (v.19b). No segundo caso, a esposa culpada que "fez loucura" devia sofrer a morte por apedrejamento diante da desgraça da casa de seu pai. Em sociedades onde tais evidências eram legalmente decisivas, costumava-se depois da consumação do casamento guardar os sinais da virgindade da esposa (v. 17). (Sobre a responsabilidade judicial dos anciãos, veja 19:12; 21: 2-6, 19, 20; 25:7-9. Sobre o adultério, punível com a morte, veja 5:18; Lv. 18:20, 29; 20:10).

Os versículos 23-29 referem-se à sedução de moças solteiras, ou comprometidas (vs. 23-27), ou livres (vs. 28, 29). Se a moça fosse comprometida, o homem devia ser apedrejado até a morte. A mesma penalidade era imposta à moça, se a relação sexual ocorresse na cidade (vs. 23, 24); mas não se as circunstâncias permitissem a razoável suposição de que fora forçada – **ela não tem culpa de morte** (vs. 25-27). O sedutor de uma virgem livre era obrigado a tomá-la por esposa, pagando o devido preço pela noiva e perdendo o direito ao divórcio (vs. 28, 29). Provavelmente os direitos paternos mencionados em Êx. 22:17 continuavam tendo precedência. Com referência a Dt. 22:30; veja Lv. 18:6 e segs.; 20:11 e segs.; Dt. 27:20 e segs. Esta simples proibição representa, como lembrete, toda a lista de vãos de afinidade que se encaixam nesta mesma proibição.

O tema dos capítulos 23-25 é a santificação do reino teocrático. Israel devia respeitar a santidade da congregação do Senhor (23:1-18; Bíblia Heb. 2-19); a santidade das classes especiais de servos de Deus, particularmente os necessitados (23:19 [Bíblia Heb. 20] – 24:22); e a santidade de cada cidadão da teocracia como portador individual da imagem de Deus (25:1-12).

Deuteronômio 23

b) A Congregação do Senhor. 23:1-18.

1-8. A santidade da congregação do Senhor destacava-se pela exclusão da participação nas assembleias teocráticas oficiais daqueles que eram desqualificados de diversas maneiras. A desqualificação podia ser física (vs, 1, 2) ou étnica e histórica (vs. 3-8). Excluídos estavam os **eunucos** (v. 1) e os **bastardos** (v. 2) com os seus descendentes – **até a sua décima geração**, isto é, indefinidamente (cons. v. 3). A condição do eunuco era de mutilação da natureza dada por Deus (cons. 14:1). O bastardo era o produto de um repúdio à ordenança divinamente estabelecida. Possivelmente, o *mamzeir*, traduzido para **bastardo**, era, mais acuradamente, aquele que nascia de uma união incestuosa (cons. 22:30). Tais exclusões do privilégio apontavam para a importância da administração convencional do casamento, cuja finalidade era assegurar uma descendência piedosa. Contudo, mesmo nos dias do V.T. tal incapacidade física era obstáculo apenas para o privilégio externo, não para as realidades espirituais da salvação. Nos dias do N.T. tais incapacidades já não entram mais em consideração, mesmo na administração dos privilégios visíveis da igreja (cons. Is. 56:4, 5; Atos 8:27, 28). O mesmo acontece com os casos de desqualificação mencionados em Dt. 23:3-8.

4a. Porquanto não foram ao vosso encontro com pão e água.

Embora os amonitas e moabitas fossem concebidos em incesto (cons. v. 2; Gn. 19:30 e segs.), a razão assinalada para o seu impedimento é que não tiveram boa vontade em demonstrar hospitalidade ao povo de Deus,

na sua viagem pelo deserto, quando vinha do Egito para a sua terra (cons. Dt. 2:18 e segs., 29) e até tentaram atacar Israel – **e porque alugaram contra ti a Balaão** (4b; cons. Nm. 22-25). A maldição divina é a porção daqueles que amaldiçoam o povo da aliança, de acordo com a promessa divina feita a Abraão (Gn. 12:3). Por isso, o Israel teocrático não devia fazer uma aliança de concerto com os amaldiçoados que tinham pretensões a amaldiçoadores (Dt. 23: 6).

7. Não aborrecerás o idumeu . . . nem . . . o egípcio. No caso dos edomitas e egípcios, a exclusão era regra por causa da inimizade passada (cons. a opressão egípcia, Êx. 1:8 e segs., e oposição edomita, Nm. 20:18 e segs.), mas foi modificada (Dt. 23:8; Êx. 20:5), em um caso, por causa dos laços de parentesco com Abraão (cons. Gn. 36:1 e segs.) e, no outro, por causa da hospitalidade demonstrada para com Abraão e a família de Jacó quando foram assolados pela fome (Gn. 12:42- 47).

9. Então te guardarás de toda coisa má. O acampamento militar dos israelitas, ocupados em guerras do Senhor, era uma extensão do reino teocrático e devia se caracterizar por aquela mesma santidade que destacava a comunidade.

14. Porquanto o Senhor teu Deus anda no meio do teu acampamento. Na guerra, como na paz, Deus estava presente no meio do Seu povo, e Seu nome tinha de ser santificado. Limpeza física era o símbolo apropriado da santidade no relacionamento da aliança. (Sobre os vs. 10, 11, cons. Lv. 15:16).

15-18. Estes versículos apresentam exemplos adicionais do que poderia e não poderia ser considerado compatível com a posição sagrada de membro da congregação do Senhor.

15. O escravo que, tendo fugido. Esta lei se relaciona aos escravos estrangeiros fugitivos. Sobre o asilo concedido aos refugiados, compare as leis de extradição nos tratados seculares.

17. Das filha de Israel . . . quem se prostitua . . . nem dos filhos. Eram prostitutas e prostitutos, conforme indicado pelos termos hebraicos, que são as formas feminina e masculina da raiz que significa

"sagrado". A lei se relaciona com os israelitas nativos devotados a prostituição cultural. Os abomináveis rituais dos cultos pagãos da fertilidade são os que estão sendo examinados.

18. Preço do cão. Sobre a palavra cão, outro termo usado para o prostituto, veja Ap. 22:15. Ninguém pode satisfazer as santas exigências da aliança divina, escondendo pecados sob a hipocrisia da religião. Para que as regras dadas em Dt. 23:3-8 não deixem a falsa impressão de que considerações étnicas eram de suma importância, torna-se claro por estas duas regras adicionais, uma acolhendo o estrangeiro e outra excluindo certos israelitas, que a misericórdia e moralidade eram os princípios vitais da administração da aliança.

c) Proteção aos Fracos. 23:19 – 24:22.

Devia-se respeitar todos aqueles que tinham a digna posição de servos da aliança do Senhor. Esta seção de estipulações tem a intenção de garantir esta santidade do cidadão teocrático através de regulamentos que asseguravam a paz, a prosperidade e a liberdade dentro do compromisso da aliança de todo o povo de Deus, mas especialmente daquelas classes sociais, cujo bem-estar era prejudicado por diversas circunstâncias. Parece que a legislação foi arrumada em grupos correspondendo às leis de seis a dez no Decálogo, mas em uma ordem um pouco diferente, conforme se segue: leis de propriedade (23:19-25), de família (24:1-5), de vida (24: 6-15), de justiça (24:16-18) e de caridade (24:19-22).

Leis de propriedade. 23:19-25.

19. A teu irmão não emprestarás com juros. Israelitas empobrecidos eram protegidos da exploração de seus irmãos mais ricos pela proibição da cobrança de juros nos empréstimos que lhes eram concedidos (cons. Êx. 22:25; Lv. 25:35 e segs.; Deut. 15:1 e segs.). Juros podiam ser cobrados do estrangeiro (v. 20), no entanto, porque o empréstimo feito a

este, não era para aliviar a pobreza, mas com interesses comerciais para ser usado por esses mercadores ambulantes para obtenção de lucro.

22. Abstendo-te de fazer o voto. Fora as exigências tributadas especificadas pelo Senhor da aliança, a propriedade do vassalo estava a sua inteira disposição. Este direito não devia, contudo, desencorajar a livre expressão do amor e gratidão religiosa, nem devia fornecer fuga para a obrigação assumida com um voto voluntário, uma vez feito. Reverenciando o seu próprio Santo Nome, Deus não encorajaria um sentimento de desleixo ou impunidade naqueles que faziam solenes votos diante dEle (vs. 21,23; cons. Lv. 27; Nm. 30:2 e segs.).

24. A lei das colheitas (vs. 24,25) proporcionava liberdade para satisfazer o princípio da hospitalidade fraternal, mas proibia que se transformasse a liberdade em licença que resultasse na violação dos direitos de propriedade dos cidadãos teocráticos.

Deuteronômio 24

Leis da Família. 24:1-5.

O divórcio conforme permitido na Lei Mosaica (cons. Lv. 21:7, 14; 22:13 ; Nm. 30:9), por causa da dureza do coração dos israelitas Mat. 19:8; Mc. 10:5), punha em perigo a dignidade das mulheres dentro da teocracia. Por isso, o abuso da permissão foi prevenido, cercado o divórcio de regras técnicas e restrições (Dt. 24:1-4). A E.R.A. está certa em considerar os versículos 1-4 como uma só sentença, sendo que 1-3 constituem a condição e o 4 a conclusão. A E.R.C. dá a impressão de que o divórcio era obrigatório na situação descrita. Na realidade, o que era obrigatório não era o divórcio, mas (se alguém recorresse ao divórcio) um processo legal que incluía quatro elementos: a) Devia haver motivo sério para o divórcio. O significado exato das palavras coisa indecente (v. 1; cons. 23:14) é incerto. Não se trata de adultério, pois a lei prescrevia para isto a pena de morte (22:13 e segs.; Lv. 20:10; cons. Nm. 5:11 e segs.). b) Uma certidão da separação devia ser colocada na mão da mulher para sua subsequente proteção. O preparo deste instrumento

legal implica no envolvimento de c) um ofício público que também deveria julgar a suficiência da base alegada para o divórcio. d) O homem devia fazer uma despedida formal – despedir de casa (v. 1).

O ponto principal desta lei, contudo, era que um homem não poderia tornar a se casar com sua esposa depois do divórcio, caso ela viesse a se casar novamente, mesmo se o seu segundo marido se divorciasse dela ou morresse. Em relação ao primeiro marido, a divorciada casada de novo era considerada contaminada (v. 4). Tal era a anormalidade desta situação, tolerada nos tempos do V.T., mas revogada por nosso Senhor no interesse do padrão original (Mt. 19:9; Mc. 10: 6-9; cons. Gn. 2:23, 24).

5. Por um ano ficará livre em sua casa. Considerações adicionais foram feitas em relação à santidade do relacionamento familiar e especialmente quanto ao bem-estar da mulher dentro dele, garantindo um ano de isenção do serviço público para o homem recém-casado, para que sua esposa se alegrasse com a sua presença.

Leis da Vida. 24:6-15.

A preocupação destas estipulações era a vida do povo de Deus e coisas essenciais à preservação de sua vida. Salvaguardava-se a dignidade e paz dos necessitados em particular, pois o Senhor se deleita em ser o Ajudador dos desamparados, e queda que o Seu povo também fosse assim.

7. Ou o vende. O tráfico da vida humana era proibido sob pena de morte (cons. Êx. 21:16). Respeito por toda questão relacionada com a vida ou saúde dentro da comunidade exigia atenção cuidadosa às divinas prescrições relacionadas com a doença da lepra (Dt. 24:8; cons. Lv. 13; 14), cuja seriedade comprovou-se pela experiência de Miriã (Dt. 24:9; cons. Nm. 12:10 e segs.).

10. Se emprestares alguma coisa ao teu próximo. Embora os juros fossem proibidos nos empréstimos feitos ao próximo israelita (23:19, 20), um penhor podia ser tomado por medida de segurança; mas

mesmo este não devia ser tomado de maneira a afetar a dignidade do devedor, interferindo com a sua vida. Os homens não deviam ficar privados dos artigos indispensáveis à vida e à saúde. Nesta categoria se enquadrava as mós (v. 6), o manto quadrangular usado como cobertor para dormir (vs. 10-13; cons. Êx. 22:26, 27) e o ganho diário do trabalhador (Dt. 24: 14, 15 ; cons. Lv, 19:13).

15. Para que não clame contra ti ao Senhor. Também nos tratados de suserania seculares, queixas de algum vassalo contra outro tinham de ser julgadas pelo próprio suserano.

Leis da Justiça. 24:16-18.

A justiça devia ser dispensada a todo israelita de acordo com a verdade.

16. Cada qual . . . pelo seu pecado. Só o indivíduo culpado devia ser punido, e não os membros inocentes de sua família (cons. II Reis 14:6). Não há nenhuma contradição entre isto e o juízo divino conforme descrito no Decálogo (Dt. 5:9; Êx. 20:5), pois este último não diz que Deus aflige o inocente. Aqueles que participam da visitação do juízo sobre as iniquidades dos pais são aqueles que também participam do ódio dos pais contra Deus. Por outro lado, não há repúdio do princípio da responsabilidade conjunta que prevalece em certas circunstâncias de grupo.

17. Estrangeiro . . . órfão . . . viúva. Até as classes sociais mais desamparadas deviam desfrutar da justiça e ter a garantia de todos os seus direitos legais. Sobre a relação que há entre o assunto da família com o Êxodo (v. 18), veja 22; 15:15.

Leis da Caridade. 24:19-22.

O espírito de caridade, negativamente declarado no décimo mandamento, devia ser o espírito governante na vida teocrática. Novamente o pobre devia ser beneficiado. Cons. Lv. 19:9, 10; 23:22.

Deuteronômio 25

d) Santidade do Indivíduo. 25:1-19.

Os versículos de 1 a 12, as leis finais sobre a santidade do reino (23:1 – 25:12), resguardavam a santidade do homem como portador individual da imagem de Deus. Os versículos 13-19 concluem as leis do respeito pelas ordens da natureza, da família e da teocracia (vs. 22-25), tal como foram começadas (cons. 22:1-4), com o princípio da regra de ouro.

1-12. O justo castigo dos culpados devia ser dispensado de maneira a preservar a dignidade humana individual (vs. 1-3). O princípio da santidade da criatura individual à semelhança divina foi assim reforçado nos pontos onde esse respeito poderia mais plausivelmente ser prejudicado. Contrariando a divisão de sentenças da E.R.A. e E.R.C., a conclusão não começa antes do versículo 2. Degradação pública inconveniente devia ser evitada através de medidas severas de precaução. O castigo do criminoso devia ser precedido por um julgamento e sentença, e devia ser pessoalmente supervisionado pelo juiz.

3. Quarenta açoites lhe fará dar, não más. Os açoites deviam ser escrupulosamente contados – e não deviam ser aplicados ao acaso, como se fora em um animal, ou sob o descontrole da ira, esquecido de que o juízo pertencia ao Senhor. A severidade dos açoites deviam ser proporcionados de acordo com a gravidade da ofensa, mas nunca exceder a quarenta golpes.

4. Não atarás a boca do boi. . . O complemento positivo da proibição de se desonrar um homem apesar de seus erros é a exigência de que ele devia receber toda a honra devida por suas boas obras. Este versículo, provavelmente, uma expressão proverbial, parece mesmo aqui ter a força que lhe deu Paulo em I Co. 9:9 e I Tm. 5:18.

O servo da aliança é um ser imortal com uma participação, mesmo depois da morte e sepultura, na bem-aventurança futura do reino de Deus que foi prometido na Aliança da Redenção aos crentes e seus descendentes depois deles (vs. 5-10).

6. Para que o nome deste não se apague em Israel. Devia-se suscitar testemunha da dignidade do filho-servo de Deus por intermédio de um descendente da aliança que habitava em sua herança, dentro do reino típico do V.T. Como aplicação disso, a Aliança Deuteronômica adotou uma forma de prática muito difundida do casamento em levirato, por meio do qual tocava ao irmão do homem que morrera sem lher a responsabilidade de suscitar-lhe um herdeiro através da viúva – **o primogênito . . . será sucessor do nome do seu irmão.** Esta exigência constituía uma exceção à proibição de Lv. 18:16; 20:21. Para ver exemplos bíblicos desta ou semelhante prática, veja Gênesis 38 e o Livro de Rute. A obrigação do levirato limitava-se em Deuteronômio às situações nas quais os irmãos partilhavam da mesma propriedade (25:5a) e mesmo então não era compulsória – **Meu cunhado recusa** (v. 7). Deixar de agir de acordo, contudo, traía falta de afeição fraternal e era publicamente estigmatizada (vs. 8-10). Sobre o uso da sandália para confirmar transferência legal de propriedade, veja Rute 4:7.

À vista da provisão de Nm. 27:4 e segs., não havia necessidade do casamento em levirato se o falecido tivesse filhas. Por isso a E.R.A. parece preferível à E.R.C. na tradução de Dt. 25:5 – **sem filhos** em lugar de **sem filho**. Os versículos 11, 12, também se relacionam com a dignidade do indivíduo e precisamente com sua dignidade de servo da aliança de Deus, que através da circuncisão trazia no seu corpo o sinal da aliança. A referência ao órgão da reprodução poderia ser explicada pela imediata associação desta proibição com a lei do casamento em levirato. Que o ato proibido incluía desprezo pelo sinal da aliança e não simples indecência fica sugerido pela aparente semelhança na natureza do castigo e do sinal, ambos envolvendo mutilação do corpo. Esta interpretação é reforçada pelo fato de que, fora deste caso, só a *lex talionis* (19:21) exigia tal mutilação penal.

15. Terás peso integral e justo. O próximo devia ser amado como a pessoa a si mesmo se ama (vs. 13-16); portanto, os negócios com o próximo não deviam ser feitos com dois padrões de medidas, o grande

para receber, o pequeno para pagar (cons. Amós 8:5). Esta lei desenvolve um pouco Lv. 19:35, 36, especialmente pelas bênçãos e maldições adicional da aliança. Enquanto esta lei do amor resume as exigências para o relacionamento inter-teocrático que foram tratadas nas seções de estipulações precedentes, não se tem a intenção de repudiar o mandato da conquista (cons. Dt. 7; 20:16, 17; 25:17-19). Nem há alguma contradição entre os dois. Pois embora Deus exija amor ao próximo, aqueles que se dispõem a destruir o povo do típico reino teocrático do V.T., excluía-se da categoria de próximos, exatamente como aqueles que, juntamente com Satanás, estão destinados à eterna perdição não são os próximos dos habitantes da teocracia celestial. Sobre a ordem de exterminar Amaleque, veja Êx. 17:8-16. Tomadas juntas, as leis do amor e ódio resumem-se na única exigência de amar a Deus, e conseqüentemente amar a quem Ele ama e odiar a quem Ele odeia.

Deuteronômio 26

4) Confissão de Deus como Rei-Redentor. 26:1-19.

As longas divisões de estipulações (caps. 5-26) chegam ao fim com a liturgia de duas confissões culturais (vs. 1-11; 12-15) e uma declaração de ratificação da aliança (vs. 16-19).

2. Tomarás das primícias de todos os frutos do solo. Se "todos os frutos do solo" indicam o fim da estação da colheita, então a Festa dos Tabernáculos deveria ser a ocasião da apresentação deste cesto com as primícias no altar central. Gramaticalmente este versículo pode ser compreendido como se descrevesse todas as primícias do solo ou apenas um cesto-símbolo delas. No caso das primícias da agricultura, a quantidade não foi especificada em nenhum lugar. Considerando que as primícias destinavam-se aos sacerdotes (Nm. 18:13,14), a referência à festa sagrada que o ofertante devia realizar depois deste ritual – **Alegrarte-ás por todo o bem que o Senhor teu Deus te tem dado a ti** (v. 11; cons. 12:6, 7, 11,12, 17, 18;16: 11, 14) – indica que a cesta representava apenas um penhor das primícias (veja comentários sobre 14:22 e segs.;

15:20), se esta festa era realizada com as mesmas. O israelita devia confessar que a vocação teocrática do seu povo não podia ser atribuída ao seu próprio poder (v. 5 e segs.; cons. 7:7, 8; 8:17,18).

3. A terra que o Senhor sob juramento prometeu dar. Os servos israelitas do Senhor deviam fazer contínua confissão, cheia de gratidão, de que sua herança divina em Canaã era presente da graça redentora de Deus no cumprimento do juramento feito aos patriarcas. Deviam confessar seu contínuo senhorio e expressar sua consagração por meio da oferta tributaria das primícias. Sobre a lei das primícias, veja 18:4, Êx. 23:19; 34:26; Nm. 18:12 e segs. Elementos da oferta das primícias encontram-se em conexão com cada uma das festas anuais (Dt. 16). Por exemplo, na Festa dos Pães Asmos movia-se um feixe das primícias (Lv. 23:10 e segs.). Também, a Festa das Semanas era chamada de "o dia das primícias" (Nm. 28:26; cons. Êx. 23:16; 34: 22) e oferecia-se neste dia dois pães feitos com as primícias (Lv. 23:17), e as primícias das uvas não podiam ser oferecidas antes da Festa dos Tabernáculos, quando amadureciam.

5b. Arameu (E.R.C., siro) ... foi meu pai. O hebraico '*obed* dá a idéia de "perdido" e "em perigo" (prestes a perecer). A referência é a Jacó. Ele é o chamado de **arameu** por causa das origens patriarcais que eram, geograficamente, embora não racialmente, *araméias*, e porque Jacó peregrinou por Aram-naharaim durante o período do nascimento de seus filhos, os futuros pais das tribos de Israel.

7,8. Ele ouviu . . . e nos tirou. O recital comemorativo dos atos redutores de Deus no êxodo e na conquista era o Amém confessional de Israel ao recital do próprio Deus sobre o favor que dispensou à nação, no prólogo histórico da aliança.

10b. Este versículo não descreve um novo passo no ritual da oferta das primícias (em contradição do v. 4); ele é, antes, um resumo conclusivo.

12-15. A dependência que Israel devia ao Senhor pela contínua prosperidade devia ser expressa em um culto trienal especial invocando

o favor da Sua atenção e bênção. (Sobre os regulamentos do dízimo, veja comentários sobre 14: 22 e segs.).

13. Perante o Senhor teu Deus. Esta orientação provavelmente se refere ao santuário central. Neste caso, a ênfase dada à realização do processo dizimista (vs. 12, 13) sugere que a Festa dos Tabernáculos era a ocasião referida. Esta liturgia podia seguir-se imediatamente após a da apresentação do cesto com as primícias (vs. 1-11).

15. Olha . . . e abençoa . . . a Israel. A declaração de obediência a todas as prescrições dizimistas (vs. 13, 14), como preliminar desta invocação das bênçãos divinas, relembra o fato de que Deus declarou estas últimas dependentes das primeiras (14:28, 29). O adorador devia afirmar que o seu dízimo não estivera exposto à profanação cerimonial, particularmente à impureza associada com o luto pelos mortos (v.14; cons. Lv. 22: 3 e segs.; Nm. 19:11 e segs.; Os. 9:4).

16-19. O ato central na cerimônia da ratificação da aliança era o juramento de fidelidade que o vassalo fazia ao seu senhor em resposta à declaração das estipulações e sanções da aliança. Israel fizera tal voto depois da leitura do Livro da Afiança no Sinai (Êx. 24:7) e agora Israel devia fazer o mesmo nas planícies de Moabe, conforme se subentende nestes versículos (veja também Dt. 29:10-15).

16. Cumpre-os de todo o teu coração. O Senhor exigia consagração convencional. O povo de Israel declarou que se submetia ao Senhor como seu Deus, que devia ser obedecido de acordo com toda a Sua santa vontade – **que andarás nos seus caminhos** (v. 17). O Senhor graciosamente o reconheceu como Seu povo (v. 18a) e garantiu as bênçãos da aliança para os fiéis (vs. 18b, 19; cons. 7:6; 14:2; Êx. 19:5, 6).

IV. Sanções: Ratificação da Aliança. 27:1 – 30:20.

A quarta divisão padrão dos antigos tratados de suserania compunha-se de maldições e bênçãos, as sanções da aliança referentes às penas. Em Deuteronômio esta seção se encontra nos capítulos 27-30.

Enquanto 26:16-19 forma a conclusão das estipulações, também introduz o elemento da ratificação da aliança, o núcleo à volta do qual se agrupam as maldições e bênçãos destes capítulos. A ratificação da nova aliança que Moisés estabelecia com a segunda geração foi apresentada em dois estágios. Isto se costumava fazer para assegurar a sucessão do trono ao herdeiro real designado. Quando a morte era iminente, o suserano requeria dos seus vassalos um penhor de obediência ao seu filho; então, logo após a ascensão do filho, o voto da fidelidade dos vassalos era repetido. Do mesmo modo, Moisés e Josué formavam uma dinastia de representantes mediadores da suserania do Senhor sobre Israel. Por isso a sucessão de Josué, que simbolizava a continuação do senhorio do Deus de Israel, foi assegurada pelo voto de Israel, antes que Moisés morresse, e mais tarde novamente através de uma cerimônia de ratificação, depois da ascensão de Josué. O pronunciamento de maldições e bênçãos destaca-se em cada um desses rituais de ratificação.

A seção das sanções de Deuteronômio começa com as bênçãos e maldições a serem usadas no segundo estágio da ratificação (cap. 27), depois retorna à situação imediata e às solenes sanções do estágio inicial de ratificação (caps. 28-30). Quando se considera o Deuteronômio como a concluída testemunha documentária legal da aliança, não há necessidade de se sentir alguma dificuldade com a posição dada às orientações do capítulo 27. Por outro lado, a conexão entre o fim do capítulo 26 e o começo do capítulo 28 é tão suave que sugere a possibilidade de que o capítulo 27 poderia não estar situado neste ponto exato do desenrolar da cerimônia em Moabe. Do mesmo modo, no fluxo original da oração de Moisés, Deuteronômio 30 poderia ter seguido imediatamente após o final do capítulo 28.

Deuteronômio 27

A. Cerimônia de Ratificação em Canaã. 27:1-26.

Moisés prescreveu a cerimônia para o segundo estágio da renovação da aliança, a ser realizada em Canaã (vs. 1-8). O

restabelecimento da aliança foi proclamada (vs. 9, 10). Fez-se um aviso em relação ao recital de bênçãos e maldições a ser realizado em cerimônia posterior (vs. 11-26). Para a realização histórica do que aqui ficou prescrito, veja Js. 8:30-35. Para uma antecipação dessas instruções entre as estipulações deuteronômicas, veja Dt. 11:26-30.

1. Para promover o respeito às autoridades designadas, Moisés associou a si mesmo, nesta hora solene, os anciões de Israel e os sacerdotes (cons. v. 9).

2. **Levantar-te-ás pedras grandes, e as cairás.** A consagração da aliança devia ser um ato de fé e devoção inteligente. Portanto o conteúdo da aliança devia ser publicado de antemão para que o povo a ratificasse. Esse foi um dos motivos da aliança precisar ficar registrada nas pedras caídas, uma técnica egípcia, conforme está confirmado pelo fato de Josué ter lido esta lei ao povo no seu cumprimento histórico (Js. 8:34). Foi comparável à leitura que Moisés fez do Livro da Aliança diante de Israel na ratificação da Aliança do Sinai e na proclamação da Aliança Deuteronômica nas planícies de Moabe. O fato de se escolher pedras duráveis dá lugar a comparação com as duas tábuas de pedra da lei escritas pelo dedo de Deus e sugere que havia um propósito adicional de fornecer um testemunho simbólico da permanência da aliança (cons. Dt. 31:26; Js. 24:26, 27).

3. Todas as palavras desta lei. Isto se refere à Aliança Deuteronômio, uma parte da "lei", tomara pala representar o todo. A festa da cerimônia eia outro método simbólico reconhecido, através do qual os povos ratificavam os tratados. Este é o significado das ofertas pacíficas e da alegre refeição associada às mesmas (v. 7; cons. Êx. 24:11). A ratificação final seria realizada depois da morte de Moisés, quando Israel estaria em Canaã sob a liderança de Josué (v. 2a). O cenário seria o impressionante lugar perto das montanhas, Ebal e Gerizim, entre as quais ficava Siquém (v. 4; cons. vs. 12, 13). Não há registro de um esforço militar necessário para tomar esta região de Canaã. O elemento essencial da cerimônia seria a auto-consagração de

Israel à aliança do Senhor. As ofertas queimadas (v. 6) simbolizavam essa consagração. Efeito semelhante tinham as séries de juramentos auto-maldizentes (cons. v. 15 e segs.).

5. Ali edificarás um altar. Para as ofertas sacrificiais, levantou-se um altar especial em Ebal. É possível que o monte da maldição fosse escolhido por causa da economia mosaica que, em sua ênfase característica, foi uma ministração de morte e condenação (cons. II Co. 3:7-9), embora, tal como um mestre-escola, conduzisse os homens à graça de Cristo. Ou possivelmente o altar devia ser erigido no Ebal porque a paz da aliança viria através da imposição das maldições sobre o Servo-Remidor, sacrificado pelos pecados do povo de Deus. O altar devia ser feito de pedras não trabalhadas, de acordo com a exigência do Livro da Aliança (Êx. 20:25). Claramente a lei deuteronômica do altar central permanente não tinha a intenção de repudiar a lei do altar do Livro da Aliança. Nem o princípio da centralização do altar era tão absolutamente restritivo que não se pudesse levantar um altar especial para ocasiões extraordinárias (veja coment. sobre 12:4-14).

9,10. No meio das instruções relativas ao estágio posterior do processo de renovação, foi feito um solene lembrete de que o controle convencional já entrava em vigor no dia da proclamação deuteronômica.

11-26. Seis tribos descendentes de Lia e Raquel, as esposas de Jacó, deviam subir as encostas da montanha da bênção e duas de semelhante origem – a tribo de Rúben, que perdeu o direito à primogenitura por causa do pecado do incesto (Gn. 49:4; cons. Dt. 27:20), e a tribo de Zebulom, o filho mais jovem de Lia – deviam se juntar às quatro tribos que desciam da encosta do monte da maldição (vs. 12,13). Não ficou declarado se os dois grupos de tribos deviam desempenhar seus respectivos papéis de maldição e bênção simplesmente recebendo a fórmula da bênção ou da maldição que se lhes dirigia, ou recitando-as, ou pelo menos concordando com elas. No capítulo 28 surgem grupos combinados de seis bênçãos (vs. 3,6) e seis maldições (vs. 16-19); parece difícil dissociá-las destes dois grupos de seis tribos. Ao que parece, Josué

leu Deuteronômio 28 diante de toda a assembléia de Israel como parte de toda a renovação do tratado (cons. Js. 8: 34, 35).

A arca da aliança e os sacerdotes levitas deviam ficar entre o Ebal e o Gerizim (Dt. 27:14; cons. Js. 8:33). Deviam orientar Israel no juramento de ratificação, consistindo em uma série de doze auto-maldições (Dt. 27:15-26). A repetição do Maldito identifica o destino daquele que violasse a aliança com o da serpente (cons. Gn. 3:14). O amém da resposta era a fórmula costumeira de aquiescência (cons. Nm. 5:22; I Reis 1:36; Ne. 5:13; 8:6; Sl. 72:19). O fato de que, nesta passagem, só se dão maldições e não bênçãos, indica que este não é um registro detalhado da proclamação de bênçãos e maldições pelos dois pares de seis tribos mencionados em Dt. 27:12, 13. Uma indicação semelhante encontramos no fato dos versículos 15.26 serem dirigidos a todos os israelitas e receberem deles a resposta (v. 14). Esta seção descreve, antes, um aspecto separado da cerimônia da aliança, o juramento propriamente dito, que caracteristicamente tomava a forma de auto-maldição condicionais, mas não bênçãos. Em contraste com as maldições do capítulo 28, os diversos membros desta série diferem não na variedade da maldição mas na espécie do pecado. A área da transgressão incluída é a dos pecados secretos prováveis de escaparem à percepção e castigo humanos (observe espec. 27:15, 24; cons. Jó 31:24 e segs.) e, portanto, dentro da esfera judicial de Deus como Testemunha divina do juramento. São amaldiçoados aqueles que secretamente violam as exigências divinas do respeito a Deus (v. 15), às autoridades de direito (v.16), à vida humana (vs. 24,25) e, em resumo, à aliança de Deus (v. 26).

Deuteronômio 28

B. Proclamação das Sanções. 28:1-68.

Retornando ao primeiro estágio da cerimônia da renovação da aliança, Moisés pronunciou as sanções. Na seção correspondente no livro da Aliança do Sinai (Êx. 23:20-33), as bênçãos predominaram. Agora, depois de passados os quarenta anos da história da apostasia israelita,

Moisés enfatiza fortemente as maldições; assim, as bênçãos (Dt. 28:1-14) e as maldições (vs. 15-68). Esta ênfase foi antecipada nas promessas e ameaças de seção semelhante em Levítico (cap. 26), escritas depois da primeira rebelião de Israel contra a Aliança do Sinai. A notável pré-estréia, em Deuteronômio 28-30, da história de Israel, especialmente sobre o longínquo exílio, tem sido a principal pedra de tropeço ao reconhecimento da origem mosaica deste documento para a alta crítica naturalista.

1) Bênçãos. 28:1-14 (cons. 7:12 e segs. ;11:13 e segs.; 22 e segs.).

1. Se atentamente ouvirdes. Embora a herança de Israel e continuado desfrute das promessas não fosse uma questão de mérito legal, havia uma ligação entre a piedade da nação conjunta e sua prosperidade. Pois o teocrático reino do V.T. prefigurava o reino de Deus consumado, no qual a justiça e a glória estariam unidas. De acordo com isto, para tornar clara a mensagem do quadro típico-profético, Deus permitiu que os israelitas desfrutassem de bênçãos do reino típico apenas quando ela, e especialmente seus representantes oficiais, exibiam uma medida apropriada da justiça do reino. Uma vez que toda a justiça que Israel possuísse era um dom da graça do Deus da sua salvação, o princípio que informa Deuteronômio 28 não tem afinidades com a religião da salvação pelas obras (veja coment. sobre 6:1-3). Os versículos 3-6 apresentam seis bênçãos que são paralelas às seis maldições de 16-19. (Sobre o aparente uso destas na posterior cerimônia em Canaã, veja comentado sobre 27:12,13), As bênçãos descrevem uma plenitude inclusiva da bem-aventurança. Os opostos emparelhados, por exemplo, expressam a totalidade (cons. vs. 3, 6). O que foi concisamente apresentado em fórmula litúrgica nas seis beatitudes está desenvolvido nos versículos 7-14. O arranjo das bênçãos é, assim, um relacionamento com estrangeiros (vs. 7 e 12b, 13); negócios domésticos (vs. 8 e 11, 12a); e na posição central, relacionamento com o Senhor (vs. 9, 10).

Se Israel obedecesse ao Senhor, ela sobressairia em todos os encontros militares e comerciais com outras nações. Dentro do reino haveria abundância de produção. Canaã seria verdadeiramente um paraíso onde fluiria o leite e o mel. E, principalmente, Israel prosperaria no relacionamento com o Senhor da aliança. Esse era o segredo de toda a bem-aventurança, pois o Seu favor é a vida. Dos penhores visíveis que o favor de Deus concederia a Israel, toda a terra reconheceria que é chamado pelo nome do Senhor (v. 10). Isto é, ficaria claro que a aliança de Deus fora estabelecida com Israel e que Ele, o Suserano, era o Senhor e Defensor de Israel (cons. Is. 63:19; Jr. 7:10, 11; 15: 16). Novamente faz-se lembrar o pré-requisito da lealdade à aliança (Dt. 28; 9b, 13b, 14).

2) Maldições. 28:15-68.

Banimento da herança prometida era a maldição extrema. Significava a perda da presença e favor especiais de Deus, perda do estabelecido acesso sacramental a ela em sua santa colina de Sião, e a perda da condição de povo do reino de Deus. Nesta prolongada seção de maldições, portanto, o cerco e o exílio aparecem repetidamente como o clímax do infortúnio. Há uma série de quadros paralelos do desastroso futuro avultando diante desta nação tão inclinada à infidelidade (vs. 20.26, 27-37, 38-48, 49-57, 58-68). As três primeiras e a última destas figuras culminam com a desgraça da vitória do inimigo, e suas terríveis conseqüências (vs. 25, 26; 36, 37; 48; 63-68); a quarta é inteiramente devotada a este maldito acontecimento (vs. 49-57). Esta extensa descrição de males particulares segue-se a uma formulação introdutória e ritualista das sanções da maldição da aliança (vs. 15-19).

15-19. O versículo 15 corresponde aos versículos 1, 2, e 16-19 são o correlativo de 3-6. A vingança da aliança (cons. Lv. 26: 25) poderia sobrevir ao povo, se violasse a aliança mesmo dentro do asilo de seu herdado paraíso terrestre. Sem santidade, nenhum homem pode habitar onde Deus revela Sua gloriosa presença, e ali não há acepção de pessoas.

20. Que me abandonaste. Tal era a essência do pecado de Israel – violação do primeiro mandamento da aliança. **O Senhor mandará.** Era direito e dever do próprio Senhor abandonado, Aquele a quem e por quem Israel fizera o juramento da aliança, vingar o juramento. Fosse qual fosse a origem humana ou terrena das diversas maldições, o Senhor era o seu Autor final. **Até que sejas destruído** (cons. vs. 24, 45, 51, 61). Aqui se declara repetidas vezes que o resultado final dos diversos tipos de maldições – epidemias (vs. 21, 22a), seca (vs. 22b-24) e guerra (vs. 25, 26) – nada seria em comparação com a destruição de Israel (vs. 20-22, 24, 26).

24. Por chuva da tua terra. . . pó e cinza. O siroco [Vento quente do sueste, sobre o Mediterrâneo – *Aurélio*] encheria o ar com areia e pó. O versículo 25 é o inverso do versículo 7 (cons. Lv. 26: 17).

26. O teu cadáver servirá de pasto a todas as aves do céu, e aos animais. O princípio da maldição é essencialmente a prostração do homem debaixo dos reinos sub-humanos, acima dos quais foi designado por Deus, no princípio, como rei. Por isso, as Escrituras descrevem o destino final da humanidade rebelde como uma festa escatológica na qual os homens mortos são devorados por aves e bestas (cons. Sl. 79:2; Ez. 39:4, 17 e segs.; Ap. 19:17, 18).

27-37. Vexame e frustração caracterizam as maldições desta seção. Observe as referências em quase todos os versículos ou à completa impotência dos israelitas para suportar suas aflições ou ao seu desamparo em face da opressão. Deus criou o homem como alguém que, dentro do programa do Seu reino, podia regozijar-se em seguir o divino padrão sabático de trabalho coroadado de alegria e satisfação da realização. Mas os empreendimentos malditos de Israel no setor do casamento e do trabalho seriam recompensados sempre e apenas com o fracasso. Em vez de lograr o gozo sabático da realização, o povo de Israel ficaria louco com a vaidade e frustração de seus esforços (vs. 28, 34). O conteúdo dos versículos 27-35 estão arrumados em forma de "x": a) doença incurável (v. 27); b) loucura (v. 28); c) opressão continua (v. 29); d) frustração (vs.

30-32); c) contínua opressão (v. 33); b) loucura (v. 34); a) doença incurável (v. 35). A semelhança das calamidades que sobrevieram a Jó é digna de nota.

A seção termina (vs. 36, 37) com a maldição da vitória de uma nação estrangeira – **que não conhecestes, nem tu nem teus pais** – que foi antecipado nos versículos 32, 33. Deus afligiria os apóstatas abandonando-os ao seu próprio espírito depravado e à adoração de ídolos (v. 36; cons. v. 64; 4:27). Na idolatria o homem substitui a auto-consagração ao Suserano acima dele, pela subserviência às criaturas abaixo dEle. Fazendo assim, o homem confirma sua própria incapacidade para lidar com o pecado; pois, separando-se do Senhor-Protetor, a Rocha que se deleita em libertar os desamparados, busca em vão um senhor da aliança mais fraco do que ele próprio. A natureza essencial do princípio da maldição encontra novamente expressão nesta adoração prestada pelo homem ao sub-humano, acima do qual o Criador o fez rei.

37. Virás a ser. . . provérbio. Israel, herdeira da promessa de que todas as nações seriam benditas nela, tornar-se-ia proverbialmente identificada com a maldição por todos os povos.

38-48. As maldições de 28:38-42 são o oposto das bênçãos dos versículos 8, 11 e segs.

38, 39. O gafanhoto . . . o verme. As pestes que atacam os cereais, outro setor do total domínio anterior do homem (cons. Gn. 1:26), transformariam os israelitas em seus servos, que teriam de trabalhar para alimentá-los.

41. Veja o versículo 32.

43. Mais e mais descerás. Aqui a bem-aventurança dos versículos 12b, 13 está invertida. Nos versículos 45-48 há um resumo das precedentes ameaças de maldição, tanto a causa (cons. v. 20) como o resultado. A causa seria o fato de Israel violar o juramento da aliança; o resultado seria que Israel sofreria a total vingança da aliança até o extremo da devastação do exílio.

46b. Entre a tua descendência para sempre. Se esta ameaça significa mais do que o apogeu do juízo do exílio de Israel no V.T. como um sinal perpétuo da vingança da aliança de Deus, se é uma maldição divina perpétua para Israel que está predita, então Moisés aqui está advertindo daquilo que Paulo declara que viria a se tornar um decreto permanente (I Ts. 2:16). O castigo (Dt. 28:48) devia ser de acordo com o crime (v. 47). O jugo maldito de Israel (v. 48) chegada ao ponto do retomo á condição da qual Deus a chamou para o amor da aliança (cons. Lv. 26:13). Embora Moisés não deprecie, a esta altura, a impressionabilidade destas maldições por meio de quaisquer qualificações, em outra passagem ele proclama o triunfo da graça da aliança através da restauração de um remanescente eleito e arrependido (Dt . 4:29 e segs.; 30: 1 e segs.).

49-57. O que constituiu o clímax em cada uma das séries precedentes é o assunto exclusivo deste quarto quadro profético de Israel, acometido pela maldição da aliança. Com vivacidade inclemente Moisés declara o desespero e degradação estarrecedores a que ficaria este povo, antes a cabeça das nações, quando fosse apanhado na maldição do cerco.

49. Uma nação de longe . . . virá como o vôo impetuoso da águia. O bárbaro invasor de longe, vindo sobre Israel como um abutre sobre a sua presa, seria impiedoso em sua rapacidade (vs. 50, 51). Mas a desumanidade do guerreiro inimigo empalideceria ao lado da desumanidade da mais meiga mãe israelita, transformada em canibal por causa do horror do cerco (vs. 52-57 ; cons. Lv. 26: 29; Lm. 4: 1-10).

51-53. O fruto da tua terra . . . o fruto do teu ventre. A passagem faz o contraste entre o apetite natural do bárbaro e a voracidade desumana dos israelitas. Não haveria refúgio em toda a terra para se escapar ao cerco (vs. 52a, c, 55, 57) para aqueles que confiaram nas defesas humanas mais do que em Deus, seu verdadeiro Refúgio. A história do Velho Testamento testemunha sucessivas execuções desta maldição, e foi finalmente exaurida na Queda de Jerusalém em 70 A.D.

58. Se não tiveres cuidado de guardar . . . esta lei. Neste parágrafo de conclusão, Moisés retorna à forma condicional com a qual o

pronunciamento das maldições começou (cons. v. 15), pois no dia da assembléia em Moabe, a decisão entre as maldições e bênçãos ainda tinha de ser tomada por Israel. Para fugir às maldições, o povo de Israel devia obedecer às estipulações deste documento convencional em sinal de verdadeira reverência para com o Senhor que revelou a Sua glória e terríveis obras quando os salvou do Egito.

62, 63. Ficareis poucos em número . . . sereis desarraigados da terra. A desobediência provocaria a perda das bênçãos prometidas na Aliança Abraâmica, isto é, a multiplicação do povo e a posse de uma terra própria. Em lugar das bênçãos haveria toda a possibilidade extraordinária e persistente de aflição (vs. 5 9-61).

64. O Senhor vos espalhará entre todos os povos. Profeticamente, após o povo sitiado, derrotado e levado para o exílio (vs. 64-67), Moisés descortina com algumas poucas pinceladas todo o sentimento do Israel incrédulo e errante através dos séculos – uma vez o povo de Deus, mas agora em seu exílio igual aos pagãos, sem Cristo, sem esperança, sem Deus no mundo (Ef. 2:12). Repudiando sua eleição e vocação contratual, em virtude da qual foi libertado da escravidão do Egito para tornar-se o filho teocrático de Deus, o povo de Israel teve o destino de recair em uma escravidão ainda pior do que a do Egito (v. 68), na escravidão de Satanás e do pecado, da morte e do Inferno.

Deuteronômio 29

C. Intimação ao Juramento da Aliança. 29:1-29.

Com um apelo direto e pessoal à geração em pé diante dele, Moisés confrontou os israelitas com o propósito central da cerimônia deste grande dia (vs. 10-15). Esta exigência central do juramento de fidelidade, que reflete o padrão total do tratado de suserania, está precedida por um lembrete dos passados atos de salvação do Senhor (vs. 2-9) e seguida de uma advertência de que as maldições da aliança seriam realizadas sobre uma nação infiel através de suas gerações (vs. 16-29).

1. (Bíblia Heb. 28:69). Embora alguns, seguindo o arranjo hebraico, considerem esta parte como uma subscrição, e ela poderia realmente ser uma descrição exata do que a precede, provavelmente é melhor entendê-la como um sobrescrito. Em relação aos versículos 1 e 2, compare a seqüência semelhante de 4:45 a 5:1. Há uma continuidade essencial da divina Aliança da Redenção desde o Gênesis até o Apocalipse. Contudo, as sucessivas administrações dessa Aliança devem ser notadas em sua repetida renovação da divina graça. A aliança feita em Moabe renovou a que foi feita no Sinai, e esta renovou a aliança feita por Deus com Abraão, a qual renovou a aliança que Ele fez com Adão (cons. Gn. 3:15 – Deut.. 5:2, 3).

2-9. A misericórdia e o milagre do livramento no Egito e a passagem pelo deserto deveriam ter aberto os olhos desta geração para a suprema sabedoria de se entregarem com amor sincero a um Senhor tão grande e tão cheio de graça. (Com referência aos vs. 5, 6 veja 8: 2 e segs.; sobre os vs. 7, 8, veja 2:30 e segs.; 3:1 e segs.).

4. Não vos deu coração para entender. Mas a mais simples percepção espiritual está além do entendimento do homem pecador, a não ser que o Espírito de Deus conceda-lhe compreensão como presente soberano da graça. Este povo, tão favorecido com sinais, como por exemplo os quarenta anos vividos em atmosfera de providência sobrenatural, não possuía este dom tão necessário (cons. 9:7, 24).

9. Guardai . . . as palavras desta aliança. A responsabilidade deste embotamento espiritual era de Israel e através desta reprovação o povo foi incitado a reagir melhor para com o seu Senhor. O meio imperceptível pelo qual este apelo de Moisés se transformou em apelo direto do Senhor (v. 5 e segs.; cons. 7:4; 11:15; 17:3; 28:20) evidencia a realidade da revelação sobrenatural que vinha por intermédio de Moisés, o mediador de Deus.

10-15. O ato central da ratificação da aliança e o seu significado estão aqui declarados. Os termos dos versículos 10, 11 indicam a natureza solenemente formal da assembléia e destacam o fato que toda a

comunidade da aliança estava presente para participar do juramento. Mulheres e crianças, aqueles que não eram israelitas (cons. Êx. 12:38; Nm. 10:29; 11:4) e servos (Dt. 29:11c; cons. Js. 9: 21) foram incluídos.

12. Para que entres na aliança do Senhor. A frase hebraica, encontrada somente aqui, significa literalmente *passar para* ou *passar através de*. De acordo com esta última tradução, a expressão pode ter derivado de uma cerimônia de juramento igual a de Gn. 15:17,18. O equiparar da aliança do Senhor com o Seu juramento (Dt. 29:12) é um índice significativo da natureza da aliança como um instrumento do governo de Deus, por meio do qual Ele garante a fidelidade de um povo no Seu serviço.

13. Para que . . . te estabeleça. Este versículo tem o mesmo efeito, mas ele demonstra também que o estabelecimento divino do relacionamento da aliança com o homem, não é um subjulgamento humilhante mas um ato de favor redentor. Ele cumpre a promessa e o juramento pelos quais os filhos de Deus têm encontrado esperança e consolação (cons. Hb. 6:17, 18).

15b. Também com aquele que não está aqui hoje conosco. Isto significa que haveria continuidade genealógica na aliança. Isto acontece não porque a salvação seja uma herança familiar inalienável, mas porque Deus é fiel à Sua promessa de estender as misericórdias de Sua aliança até a milésima geração (vs. 14, 15). De acordo com isso, administra-se a aliança da ordenança com o Seu sinal de consagração aos crentes, juntamente com seus filhos.

16-29. Porque (v. 16) e para que . . . não (v.18), ambos adotam um pensamento anterior. A idéia que se deve suprir é provavelmente a da convocação para a fidelidade apresentada na seção precedente. Assim teríamos: (Lembra-te, ó Israel, de que o Senhor é o teu Deus), porque, conforme já o sabes muito bem, a tentação à idolatria surge a tua volta de todas as nações vizinhas – **vistes as suas abominações** (vs. 16, 17). (Lembra-te), para que a idolatria não se enraíze entre ti e tu venhas a fazer uma colheita amarga e venenosa (v. 18; cons. Hb. 12:15). O perigo

figurativamente descrito no versículo 18b foi desenvolvido nos versículos 19-28 – a raiz nos versículos 19-21 e o fruto amargo nos versículos 22-28.

19b. Para acrescentar à sede a bebedice. *Levando de roldão a humildade e a secura igualmente.* Esta frase proverbial refere-se às plantas; plantas aguadas e secas são todas as plantas. Prossegue com a figura do versículo 18b, advertindo novamente que se a idolatria tomasse conta de Israel, seu resultado final seria mortal, a ponto de arruinar todo o povo. Este pensamento é novamente retomado em 29:22 e segs. Quanto ao indivíduo que enunciasse hipocritamente o juramento auto-maldizente da aliança (v. 19b), o Senhor não o consideraria inocente por tomar o Seu nome em vão. Embora o indivíduo pudesse pensar que estava encoberto pela multidão de israelitas reunidos, supondo que sua hipocrisia estava escondida em seu próprio coração, o Senhor, a divina Testemunha vingadora do juramento, haveria de destacá-lo e derramar sobre ele, sem misericórdia, todas as maldições que despreocupadamente invocou com referência ao versículo 20b, veja Ap. 22:18, 19. Mudando abruptamente seu ponto de vista em relação ao futuro (Dt. 29:22), além da teocracia e do Exílio (v. 28), que ele já tinha exposto nas maldições da aliança, Moisés toma a buscar a causa do fracasso de Israel no abandono da aliança e na transferência de sua fidelidade a ídolos de reis-deuses (vs. 25-28).

24. Por que fez o Senhor assim. . . ? Ele usou o expediente de um diálogo dramático entre os israelitas e os estrangeiros no meio das ruínas carbonizadas da terra teocrática, aquela que era um paraíso, transformada agora, como as cidades da planície, em um ermo estéril pela fúria do juízo divino (v. 23).

29. As (coisas) reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre. Atenção à revelada exigência de consagração do Senhor é o interesse de toda a vida dos seus servos (cons. 30:11 e segs.), sem preocupação pelos mistérios divinos (cons. Gn. 3:5).

Deuteronômio 30

D. Restauração Final. 30:1-10.

Além da maldição do exílio descortinava-se a perspectiva da restauração (vs. 1-10; cons. 4:29-31; Lv. 26:40-45). O programa redentor não seria frustrado pelo fracasso daqueles que, pertencendo a Israel, não eram israelitas fiéis. Um remanescente obediente junto com um remanescente dos gentios será restaurado diante do Senhor da aliança no Seu glorioso reino. Esta restauração final foi tipificada no V.T. pelo retomo do exílio da Babilônia. O vasto complexo da restauração típica e antitípica está contido nesta bênção profética de Moisés. A seção do tratado que se refere à ratificação do mesmo (Dt. 27-30) termina com o chamado à decisão, no qual Moisés faz o povo de Israel lembrar que não poderia alegar ignorância das exigências divinas (vs. 11-14) e o adverte que as alternativas de escolha entre as bênçãos e as maldições da aliança era de vida e morte (vs. 15.20).

1-10. Em 28:64 e segs. Moisés descreveu a impotência dos israelitas incrédulos na dispersão entre as nações.

1. Quando ... todas estas coisas vierem sobre ti. Aqui ele via além do Exílio, na verdade além de todas as bênçãos e maldições descritas até este ponto nestas sanções da aliança, estendendo ao seu povo a esperança da restauração, a esperança de uma nova aliança.

2. E tornares ao Senhor teu Deus. O caminho para esta nova bem-aventurança seria o caminho de uma consagração renovada e sincera para com o Senhor, contra quem Israel se rebelara (cons. v. 10).

6-8. A origem deste arrependimento e sincero amor pelo Senhor estaria em uma divina operação de qualificação – **o Senhor. . . circuncidará o teu coração.** O que fora externamente simbolizado pela circuncisão, a ordenança da consagração do V.T., seria espiritualmente efetivado pelo poder de Deus (cons. 10:16; Jr. 31:33 e segs.; 32:39 e segs.; Ez. 11:19; 36:26, 27).

Conforme demonstra o desenvolvimento deste tema nos profetas, a renovação e restauração profetizada por Moisés é a que foi realizada por

Cristo na Nova Aliança. A profecia não está estreitamente relacionada com os judeus segundo a carne, mas com a comunidade da aliança, aqui concretamente simbolizada por Israel em sua identidade velho-testamentária. Dentro da esfera da Nova Aliança, contudo, desaparece o muro das diferenças étnicas. Do mesmo modo, a figura do Velho Testamento usada aqui dos israelitas exilados sendo reunidos ao Senhor em Jerusalém (Dt. 30:3b, 4; cons. 28:64), encontra o seu cumprimento principalmente na reunião universal neotestamentária dos pecadores de toda a raça humana, exilada do Paraíso, de volta ao Senhor Jesus Cristo entronizado na Jerusalém celestial.

3a. Mudará a tua sorte. Te fará voltar do teu cativoiro (E.R.C.) refere-se a uma mudança radical de condição.

9. O Senhor teu Deus te dará abundância em toda obra. Junto com os dons da regeneração, conversão e santificação através dos quais os rebeldes são transformados em servos fiéis, o Messias lhes dará um mundo novo de prosperidade e paz por herança (vs. 3a, 5, 9; cons. 28:4, 62). O restaurado reino teocrático de Canaã está sendo usado como figura típica para a realidade antitípica, o eterno reino de Deus no universo renovado. Isto será garantido pelo juízo divino, pois enquanto o povo de Deus está destinado a herdar a terra, Seus inimigos serão atormentados com todas as maldições (v. 7). A salvação messiânica é, portanto, um novo êxodo e uma nova conquista, uma renovação da aliança como mediador foi Moisés e Josué, primeiro no Sinai e depois em Moabe e no Ebal e Gerizim.

E. Decisão Radical. 30:11-20.

11-14. O Senhor não exigiu de Israel algo incompreensível ou inatingível (v. 11). O dever de Israel não estava escondido em algum lugar alto e inacessível (v. 12) ou além de alguma barreira insuperável (v. 13). Observe o uso semelhante que Paulo fez dessas questões proverbiais em Rm. 10:5, 6.

14. Esta palavra está mui perto de ti. Existem coisas secretas e incompreensíveis que pertencem a Deus (cons. 29: 29a; Sl. 131:1), mas a exigência da aliança refere-se às coisas reveladas e dadas ao povo de Deus para serem obedecidas (cons. 29:29b; 6:6,7; 11:18, 19; 31:19). Conforme Jó afirmou, conhecimento ilimitado pertence a Deus somente, mas ao homem Deus designa, por sua porção de sabedoria, o temor do Senhor, que é o aspecto principal da aliança (Jó 28, espec. v. 28).

15-20. Moisés concluiu a apresentação das bênçãos e maldições da aliança com um apelo de memorável simplicidade e sublimidade. Ele fez Israel se lembrar de que em sua experiência como um reino, bênçãos e obediência seriam inseparáveis, como também a rebelião e a maldição (vs. 16-18).

15. A vida e o bem, a morte e o mal. O resultado era tão simples e radical como a vida e a morte (cons. 19b). Amar o Senhor, obedecê-Lo e permanecer-Lhe fiel – essa devia ser a sua vida (v. 20; cons. 6: 1-5).

19. Os céus e a terra tomo hoje por testemunhas contra ti. Uma das divisões padrão nos tratados seculares de suserania era a que continha a invocação dos deuses do Senhor e do vassalo como testemunhas sagradas do juramento da aliança. É significativo que o tratado deuteronômico contenha pelo menos este paralelo retórico do aspecto (cons. 4:26; 31:28; 32:1). O Senhor era, é claro, a Testemunha divina como também o Suserano desta aliança. Repetidas vezes Moisés traçou a origem da obra da salvação que Deus realizava através dele, às promessas feitas sob juramento a Abraão (v. 20c).

V. Disposição Dinástica: Continuidade da Aliança. 31:1 - 34:12.

Esta seção final do documento da aliança tem por tema unificante a perpetuação do relacionamento da aliança. De importância especial é o assunto da sucessão real, que também se destaca nos tratados extra-bíblicos de suserania (cons. acima, a introdução à IV. Sanções). Esta sucessão foi estabelecida pela designação e comissionamento de Josué

como herdeiro dinástico de Moisés na posição de representante mediador do Senhor (cap. 31). A escritura testamentária da herança do reino para as diversas tribos de Israel (cap. 33) concede a todo o povo de Deus a posição de herdeiro real. Incluídos também estão dois outros elementos padrões nos tratados internacional. Um deles é a invocação das testemunhas da aliança, aqui representadas principalmente pelo Cântico do Testemunho (cap. 32).

A outra, são as instruções para a disposição do documento do tratado após a cerimônia (31:9-13). A título de autenticação do documento, afixou-se-lhe na conclusão uma narrativa da morte de Moisés (cap. 34).

Deuteronômio 31

A. Arranjos Finais. 31:1-29.

Moisés apresentou uma série de responsabilidades, todas relacionadas com a execução da aliança e seu programa: a todo o povo (vs. 1-6), a Josué (vs. 7, 8) e aos sacerdotes (vs. 9-13). Depois, numa revelação teofânica no santuário (vs. 14, 15), o Senhor instruiu Moisés em relação a um trino de Testemunho para o futuro Israel (vs. 16-22), e também instruiu Josué quanto ao seu iminente comando (v. 23). Finalmente, Moisés tomou a dar ordens aos sacerdotes em relação à disposição do testemunho documentário da aliança e em relação à assembléia do povo para ouvir o trino do Testemunho (vs. 24-29).

1-6. Sobre a idade de Moisés (v. 2a), veja Êx. 7:7 ; Dt. 29:5.

2b. Já não posso sair e entrar. Embora Moisés ainda fosse competente em termos de vida quotidiana individual (cons. 34:7), já perdera o vigor necessário para pastorear todo o rebanho de Israel e em particular para conduzir a campanha da conquista diante da nação (cons. Nm. 27:16 e segs.). Em relação a Dt. 31:2c, veja 3:23 e segs., 4:21, 22; Nm. 20:12. O Senhor, tendo Josué como Seu novo representante mediador, continuaria e completaria em Canaã a conquista já iniciada com sucesso por Moisés na Transjordânia (vs. 3-6). Com tal liderança

assegurada, Israel executaria o mandato da conquista (cons. 7:1 e segs.) com poder e coragem (v. 6; com. vs. 7, 23; 20:3, 4; 31:7, 23; Js. 1:6 e segs.).

7,8. Sob as ordens de Deus, Josué já fora ordenado por Moisés diante de Eleazar e a congregação como o novo líder de Israel (Nm. 27:18-23 ; Dt. 1:38).

8. O Senhor é quem vai adiante de ti. Repetindo a promessa da presença divina (com. Js. 5:13 e segs.) que acabara de ser feita a todo o povo (Dt. 31:3-6), Moisés investiu Josué publicamente da tarefa de completar a missão de introduzir Israel em sua herança.

9-13. Moisés atribuiu aos sacerdotes a obrigação de regularmente tomar a ler em público a lei da aliança. O efeito almejado era associar os sacerdotes e os anciãos com Josué na responsabilidade do governo e na estima de Israel. Mais importante ainda, todo o povo da aliança, ao lado de todas as autoridades humanas da comunidade foram colocados sob o senhorio do Doador da lei.

9a. Esta lei escreveu-a Moisés. Esta é uma declaração explícita de importância óbvia para investigações da alta crítica (cons. v. 24). Embora o fato seja mencionado a esta altura, é provável que o documento da aliança oficial, ou pelo menos a sua parte principal, tenha sido preparado anteriormente. A entrega da lei aos profetas e anciãos aqui mencionada (9b), se for outra que a mencionada nos versículos 24 e segs., pode ser simplesmente uma transferência simbólica de responsabilidade de aplicação da lei da aliança, conforme descrita nos versículos 10-13. Nos tratados de suserania das nações, incluía-se orientação para a sua leitura ao povo vassalo, a intervalos regulares, de uma a três vezes ao ano.

11. Lerás esta lei diante de todo Israel. Em Israel teria de haver uma constante proclamação da vontade do Senhor mediante a prestação do culto e eventualmente através do ministério dos profetas. Os pais também foram orientados no sentido de instruírem fielmente os filhos da aliança nos mandamentos do Senhor (veja, por exemplo, 6:7, 20 e segs.).

Por isso a leitura septenial da lei à Israel (v. 10) na Festa dos Tabernáculos (cons. 16:13 e segs.), no ano da remissão (cf. 15:1 e segs.), não tinha apenas a intenção de ensinar ao povo de Israel suas obrigações em face da aliança, mas de ser especialmente um impressionante lembrete, por ocasião dessa renovação e consumação sabática, da necessidade de uma consagração sempre renovada dos servos do Senhor, se quisessem desfrutar plenamente das bênçãos da aliança.

14-23. Josué, tal como Moisés (cons. Êx. 3:1 – 4:17), foi pessoalmente comissionado pelo Senhor mesmo. Este foi o propósito principal e declarado da intimação de Moisés e Josué à presença do Suserano celestial, que então lhes falou face à face como um homem fala ao seu amigo (Dt. 31:14, 15 ; cons. Êx. 33:9,11; Nm. 12:5). As palavras da divina revelação (Dt. 31:23) foram simplesmente uma declaração direta das responsabilidades – **Sê forte** – e a promessa – **ele será contigo** – transmitidas por intermédio de Moisés (vs. 7, 8) e uma confirmação da ordenação pública de Josué (Nm. 27:18-23).

Nesta ocasião o Senhor também confirmou as negras profecias da futura infidelidade de Israel e a ira de Deus contra ela – **este povo . . . me deixará, e anulará a aliança que fiz com ele** (vs. 16 e segs.). Particularmente, o Senhor mandou que Moisés ensinasse a Israel o hino que seria um testemunho do Senhor contra os israelitas quando transgredissem a aliança (v. 19 e segs.). O desejo desenfreado de Israel de adorar ídolos, sua prostituição espiritual (v. 16; cons. Êx. 34:15, 16), por causa dos rituais abomináveis do culto à fertilidade dos cananitas que a apanharia em sua armadilha, também envolveria a prostituição carnal. A inclinação de ignorar o Senhor seria mais evidente quando o povo de Israel alcançasse a segurança e a prosperidade em sua terra (Dt. 31:20; cons. 6:10 e segs.; 8:12 e segs.; 32: 15).

17. Desampará-los-ei. Esta seria a inevitável conseqüência quando Israel abandonasse o Senhor. Sem a proteção de Deus a nação viria a se tornar vítima de muitos males e assim dolorosamente tomaria consciência de não estar o nosso Deus no mão de nós (v. 17b). Para que

os israelitas, então, pudessem se lembrar da promessa divina de não abandoná-los (cons. v. 6), imputando-lhe injustiça, Deus estabeleceu-lhes o Hino do Testemunho, que coloca as prometidas bênçãos e maldições em sua devida perspectiva dentro da aliança. Este hino proclamada a justiça perfeita de Deus e convenceria os israelitas da justiça de suas aflições (cons. 32:4, 5). Apenas por causa da pura graça de Deus é que Israel pôde até mesmo entrar na terra prometida, pois o Senhor estava perfeitamente cômico do orgulho e da rebeldia dos seus corações, antes de conduzi-los através do Jordão, 31:21b. O versículo 22 antecipa 31:30 – 32:47.

24-29. Como testemunho complementar da aliança, junto com o hino, o documento do tratado devia ser preservado **ao lado da arca da aliança** (v. 26; cons. 9 e segs.). Esta exigência e a disposição semelhante das duas tábuas do Sinai estavam de acordo com a prática contemporânea (veja comentário sobre 10:1-11). Possivelmente era um dos sacerdotes em cujas mãos o tratado deuteronômico estava sendo agora depositado (v. 25), que acrescentou o registro da morte de Moisés, ou até mesmo tudo a partir deste ponto até o fim. Este oficial pode ter desempenhado uma parte adicional, ainda que menos importante no completamento deste documento em sua forma final.

27. Sois rebeldes . .. quanto mais depois da minha morte? A presciência de Deus que acabou de ser revelada a Moisés (cons. v. 21) era agora a presciência de Moisés. Nestas instruções aos sacerdotes, todas as testemunhas do tratado foram reunidas. O Hino do Testemunho que ia ser recitado diante da assembléia de Israel, incluía ao mesmo tempo uma invocação do céu e da terra como testemunhas (v. 28). A força do testemunho, era primeiramente contra o povo de Israel à vista de suas provocações prognosticadas (v. 29).

B. O Hino do Testemunho. 31:30 – 32:47.

30. De acordo com a orientação de Moisés (v. 28), Israel se encontrava reunido, e Moisés, junto com Josué (32:34), o antigo e o

novo representante do Senhor, proclamaram o hino (Dt. 32). Em sua estrutura geral este hino poético segue o padrão do tratado deuteronômico. Depois da invocação das testemunhas (vs. 1-3), o Suserano passa a ser identificado, à guisa de preâmbulo, como o Deus da verdade e o Pai de Israel (vs. 4-6). Então o prólogo histórico do tratado encontra seu correlativo em um recital do favor especial demonstrado para com Israel pelo Senhor, até este ponto (vs. 7-14). A seguir, as estipulações do tratado são ponderadas na condenação da rebelião de Israel contra o Senhor a favor dos novos deuses (vs. 15-18). A consequência desta violação da aliança é o acúmulo das maldições sobre eles, os israelitas (vs.19-25). Contudo, conforme também está declarado na seção das bênçãos e maldições do tratado, além da maldição final está a perspectiva da renovação da aliança acompanhada de um juízo redentor no qual Deus vingará Seus servos diante dos seus inimigos; esse é o tema final do hino (vs. 26.43).

Deuteronômio 32

a) Invocação. 32:1-3.

1. A invocação dos céus e terra deve ser entendida como uma intimação a que sejam testemunhas da aliança, uma vez que Moisés acabou de declarar que esse foi exatamente o propósito da assembléia de Israel para ouvir o hino (cons. 31: 28).

2. A aliança e a sabedoria estão aqui reunidas quando Moisés identifica este hino como a **minha doutrina**, ou, *meus ensinamentos*, uma palavra comum na literatura da Sabedoria. O hino apresenta verdadeira sabedoria porque o seu tema é o temor do Senhor, o grande Deus de Israel (v. 3).

b) Preâmbulo. 32: 4-6.

O hino é uma teodicéia (cons, comentários a respeito de 31:19 e segs.).

4. Com isto em vista, a identificação do Senhor está em termos de Sua perfeita justiça. **A Rocha**. Este epíteto contempla a Deus como o

refúgio digno de confiança do Seu povo (cons. vs. 15, 18, 30). O hebraico *sur*, usado assim para com Deus, pode derivar da raiz que significa "montanha" (cons. *gwr* ugarita). Em contraste com a justiça de Deus fica a perversidade dos israelitas, esses "filhos de Deus" (cons. Dt. 32:6, 18 e segs.; 14:1; Êx. 4:22 e segs.) que eram na realidade seus não-filhos (32: 5a, lit.; cons. "não-deuses", v.21, e "não-povo", v.21). Isto introduz a responsabilidade principal do hino, isto é, que o pecado de Israel fornecia uma explicação inteiramente adequada para todo o mal que lhe poderia sobrevir.

6. Povo louco e ignorante. De acordo com o motivo da sabedoria, o pecado é considerado loucura (cons. vs. 28, 29). **Não é ele teu pai, que te adquiriu?** (*Criou*). A referência é ao fato do Senhor ter feito de Israel um povo teocrático pela eleição e redenção no Egito.

c) Prólogo Histórico. 32:7-14.

7a. Lembra-te dos dias da antiguidade. Assim começa a seção do prólogo histórico do hino. O fato do versículo 8 se referir à providência divina, voltando aos acontecimentos de Gênesis 10 e 11, explica a perspectiva histórica de Dt. 32:7a.

8. Fixou os termos . . . segundo o número . . . de Israel. Assim como Paulo ensina que Cristo governa sobre todas as coisas em benefício de Sua igreja, Moisés afirma que o Senhor interessava-se de maneira especial pelas necessidades geográficas da numerosa descendência de Abraão, no Seu providencial governo de todas as nações (cons. Gn. 10:32), pois Israel era Seu povo eleito (Dt. 32:9; cons. 7:6; 10:15). De acordo com uma tradução apoiada pela LXX e fragmentos do Qumran, "filhos de Deus" poderia substituir **filhos de Israel**. Aqueles que preferem esta tradução defendem a tradição mítica de que El, cabeça do panteão cananita, tinha setenta filhos, alegando o fato de que Gên. 10 menciona setenta nações; e eles concluem dizendo que esta correspondência numérica é a que foi mencionada em Dt. 32:8. Do mesmo modo, os comentaristas judeus, seguindo o texto massorético,

vêm uma correspondência entre as setenta nações de Gênesis 10 com os setenta israelitas de Gn. 46:27.

Tendo estabelecido a herança de Israel em Canaã desde os dias da antiguidade, o Senhor os levou, nos dias de Moisés, à posse de suas riquezas (Dt. 32:10-14).

10. Achou-o. O Senhor, vindo buscar e salvar aquilo que estava perdido, encontrou Israel sem lar e desamparado no deserto. **Como a menina dos seus olhos.** Ele cuidou do Seu povo tão zelosamente quanto um homem cuida daquilo que lhe é mais precioso, ou como uma águia cuida de sua ninhada (v. 11). A figura poderia ser interpretada em relação ao livramento do Egito como também relativamente à orientação dada em Canaã.

12b. Não havia com ele deus estranho. Considerando que o Senhor era o único benfeitor de Israel, sua subsequente transferência de fidelidade a outros deuses (v. 15 e segs.) era manifestamente indesculpável.

13a. Ele o fez cavalgar sobre os altos da terra. Israel avançou na força do Senhor em majestoso triunfo através da Transjordânia (cons. 2:31 e segs.) e por sobre a montanhosa Canaã, para que festejasse por causa de todas as melhores ofertas de campos e rebanhos (vs. 13b, 14).

d) Registro da Rebeldia. 32:15-18.

Na qualidade de seu Suserano, o Senhor exigiu, primeiramente, lealdade perfeita e exclusiva. Como um animal indomável, Israel engordou nas ricas pastagens, recusando-se a submeter-se.

15. Jeshurum, o justo, foi aqui usado recriminadoramente. Em seu arrogante desprezo pela Rocha de sua salvação, o povo de Israel pagou seu tributo sacrificial aos antideuses fantásticos.

17a. Santificam a demônios que não eram deuses (RSV), dos quais nada receberam e dos quais até esse momento jamais ouviram falar. Tão execrável foi sua ingratidão, que preferiam esses novos reis-deuses à Rocha que lhes demonstrara o amor de pai (v.18a) e mãe (v. 18b).

e) Maldições Contra os Violadores da Aliança. 32:19-25.

Na Aliança do Sinai, anexa à estipulação que proibia deuses-ídolo rivais, havia a advertência: "Eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso" (Dt. 5:9; Êx. 20: 5). Deus responde à infidelidade no relacionamento da aliança com algo parecido ao ardente zelo conjugal de um homem cuja esposa foi infiel (Dt. 32:21, cons. v. 16). A lei prescrevia a morte para a adúltera. As maldições da aliança ameaçavam Israel com a extinção se ela fizesse o papel de prostituta com os falsos deuses de Canaã (cons. 31:16 e segs.). Do fogo do ciúme divino não se escapa; Ele queima até ao mais profundo do inferno (32: 22), o lugar dos mortos.

19,20. (Ele) os desprezou. . . e disse: Esconderei . . . o meu rosto. Aplicando o princípio da *lex talionis*, Deus rejeitaria Israel e retiraria Sua proteção. Ele despertaria o ciúme de Israel através de um povo que não é povo (v. 21; cons. Ef. 2:12). Isto é, Ele garantiria a um povo que desconhecia o favor da Sua aliança, a vitória sobre **os filhos em quem não há lealdade** (v. 20b).

23. Amontoarei males sobre eles. Nos versículos 23-25 as maldições da aliança, especialmente a pestilência, a fome e a espada, os terrores que vinham junto com o clímax do cerco e do exílio, estão sendo postos em destaque (cons. cap. 28). Nisso residiria o triunfo daquele que não é povo. Como resultado do cerco, Israel seria removida do reino de Deus, vindo a se tomar ela mesma, aquela que não é povo (cons. Os. 1:9). No desvendamento adicional da revelação redentiva, Deus ia prometer uma renovação de Sua misericórdia por meio da qual aquele que não é povo viria a ser novamente o "meu povo" (cons. Os. 1:10; 2:23). E Paulo interpretou-a, já realizada na entrada dos gentios como também dos judeus na Nova Aliança em Cristo Jesus (Rm. 9:25, 26). Dentro desse aspecto, Paulo também dá uma interpretação à idéia do ciúme de Israel por causa do favor que Deus demonstrou para com os gentios (Rm. 11:11 e segs.; cons. 10:19). O Hino do Testemunho de Moisés, já por si mesmo, antecipa a misericórdia redentora e as bênçãos que estão além das preditas maldições de Israel (veja Dt. 32:26-43).

f) Bênçãos Através do Juízo Redentor. 32:26-43.

Agora chama-se a atenção para a nação inimiga que golpearia sem misericórdia tanto a cabeça das crianças como a dos velhos.

27. A nossa mão tem prevalecido. Para que o inimigo não viesse a interpretar a vitória sobre Israel erradamente, negando ao Senhor a honra que Lhe é devida (cons. Is. 10:5 e segs.). Ele imitaria a matança a Israel (Dt. 32:26). Do ponto de vista das maldições da aliança, isto seria um adiamento da vingança divina contra Israel. A preservação de um remanescente para que não seja aniquilado, está assim enraizado no zelo divino por Sua própria glória. Ao mesmo tempo, a vindicação final do Seu povo, que seria feita através da preservação de um remanescente, brota da compaixão de Deus por ela (v. 36).

29a. Oxalá fossem eles sábios! então entenderiam isto. O tolo inimigo deveria saber que sua fácil vitória sobre Israel, o protetorado convencional do Suserano dos céus e da terra, devia-se ao aborrecimento d'Este para com Israel (vs. 19 e segs., 30). O versículo 31 é uma interjeição parentética de Moisés, reforçando a irrefutabilidade de 32:30 com a eliminação da possibilidade de que o deus do inimigo fosse o responsável pela vitória. Sobre o versículo 31b, veja Êx. 14:25 ; Nm. 23 e 24; Js. 2:9, 10; I Sm. 4:8; 5: 7 e segs.; Dn. 4:34 e segs.

29b. Além disso, se o inimigo fosse sábio, atentariam para o seu fim. Este tema continua no versículo 32 e segs. Sua arrogância se transformaria em tremor, se entendessem que o Deus de Israel, que julgou até o Seu próprio povo com ira abrasadora, certamente os julgaria também com justiça estrita (v. 34) por causa de sua depravação e crueldade (vs. 32, 33). O maior dos males da nação inimiga seria o de estar em inimizade com o povo de Deus. Porque, embora isto representasse a vara da ira de Deus contra Israel, seus próprios motivos e propósitos seriam bastante diferentes (cons. 27b; Is. 10:7 e segs.).

35,36a. Considerando isto, o juízo divirto sobre o inimigo seria um ato de **vingança** e vindicação do **seu povo**, e . . . seus servos. Assim o hino retorna habilmente ao seu tema principal de Israel e as sanções da

aliança, e dá a entender que as bênçãos finais se seguirão à penúltima maldição. Com relação à citação que o N.T. faz de 32: 35, 36, veja Rm. 12:19 e Hb. 10:30.

36b. O seu poder se foi. Só quando o Seu povo se encontrasse tão desamparado como quando pela primeira vez Ele o encontrou (v. 10), só então Deus interviria no julgamento redentor. O perdão, contudo, só seria concedido quando fossem confrontados com os seus pecados (vs. 37, 38) e fossem assim levados à tristeza e ao arrependimento piedoso, confiando no Senhor, a sua verdadeira e única Rocha.

39. Eu mato, e eu faço viver. Prometendo vir em juízo como o Salvador dos Seus servos, o Senhor se identifica como Deus único e Soberano absoluto (cons. v. 12; 4: 35, 39; 5:6a; Is. 43:1-13).

40. Levanto a minha mão aos céus. Assim como o Senhor acrescentou um juramento à promessa na Aliança Abraâmica, jurando por Si mesmo, pois não há nenhum outro (cons. Is. 45:22, 23; Hb. 6:13), de que o Seu juízo seria terrível contra aqueles que O odiassem (Dt. 32:41,42; cons. v.35; Is. 63:1 e segs.). No versículo 42, a terceira cláusula completa a primeira; a quarta, a segunda.

43. O hino termina com a perspectiva do júbilo sobre o juízo de Deus que envolve ambos, a retribuição ao inimigo e a expiação de toda a culpa dentro do reino de Deus. Uma vez que as nações são universalmente chamadas para participarem da alegria da salvação de Deus, o horizonte desta esperança é claramente a era messiânica, quando todas as nações da terra encontrarão bênçãos na semente de Abraão.

44-47. O comissionamento de Josué e as instruções referentes ao trino do Testemunho foram dados juntamente com a revelação especial no santuário (31:14-23), e significativamente Josué foi associado com Moisés na proclamação do hino a Israel (32:44). Moisés selou o recital com o apelo final à comunidade da aliança a que cultivasse em suas sucessivas gerações a fidelidade à aliança, que em seu resumo dentro do hino foi uma testemunha de Deus para Israel (v. 46). A conclusão das

sanções (30:15 e segs.) faz eco na advertência de que isto era uma questão da própria vida de Israel (32:47).

C. Testamento de Moisés. 32:48 – 33:29.

48-52. Cons. 3: 27; Nm. 27; 12-14.

48. Naquele mesmo dia. Foi ao aproximar-se o fim do dia da cerimônia da renovação (cons. 1:3-5; 27:11; 31:22) que Moisés subiu a este monte de Abarim, ao monte Nebo (49a), para ali morrer. Sobre a morte de Arão no Monte Hor, veja 10:6 ; Nm. 20:22 e segs.; 33:37, 38.

51. Porquanto prevaricastes. Sobre o pecado que desqualificou Moisés de entrar em Canaã, veja 1:37; 3:26; 4:21; Nm. 20:10 e segs.; 27:14. O cumprimento desta ordem está descrito em Dt. 34:1e segs.

No antigo Oriente Próximo, as bênçãos finais pronunciadas por um pai moribundo aos seus filhos era um testamento legal irrevogável, aceito como prova decisiva em disputas nos tribunais. No caso dos patriarcas bíblicos, a autoridade e potência de suas bênçãos finais derivava do Espírito de profecia que havia neles, falando em forma testamentária (cons. os casos de Isaque, Gn. 27, e Jacó, Gn. 49). Como pai espiritual e teocrático das doze tribos, Moisés pronunciou suas bênçãos para eles, exatamente antes de subir ao monte para morrer (Dt. 33:1), e assim suas palavras constituíram o seu testamento. Até onde o Deuteronômio constituía uma garantia dinástica, Josué na qualidade de sucessor de Moisés era o herdeiro da aliança. Também era verdade, no entanto, que todos os israelitas eram filhos adotivos de Deus, e portanto herdeiros das bênçãos do Seu reino que estava sendo dispensado através do Seu servo Moisés. Torna-se impossível simplesmente equiparar as formas da aliança e do testamento sem um drástico empobrecimento e distorção do conceito da aliança. Mas na medida em que as bênçãos prometidas na aliança redentora de Deus não podem ser herdadas à parte da morte de quem faz a promessa, essa aliança inclui como um dos seus aspectos o principio testamentário.

O testamento poético de Moisés contém três partes: a) uma introdução, descrevendo a glória do Senhor ao declarar a Sua realeza na doação de Sua aliança teocrática a Jeshurum (vs. 2-5); b) a bênção das tribos, na forma de orações, doxologias, imperativos e predições (vs. 6-25); e c) uma conclusão, louvando a Deus, o majestoso Protetor de Jeshurum (vs. 26-29). [Para um estudo útil dos problemas textuais neste capítulo e uma nova tradução, veja F.M. Cross e D.N. Freedman, "The Blessing of Moses", JBL 67 (1948), 191-210.]

Deuteronômio 33

1) Introdução. 33:2-5.

O aparecimento do Senhor como Rei dos Reis para proclamar Sua aliança foi feita em glória radiante, como o nascer do sol, sobre as montanhas orientais da península do Sinai (v. 2a; cons. a semelhante descrição poética da teofania do deserto em Jz. 5:4 e segs.; Sl. 68:7 e segs.; Hb. 3:2 e segs.).

2b. Servindo o Rei em Seu advento havia um exército celestial de santos (cons. Sl. 68:17; Zc. 14:5; Atos 7:35; Gl. 3:19; Hb. 2:2).

2d, 3. Provavelmente uma tradução mais aproximada ao verdadeiro sentido destes versículos é a tradução de Cross e Freedman: "À sua direita seguiam os poderosos, sim, os guardiões dos povos. Todos os santos estavam ao seu lado, prostrando-se a seus pés, executavam as suas decisões". Como representante terrestre do Senhor, Moisés transmitiu a Israel a aliança divina com suas promessas do reino (v. 4), e através da cerimônia da aliança foi ratificada a realeza teocrática do Senhor sobre Israel (v. 5).

2) As Bênçãos das Tribos. 33:6-25.

Primeiro Moisés abençoou os filhos das esposas de Jacó, depois os filhos das servas. Embora Jacó anunciasse que o primogênito Rúben perdera seus direitos à primogenitura, tanto ele quanto Moisés começaram seu testamento com ele (cons. Gn. 49 : 3, 4).

6. Viva Rúben. Moisés orou para que Rúben não sofresse extinção tribal.

7. Introduze-o no seu povo. A bênção para o Judá real (o quarto filho de Lia) é, com efeito, uma oração para que a bênção profética de Jacó para ele fosse cumprida (cons. Gn. 49:9-12), para que Judá fosse capacitado a desempenhar a tarefa real de derrotar os adversários, retomando então ao seu povo a fim de merecer sua obediência. No testamento de Jacó, Simeão e Levi (o segundo e terceiro filhos de Lia) foram repreendidos e dispersos em Israel (Gn. 49: 5-7). Historicamente, Simeão foi logo absorvido por Judá (cons. Js. 19-2 e segs.). Moisés omitiu Simeão nas bênçãos individuais (o número doze sendo atingido pela divisão da tribo de José). Mas ele distribuiu Levi por todo Israel (cons. Js. 21:1-40), dando-lhe um novo significado.

9b. Observou a tua aliança. Levi exibiu a devoção necessária ao Senhor para o ofício sacerdotal na prova do Sinai (Êx. 32:26.29). Sobre os acontecimentos de Massá e Meribá (Dt. 33: 8b), o começo e o fim da prova divina por que passou Israel (cons. 8: 2 e segs.), veja Êx. 17: 1-7; Nm. 20:1-13; Dt. 6:16; 9:22; 32:51. Esta tribo recebeu a honra do sacerdócio na família de Arão, com o privilégio de receber revelações divinas especiais (33:8a), ensinar as leis da aliança (v. 10a), e officiar diante do altar (v. 10b). A bênção de Levi termina adequadamente com a oração no sentido de que o seu ministério em benefício do povo da aliança se comprovasse eficaz (v. 11). Tendo lidado com as tribos real e sacerdotal, Moisés voltou-se para Benjamim (o filho mais jovem de Raquel).

12c. Ele descansará nos seus braços. Benjamim recebeu a porção de Jerusalém na fronteira de Judá, lugar do santuário e trono do Senhor (cons. Gn. 49: 27; Js. 15:8; 18:16). O uso do termo "ombros" nesta passagem (E.R.C.) para indicar a posição elevada de Jerusalém, sustenta a idéia de que o Senhor é o sujeito de habitar. Sobre o amado do Senhor, veja Jr. 11:15 ; Sl. 60:5. Junto com Benjamim na bênção (Dt. 33:13-17) e na herança territorial estava José (o filho mais velho de Raquel). A

porção dupla, o direito de primogenitura perdido por Rúben, foi dada a José (Gn. 48:22), pois seus dois filhos desfrutaram de status tribal separado. Agora Moisés confirmou a preeminência que Jacó concedeu a Efraim sobre Manassés (Dt. 33:17; cons. Gn. 48:14 e segs.). Novamente, como Jacó, Moisés abençoou José com poder militar e abundância dos melhores produtos da terra (cons. Gn. 49:22-26).

16. A fonte de toda a bravura e prosperidade de José estava na benevolência daquele que apareceu na sarça (cons. Êx. 3:2 e segs.). Uma ligeira mudança no texto poderia substituir sarça por "Sinai". Zebulom e Issacar (sexto e quinto filhos de Lia, respectivamente) estão aqui unidos nas suas bênçãos (Dt. 33:18,19; cons. Gn. 49:13-15). Sua porção especial seriam os tesouros do mar, garantidos ao que parece pelo comércio com aqueles que operavam no mar Mediterrâneo, ao longo de suas costas e no Mar de Quinerete. Suas heranças ficavam perto, mas não sobre essas águas (cons., contudo, Gn. 49:13).

19a. Chamarão os povos ao monte. Isto parece indicar que seu sucesso comercial seria gratamente reconhecido na verdadeira adoração. A tribo de Gade (primeiro filho de Zilpa, a serva de Lia) escolheu a porção do chefe (v.21a) por sua herança na Transjordânia, os primeiros frutos da conquista (vs. 20, 21a). Depois juntou-se fielmente aos seus irmãos no conflito da conquista de suas respectivas porções em Canaã (v. 21b). Como a bênção de Sem (Gn. 9: 26), a de Gade está expressa em forma de doxologia (cons. Gn. 49:19). Com força enérgica a tribo de Dã (o filho mais velho de Bila, a serva de Raquel) seria igual aos leões de Basã (Dt. 33:22; cons. Gn. 49:17). Foi para a região de Basã que uma expedição de danitas emigrou do seu primitivo território no litoral meridional (Jz. 18). O favor do Senhor concedido a Naftali (o filho mais jovem de Bila) seria demonstrado na notável fertilidade e beleza de sua herança, especialmente na parte sul das praias de Genesaré (Dt. 33:23; cons. Gn. 49:21).

24a. Bendito seja Aser entre os filhos. Esta tribo do filho mais jovem de Zilpa ficou localizada na fronteira setentrional de Israel, uma terra fértil que se limitava com Naftali (v. 24b; cons. Gn. 49:20).

25. Como os teus dias . . . a tua paz. A oração de Moisés foi no sentido da proteção de Aser ser constantemente forte

3) Conclusão 33:26-29.

26a. Não há outro, ó amado, semelhante a Deus. Como uma introdução (vs. 2-5), aqui Moisés louva o verdadeiro Doador das bênçãos deste testamento. O estabelecimento da aliança foi celebrado na introdução, mas aqui o Senhor está sendo louvado como o Defensor e benfeitor de Israel na subsequente conquista (v. 27) e colonização da terra paradisíaca (v. 28).

26b. Veja Sl. 18:10; 68:33.

27a. Veja o Salmo mosaico 90:1, 2.

29. Quem é como tu? Povo salvo pelo Senhor. A singularidade da bem-aventurança de Israel brotava da singularidade do Senhor-Salvador de Israel (cons. v. 26a). **Teus inimigos te serão sujeitos.** Todos tinham de reconhecer a supremacia de Israel.

Deuteronômio 34

D. Sucessão Dinástica. 34:1-12.

Um testamento só entra em vigor, apenas depois da morte do testador. Por isso a Aliança Deuteronômica, dentro do seu aspecto testamentário (cons. comentários na introd. do cap. 33) não entraria em vigor até a morte de Moisés. Só então Josué o sucederia no papel de vice-rei de Deus sobre Israel, e só então sob a liderança de Josué as tribos poderiam, de acordo com as declarações do Senhor, entrar na posse da herança de Canaã. Era, portanto, apropriado que o tratado deuteronômico terminasse com o registro da morte de Moisés, que na realidade autentica o tratado. A atenção adicional dada à terra da herança de Israel e a ascensão de Josué como mediador real da aliança, evidencia que se tem em vista o significado testamentário da morte de Moisés.

Os versículos 1-8 registram a morte de Moisés e os versículos 9-12 a sucessão de Josué. A narrativa retoma com a história de 32:48-52.

1a. Então subiu Moisés . . . ao monte Nebo. Moisés subiu sozinho pela estrada que não tinha retorno, afastando-se da terra prometida até o topo da cadeia de montanhas a oeste das planícies de Moabe, do lado oposto a Jericó até o monte Nebo. O panorama da herança jurada a Israel está descrita conforme ela se descortinava quando olhada primeiro para o nordeste, depois para o oeste e sul, e de volta para à planície que se estendia entre Jericó e Moisés.

2. O mar ocidental, isto é, o Mediterrâneo, por trás das colinas de Judá, não é naturalmente visível do monte Nebo.

4b. Não irás para lá. Cons. 1:37; 3:26; 4:21, 22; 32:52. Embora não tivesse permissão para entrar na terra, Moisés observou e viu os picos de suas montanhas ao norte, do alto de um, no qual ele, com Elias, mais tarde ficaria e falaria com o Mediador da Nova Aliança sobre o êxodo que Ele teria de fazer até Jerusalém, antes que fizesse a travessia para a herança celestial (cons. Mt. 17:3; Mc. 9:4; Lc. 9:30, 31). Foi necessário que Jesus morresse antes de penetrar no Seu descanso, porque Ele era o verdadeiro Mediador que veio para reconciliar o povo pecador com o seu Deus; Moisés tinha de morrer sem entrar no descanso típico, porque na qualidade de mediador do V.T. ele ficou, por causa da transgressão oficial, desqualificado para completar a missão que prefigurava a do Filho de Deus sem pecado. Diferentemente de Moisés, que após sua morte foi substituído por Josué (Dt. 33:9), o Mediador Messiânico seria o Seu próprio sucessor depois da morte, porque não seria possível a morte retê-lo.

7. Nem se lhe abateu o vigor. Moisés, embora com 120 anos de idade (cons. 31:2; Êx. 7:7), não morreu por causa da idade avançada, mas por ordem de Deus, o qual cria e destrói com Sua palavra soberana (Dt. 34:5). Sobre a localização do sepulcro de Moisés (v. 6), veja 3:29; 4:46. Sobre seu resultado, veja Judas 9.

9a. Cheio do espírito de sabedoria. Josué fora estabelecido como o herdeiro dinástico através da concessão dos dons carismáticos desta

dinastia, destacadamente o dom do governo sábio (cons. Nm. 27:18 e segs.; Dt. 31).

9b. Os filhos de Israel lhe deram ouvidos. Fiel ao seu juramento de fidelidade à vontade do Senhor, feito na cerimônia deuteronômica (cons. 26:17; 29:12), Israel concordou com a ascensão de Josué.

10. Com quem o Senhor houvesse tratado face a face. Embora fosse sucessor de Moisés, Josué não se lhe igualava. A Moisés Deus respondia diretamente (Êx. 33:11; Nm. 12:8), mas Josué tinha de descobrir a vontade de Deus pela mediação sacerdotal (Nm. 27:21). Josué foi reconhecido sucessor de Moisés pelos sinais da vitória na travessia do Jordão e contra as hostes de Canaã, semelhantes aos de Moisés que triunfou sobre as hostes de Faraó e as águas do mar. Mas ninguém foi como Moisés na plenitude de sua revelação do poder redentor do Senhor (Dt. 34:11, 12).